

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos

Mestrado Profissional em Memória e Acervos

Lucas William Molina de Medeiros Barbosa

**A política pública de cultura no município de Mesquita-RJ na
perspectiva da democracia participativa: potenciais, demandas e desafios**

Rio de Janeiro

2025

Lucas William Molina de Medeiros Barbosa

**A política pública de cultura no município de Mesquita-RJ na perspectiva
da democracia participativa: potenciais, demandas e desafios**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos

Área de Concentração: Práticas Críticas em Acervos: Difusão, Acesso, Uso e Apropriação do Patrimônio Documental Material e Imaterial

Orientadora: Prof. Dr^a Lia Calabre de Azevedo Felix

Rio de Janeiro

2025

CATALOGAÇÃO NA FONTE

FCRB

Patrimônio documental; Memória.

B238p Barbosa, Lucas William Molina de Medeiros.

A política pública de cultura no município de Mesquita-RJ na perspectiva da democracia participativa: potenciais, demandas e desafios – Rio de Janeiro, 2025.

159 f.

Orientadora: Profa. Dra. Lia Calabre de Azevedo Felix.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2025.

1. Mesquita (RJ). 2. Baixada Fluminense (RJ). 3. Sistema Nacional de Cultura (Brasil). 4. Democracia participativa. 5. Política cultural. I. Calabre, Lia, orient. II. Fundação Casa de Rui Barbosa. Divisão do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos. III. Título.

CDD 323.042

Responsável pela catalogação:

Bibliotecária – Dilza Ramos Bastos

CRB7/2.348

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Lucas William Molina de Medeiros Barbosa

A política pública de cultura no município de Mesquita-RJ na perspectiva da democracia participativa: potenciais, demandas e desafios

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos

Área de Concentração: Práticas Críticas em Acervos: Difusão, Acesso, Uso e Apropriação do Patrimônio Documental Material e Imaterial

Aprovado em 24 de fevereiro de 2025.

Orientadora:

Prof. Dr^a. Lia Calabre de Azevedo Felix (Orientadora)
FCRB

Banca Examinadora:

Prof. Dr^a. Aparecida Marina de Souza Rangel
FCRB

Prof. Dr. João Luiz Guerreiro Mendes
IFRJ

Prof. Dr^a. Eula Dantas Taveira Cabral
FCRB - Suplente

Prof. Dr. Márcio Ferreira Rangel
MAST - Suplente

Rio de Janeiro

2025

DEDICATÓRIA

Aos moradores de Mesquita e da Baixada Fluminense, e aos companheiros do ramal Japeri, onde esta dissertação foi pensada e escrita ao som de caixas de som, conversas profundas, triviais e muitas vezes íntimas, apresentações de artistas de rua e o eco familiar dos vendedores ambulantes.

Aos que me acompanharam, suportaram minhas ausências e loucuras, e conseguiram continuar me amando depois destes dois anos intensos.

À minha família, amigos, professores e orientadores, que fizeram desta jornada acadêmica uma travessia possível.

À minha companheira, incansável no esforço de me amar e apoiar, pelo impossível e possível feito por mim desde nosso feliz encontro.

AGRADECIMENTOS

Dentre todas as etapas da construção desta dissertação, a tarefa que mais adiei foi a escrita dos agradecimentos. Embora tenha refletido inúmeras vezes sobre todas as pessoas que fizeram parte da minha trajetória e sobre a importância imensa que cada uma delas teve no êxito que, ao final, parece ser apenas meu, colocar em palavras o que sinto sempre me pareceu uma missão mais desafiadora do que concluir o próprio trabalho. Mesmo diante das dificuldades conhecidas por aqueles que me acompanharam de perto, especialmente minha orientadora, a tarefa de expressar minha gratidão em poucas linhas sempre me pareceu complexa. Por isso, iniciei seguindo uma tradição comum em dissertações e teses: agradecendo àqueles que me acompanham desde os primeiros passos da minha vida.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha mãe, por ter feito muito mais do que a tarefa já grandiosa de ser mãe. Por ter sido minha primeira apoiadora, meu porto seguro nos momentos de desabafo e, acima de tudo, por ser um exemplo de força e resiliência. Nenhum desafio me parece maior do que criar três filhos, mas ver você retomar os estudos, concluir o ensino básico e ingressar na graduação já como mãe de três crianças fez qualquer esforço meu parecer pequeno em comparação. Obrigado por ter feito de tudo para que eu chegasse mais longe, por acreditar nos meus sonhos e me ajudar a realizá-los.

Ao meu pai, agradeço por ter sido o primeiro na família a compreender o poder transformador da educação e por se tornar seu maior defensor. Foi você quem primeiro ousou pisar em uma universidade e quem abriu o caminho que agora concluo com este mestrado. Obrigado por ser meu companheiro de leituras, por ler cada linha e cada palavra que produzi ao longo da minha vida acadêmica, e por suas contribuições diretas na construção desta dissertação. Sua dedicação e paixão pelo conhecimento sempre foram uma inspiração para mim.

À tia Vera, que me acolheu durante a graduação e novamente no primeiro semestre do mestrado, permitindo que eu pudesse me dedicar aos estudos. Obrigado por todo carinho, pelas palavras de incentivo, pelas conversas de madrugada e pela hospedagem "cinco estrelas" que só quem foi mimado por uma tia ou avó pode entender. À minha prima Camila, que dividiu seu espaço comigo e foi minha conselheira, apresentando-me ao programa e compartilhando suas experiências no PPGMA.

Às minhas avós, Marli e Penha. À Marli, por todo carinho, cuidado, pelas orações apostólicas que sempre me dedicou, e por todo incentivo, mesmo naquilo que nem sempre consegue entender. À Penha, por ser minha guia na Mesquita antiga, por compartilhar suas experiências, me receber em sua casa quando precisei de um espaço para estudar. Seu apoio e amor sempre foram fundamentais.

À minha companheira Lorrany, que, nos últimos quase três anos, personificou o verdadeiro significado da palavra companheirismo. Foi você quem não me deixou perder o prazo de inscrição para o mestrado que agora concluo, quem se mudou comigo para que eu pudesse estar mais próximo da universidade e ter mais tempo para me dedicar aos estudos. Obrigado por me apoiar e consolar nos momentos de frustração, nas crises de insônia e ansiedade que, infelizmente, parecem fazer parte da rotina de quem trabalha e estuda. Sua leveza foi essencial para que eu atravessasse essa jornada. Agradeço por ter feito esta pós-graduação ao meu lado, ouvindo meus desabafos sobre os textos que lia, me acompanhando e ajudando sempre. A admiração que sinto por você e por sua trajetória pessoal é uma fonte constante de inspiração. Obrigado por todo carinho, companheirismo e amor.

À minha madrinha Carol, em memória. Poucas pessoas me fizeram sentir tão especial e capaz. São suas mensagens que busco nos dias mais difíceis, quando me sinto incapaz ou desanimado. Obrigado por todo amor, incentivo e carinho que dedicou a mim. Em tudo o que faço, carrego você comigo, e nesta dissertação não foi diferente.

Aos meus amigos Danca, Dantas, Lucas, Matheus e Talita, que me acompanham desde a graduação. Obrigado por me ajudarem nos perrengues, por trazerem leveza aos momentos em que ela foi essencial e por persistirem na minha amizade, mesmo com minhas ausências e defeitos.

Agradeço, de igual forma, aos meus amigos Tarcísio, Jéssica e Luciana, pelas ricas trocas intelectuais e pela atenção constante em compartilhar publicações, cursos e seminários que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da minha pesquisa. Sua gentileza e presença, mesmo à distância, foram fundamentais não apenas no processo de construção desta dissertação, mas também no meu crescimento acadêmico e pessoal.

Ao meu companheiro de trabalho Delano, pela amizade que construímos no ambiente de trabalho, pelo apoio nos momentos em que precisei me ausentar para focar na elaboração

deste texto, pelas conversas descontraídas no café e pelo clima leve que tornou a rotina mais agradável. Sua parceria foi fundamental para que eu conseguisse equilibrar trabalho e estudos.

A Paulo e Kátia, ou tio Paulo e tia Kátia, como passei a chamá-los. Obrigado por me acolherem em diversos momentos da graduação e do mestrado, pelas caronas e por todo carinho que sempre me ofereceram, mesmo quando eu era apenas um amigo de faculdade do seu filho.

À minha orientadora, professora Lia Calabre, por toda gentileza, paciência e dedicação durante a construção desta dissertação. Pelas dicas, trocas, informações e orientações sempre atenciosas, que guiaram meus passos ao longo desta jornada. Aos membros da banca, agradeço por aceitarem o convite e pelos comentários valiosos que contribuíram para aprimorar minha escrita e o trabalho final.

Por fim, a todos que, de alguma forma, fizeram parte desta trajetória, meu mais sincero agradecimento. Esta dissertação é, em grande medida, fruto do apoio, do amor e da inspiração que recebi de cada um de vocês. Obrigado por acreditarem em mim.

Logo, não se trata somente de expressar, refletir, espelhar. As políticas públicas para a cultura devem ser encaradas, também, como intervenções, como estradas reais e vicinais, como caminhos necessários, como atalhos urgentes. Em suma, como intervenções criativas no campo do real histórico e social.

Gilberto Gil. *Discursos do Ministro da
Cultura Gilberto Gil*

RESUMO

BARBOSA, Lucas William M. de M. **A política pública de cultura no município de Mesquita-RJ na perspectiva da democracia participativa: potenciais, demandas e desafios.** 2025. 159 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Memória e Acervos) – Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

O presente trabalho teve o objetivo de analisar a política cultural no município de Mesquita, da Baixada Fluminense, região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, marcada por processos de exclusões e por paradigmas negativos. Tomando como esfera prioritária de análise o Sistema Nacional de Cultura, entendido como política de democracia participativa, utiliza a revisão bibliográfica sobre o território em que a pesquisa se situa, buscando estudar os processos históricos de formação de seu espaço geográfico, investigando as relações de construção de sua unidade territorial. Analisa as propostas políticas do período 2003-2018, a partir da avaliação da trajetória das políticas culturais no Brasil, o percurso de criação do Sistema Nacional de Cultura, sua proposta e estrutura. Debruça-se sobre as políticas culturais desenvolvidas na municipalidade, estudando publicações como leis e editais, para averiguar o nível de implementação da política no cenário cultural local. Em busca de informações sobre a gestão cultural local, utiliza-se da metodologia da História Oral, baseando-se na proposta de entrevista compreensiva. A partir do diálogo com o Subsecretário de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Mesquita e fontes documentais, procura compreender questões da política cultural local, relações com municípios vizinhos e as redes que se estabelecem, sobretudo com a região conhecida como Baixada Fluminense. Constata a existência de movimentos situados historicamente que indicam influência de ações propostas por políticas públicas federais de cultura na municipalidade, embora se mostrem incipientes. Conclui que diante da baixa institucionalidade, sem processos democráticos do debate político e transparência, a política cultural em Mesquita tem se realizado majoritariamente a partir da velha política de balcão.

Palavras-chave: Mesquita. Baixada Fluminense. Sistema Nacional de Cultura. Democracia Participativa. Política cultural.

ABSTRACT

BARBOSA, Lucas William M. de M. **The public cultural policy in the municipality of Mesquita-RJ from the perspective of participatory democracy: potentials, demands, and challenges.** 2025. 159 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Memória e Acervos) – Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

This study aimed to examine cultural policy in the municipality of Mesquita, situated in the Baixada Fluminense region within the metropolitan area of Rio de Janeiro State, an area marked by processes of exclusion and negative paradigms. Taking the National System of Culture as the primary sphere of analysis, understood as a policy of participatory democracy, the study employs a bibliographic review of the territory in which the research is situated, seeking to examine the historical processes of its geographical space formation and investigating the relationships involved in its territorial unity construction. It analyzes political proposals from the period 2003-2018, based on an assessment of the cultural policies trajectory in Brazil, the development of the National System of Culture, its proposal, and structure. The study focuses on cultural policies developed in the municipality, examining publications such as laws and public notices to assess the level of policy implementation in the local cultural scenario. In pursuit of information on local cultural management, the Oral History methodology is employed, based on the approach of comprehensive interviews. Through dialogue with the Undersecretary of Culture, Sports, Leisure, and Tourism of Mesquita and documentary sources, the study seeks to understand issues related to local cultural policy, relationships with neighboring municipalities, and the networks that are established, particularly with the region known as Baixada Fluminense. It identifies historically situated movements that indicate the influence of actions proposed by federal cultural policies in the municipality, although these remain incipient. The study concludes that, given the low level of institutionalization, lack of democratic processes in political debate, and transparency, cultural policy in Mesquita has largely been carried out through traditional clientelistic practices.

Keywords: Mesquita. Baixada Fluminense. National System of Culture. Participatory Democracy. Cultural Policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. MESQUITA: ESTUDOS SOBRE UM TERRITÓRIO	20
1.1. Pouso das Cachoeiras.....	21
1.2 Caminhos da Baixada: o ouro e o café.....	25
1.3 Terra de Laranjais e Olarias	30
1.4 Loteamentos populares e urbanização	33
1.5 Emancipação de Mesquita	38
2. POLÍTICAS CULTURAIS COMO POLÍTICAS PÚBLICAS	43
2.1 Política, políticas culturais e políticas públicas de cultura	43
2.2 O Sistema Nacional de Cultura como objeto de pesquisa	46
2.2.1 Tristes tradições: autoritarismo e políticas culturais	49
2.2.2 Paradigmas da política cultural	56
3. POR UM SISTEMA NACIONAL DE CULTURA.....	63
3.1. A I Conferência Nacional de Cultura.....	64
3.2 Federalismo brasileiro e Federalismo cultural.....	68
3.3 Disputas internas.....	71
4. DADOS SOBRE A CULTURA EM MESQUITA	75
4.1 Mesquita segundo o IPHAN	76
4.2 Mesquita segundo o IBRAM	81
4.3 Mesquita segundo o Rede Cultura Viva	84
4.4 Cruzando os dados	87
5. TRANÇANDO NARRATIVAS SOBRE MESQUITA E O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA	89
5.1 Narrativas sobre a política cultural local	96
6. CONSIDERAÇÕES EM BUSCA DE UMA CONCLUSÃO.....	107
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICE	124

INTRODUÇÃO

Desde minha trajetória como graduando no curso de Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) estive à perseguição do tema Baixada Fluminense, sempre procurando seminários e palestras em que pudesse descobrir caminhos para responder meus questionamentos como morador da região. O grande choque de realidade causado pelo contato com meus colegas de curso, a maioria de outra realidade distante da minha, sendo sua grande parte moradores da Cidade do Rio de Janeiro. Mas, estando agora todos em um curso em muitos aspectos elitizado. O ambiente ali revelava uma realidade marcada por diferenças denunciadoras de exclusões ou inclusões precárias (Martins, 1997). Embora todos ali compartilhassem do direito e acesso ao ensino universitário público de qualidade, via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), as origens sociais dos estudantes demarcavam fronteiras e desigualdades de acessos e condições de estudo, até pela localização geográfica da universidade e os territórios de origem dos alunos, complexificado pelos problemas de transportes no estado do Rio de Janeiro. Os conflitos causados pelas desigualdades se resumiam mais provocadores de reflexões ao perceber que dentre meus colegas da graduação moradores da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro o costume de visitar instituições culturais era algo comum, dentre meus vizinhos e colegas da Baixada isso era raro acontecer.

Nas visitas e atividades extra sala de aula o problema começou a ser mais iluminado, o trajeto para o centro do Rio de Janeiro ou para Zona Sul, que já castigava um aluno morador na Baixada nos dias de semana, em um final de semana era fatídico. Se as 3 horas despendidas no trajeto até a faculdade nos dias de semana, do município de Mesquita até a Urca (onde se localiza a UNIRIO) já eram cansativas, buscar energias em um final de semana para ainda enfrentar um percurso mais demorado, devido à diminuição de número de trens – uma vez que este é o meio de transporte mais barato e mais rápido para quem se desloca das regiões mais afastadas do centro da capital, isso quando funciona regularmente – e sua circulação como parador, o desafio mostrava-se ainda pior. Pude entender que as visitas que fazia a museus quando ainda adolescente e criança, junto à escola ou com meu pai, eram um dia de lazer dentro de uma rotina leve e mesmo assim tomavam um dia inteiro. Como a grande maioria da população da Baixada seria estimulada a visitar instituições culturais localizadas a sua grande maioria no eixo Zona Sul/Centro?

Com o passar dos períodos da graduação e o amadurecimento da questão, surgiram outros questionamentos: De que maneira a Baixada Fluminense se sente representada nessas instituições culturais? Por que a Baixada não pode ter suas próprias instituições com suas próprias representações culturais, sociais e históricas, organizadas de acordo com a realidade de seu público e nos locais mais viáveis de acesso?

Procurei me dedicar, então, ao tema das políticas culturais na Baixada Fluminense destacando o período 2003-2008, buscando apurar as permanências e transformações no período. Persegui esse caminho até o final da faculdade, enxergando a extensão do tema e que se tratava apenas de uma pesquisa exploratória, que transformei em minha monografia.

Esbarrei em várias questões, nesse percurso, que não cabiam em minhas limitações impostas naquele momento já marcado pela epidemia do Covid-19, e inclusive pelo período disposto para a elaboração da monografia e sua defesa em banca, na época via videoconferência. Logo, reuni as questões que surgiram a partir dessa exploração e decidi que continuaria perseguindo meu objeto: as políticas culturais e a Baixada Fluminense. Assim, decidi continuar o meu processo de estudo e galgar novos degraus em minha formação acadêmica e profissional, iniciando o mestrado no Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos da FCRB, na linha de pesquisa de “Práticas Críticas em Acervos: Difusão, Acesso, Uso e Apropriação do Patrimônio Documental Material e Imaterial”.

Meu objetivo foi desenvolver a pesquisa de forma a constituir em mais um material para a reflexão sobre as políticas culturais, sobre suas falhas para com segmentos da população brasileira, sobre seus segregacionismos e sobre suas possibilidades. Através da entrevista e do questionamento ao poder público local sobre sua atuação, busco compreender o panorama cultural regional *in situ* e como tem se relacionado com a política pública federal. Percorrer brechas, desvios, estratégias e táticas criativas e estabelecer redes, para a concepção de uma nova política cultural que seja democrática, participativa e possibilite o uso e a apropriação da memória e do patrimônio pela população da Baixada e de outras em situação de exclusão semelhante.

Para essa empreitada, tomei como referência as instruções de García Canclini (2019, p.52):

Documentar as políticas culturais continua sendo uma tarefa indispensável para poder falar sobre elas, ou simplesmente para evitar o esquecimento nos nossos povos. [...] No entanto, para que esse registro tenha certa objetividade e valor explicativo, deve ser feito não só pelos protagonistas ou poderes responsáveis pelas ações, mas por meio de um trabalho de pesquisa que avalie

as políticas em conformidade com seus resultados, com a recepção e a reoperacionalização que tais políticas experimentam ao chegar a seus destinatários.

É com esse ideário que pretendo sedimentar discussões que – mesmo diante da realidade posta se coloquem, talvez, apenas como imaginação – possam gerar, dentro de um universo de possibilidades futuras, uma realidade mais justa em que o exercício do direito a memória e, por conseguinte, o exercício da cidadania do morador da Baixada Fluminense sejam pautas narradas a partir de vivência e não carência.

Tomando a definição da Baixada Fluminense em 13 municípios¹, podemos afirmar que possui 3.555.345 milhões de habitantes, baseado em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Entretanto, observando os cadastros públicos das instituições e órgãos de cultura, como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), percebe-se a baixa presença ou mesmo a ausência de representantes dos municípios.

O fato de ser morador de Mesquita, com formação e interesse no campo da cultura, refletiu na emersão de questões quanto à situação de desatendimento que observamos em relação aos espaços de cultura e memória. Nesse percalço, busco compreender o panorama da Baixada sob a ótica das políticas culturais desenvolvidas nos diferentes municípios que compõem esse universo, apurando a existência ou não de secretarias específicas de cultura nas prefeituras e a atuação dos governos locais. A partir do estudo dos editais e programas de cultura federais à luz de seu atendimento e êxito em contemplar regiões como a Baixada Fluminense.

O trabalho analisa as políticas que se encaixam no paradigma da Democracia Participativa desenvolvido por Néstor García Canclini para as políticas culturais como Democracia Cultural.

Trata-se de uma pesquisa exploratória sobre políticas culturais no município de Mesquita, da Baixada Fluminense do estado do Rio de Janeiro. A escolha pela cidade de Mesquita se dá por ser o único dos 13 municípios da Baixada a aparecer sem nenhum patrimônio representado nos cadastros públicos de cultura, como o de Bens Tombados pelo IPHAN. Por sua baixa representatividade em outros cadastros, como o Rede Cultura Viva, em que aparece com quatro representantes somente e na Plataforma Museus.br, sem a presença de

¹ Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

alguma instituição, o que demonstra um baixo potencial de organização e institucionalização do seu setor cultural, assim como um baixo investimento do poder público. Por último, por ser o mais novo município da Baixada Fluminense e do estado do Rio de Janeiro, fruto de um movimento de emancipação recente (1999), compreender também de que maneira esse fator traz implicações para sua organização política na área da cultura.

Antes de tratar propriamente das políticas na área de cultura, procuro definir alguns conceitos preliminares neste estudo, na intenção de elucidar como estes são adotados na pesquisa. Nesta empreitada, esbarrei em questões conceituais destacadas nos usos do termo políticas culturais, políticas públicas de cultura e até mesmo políticas sociais, com as quais a esfera da cultura frequentemente é relacionada e por vezes incluída².

Desafio-me a analisar as políticas que se encaixam no paradigma da Democracia Participativa desenvolvido por Néstor García Canclini para as políticas culturais como Democracia Cultural. Considerando o Sistema Nacional de Cultura (SNC) como política pública que se propõe a incorporar a sociedade civil por meio de um conceito de gestão compartilhada, o vislumbro como importante instrumento de análise para responder em que medida tem ocorrido a articulação na gestão compartilhada entre o Governo e a sociedade. Assim, busco compreender se o SNC tem se mostrado eficaz para democratizar os processos decisórios e para garantir a participação da sociedade de forma permanente e institucionalizada.

Para tanto foi estabelecido um recorte temporal inicial correspondente ao período 2003-2018, embora houvesse transbordamentos dessas margens temporais toda vez que o próprio processo investigativo empurrava a pesquisa para fora dessas fronteiras de tempo, a fim de dar conta das questões levantadas. Desenvolvo o estudo baseando-me em três pontos principais: a tradição histórica da política cultural no Brasil; o tipo e os fins da política desenvolvida no período do recorte; e a perspectiva sobre a cultura e política cultural desenvolvidos na gestão dos ministros do período que vai de Gilberto Gil até a extinção do Ministério da Cultura durante o mandato presidencial de Jair Bolsonaro.

² A concepção da cultura como política social, aparece sob a perspectiva de alguns trechos das falas de outros ministros e até mesmo presidentes, como Gilberto Gil no período em que foi Ministro da Cultura. Poderíamos afirmar que sob sua ótica de atuação, as políticas culturais são afirmadas como políticas sociais. Percebendo uma forte relação inclusive com o conceito de cidadania e direitos sociais: “Porque o acesso à cultura é um direito básico de cidadania, assim como o direito à educação, à saúde, à vida num meio ambiente saudável!” (Gil, 2003, p.11).

A pesquisa ainda parte da compreensão de memória como construção social — isto é, como algo que os homens produzem a partir de suas relações e de seus valores — e não como a verdade do que passou ou do que é. Portanto, a memória é uma construção do passado com base em questões que nos fazemos, indagações que fazemos a esse passado, ou que outros nos induzem a fazermos a ele. Questões que dizem mais de nós mesmos, de nossa perspectiva presente ao lembrar ou (re)construir esse passado, que do frescor dos acontecimentos pretéritos.

A memória é um conceito polissêmico em dois sentidos: comporta significados diversos e é aberta a uma variedade de sistemas de signos. Os signos que servem de suporte para a memória podem ser: simbólicos (palavras orais e escritas), signos icônicos (imagens desenhadas e esculpidas), indiciais (marcas corporais, por exemplo). Segundo Gondar e Dodebei (2005, p. 12): “o privilégio conferido a cada um desses sistemas de signos é capaz de trazer à memória uma significação diversa”. Assim, compreendo, tal qual Mathilde Bellaigue, que todo espaço possui traços da história e da memória, ou mesmo o apagamento desses traços. Neste sentido:

É responsabilidade do museólogo, juntamente com a comunidade em questão, assinalá-los, e ainda aos signos e símbolos da identidade e a tudo aquilo que possa tornar-se instrumento de conscientização, de educação, de desenvolvimento, de criação – tomando-se o cuidado de “museificar” o território, em harmonia com sua própria vida: urbana ou rural, social, cultural, econômica, etc. (Bellaigue, 2009, p. 88).

O estudo proposto considera o patrimônio cultural como o conjunto de bens materiais ou imateriais, que a partir da escolha — de uma pessoa, de um grupo e etc.— é apontado como tendo relevância, seja histórica, artística, arqueológico ou mesmo de memória. Sendo essa seleção representativa ou da cultura dominante ou das diversas culturas, esse processo que, sob os limites legais tem sido articulado entre as lógicas do registro e tombamento, foram objetos ou resultado de ações de um determinado grupo em detrimento de sua interação social. Desta forma:

Essas noções simples favorecem o entendimento de que a preservação de um aglomerado de bens (tangíveis ou intangíveis) não constitui por si só um patrimônio. É preciso que tanto o remetente quanto o destinatário dessa prática social reconheçam e agreguem valores a esse mesmo aglomerado de bens, que poderá ser transmitido de uma geração para outra (perspectiva diacrônica), como também poderá ser partilhado numa mesma geração (perspectiva sincrônica) (Chagas, 2003, p. 97).

A partir dessa compreensão de patrimônio surgiu o interesse de entender as interações sociais ligadas ao processo de “patrimonialização” na Baixada Fluminense, considerando que

a partir de minha procura prévia em cadastros públicos das principais instituições nacionais, percebi que poucos processos se efetivaram, sendo tais patrimônios escassos ou inexistentes.

Os direitos estabelecidos pela Constituição Brasileira no art. 215 determinam que: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988). Le Goff (2013, p. 387), define a memória como fenômeno individual e psicológico, mas ligado à vida social. A memória ligada à vida social varia em função da escrita e é objeto do Estado, que para conservar traços do passado produz documentos/monumentos, faz escrever a história e acumular objetos que conservam os vestígios de um tempo. A apreensão da memória depende do ambiente social e político, envolvendo regras de retórica, posse de imagens e textos que falam do passado. Trata-se, de certo modo, de uma forma de “apropriação do tempo”.

Partindo dessa compreensão surge o interesse em estudar Mesquita e seu patrimônio, tendo como foco prioritário a política pública de cultura. Enxergando o território a partir do potencial histórico-cultural-patrimonial da região e do dever do Estado como articulador da política cultural para promoção da cidadania e garantia de direitos, reconhecendo seu direito à memória.

O estudo ambiciona uma abordagem sobre a Baixada Fluminense a partir do município de Mesquita, que mesmo ainda aprisionada pela perspectiva de uma carência local, se debruça sobre uma questão que foge dos aspectos puramente econômicos, muito comuns às análises e textos sobre a região. A pesquisa se debruça sobre um outro direito fundamental ao exercício da cidadania, os direitos culturais.

Como pesquisa quali-quantitativa, faço uso sempre que necessário de dados numéricos, tabelas e gráficos. Compreendendo que não há uma oposição antitética entre o método quantitativo-qualitativo, no qual se precisa optar exclusivamente por uma ou outra, ou mesmo que os métodos quantitativos aprisionam a pesquisa a axiomas positivistas. Os estudos quantitativos completados por estudos qualitativos podem fornecer maior potencial de interpretação dos fenômenos. Ignácio Cano (2012) defende que a combinação dessas abordagens pode evitar fragilidades próprias de cada método, embora não eliminem radicalmente os riscos de uma pesquisa.

A metodologia de pesquisa empírica mediada por computador, concebida por Johnson (2010), estabelece técnicas de observação de campo, formado por *blogs*, *websites*, portais,

dentre outros. A pesquisa se baseia na metodologia conforme foi proposta pela autora. A definição do campo de estudo segue o critério de utilização dos sites e portais públicos do IBRAM, IPHAN, INEPAC e os documentos e portais por elas disponibilizados.

A investigação ainda se apoia na proposta de entrevista compreensiva de Kaufmann (2013), quando afirma que as práticas de entrevista compreensiva não se configuram apenas como técnica, mas também como método de trabalho com definições claras. Que ajudará a guiar o processo de entrevista com o responsável pela Subsecretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Mesquita, quando associada a fundamentação teórica-metodológica. A proposta de entrevista compreensiva trata de uma perspectiva teórica e metodológica que propõe instrumentos flexíveis, variáveis e evolutivos, com a finalidade de tornar inteligível o social (Kaufmann, 2013).

A metodologia participativa tem sido de grande valia na fase de pesquisa de campo quando inicio a entrevista com os agentes públicos a fim de apurar e avaliar em que sentido tem atuado no âmbito cultural para a promoção das esferas participativas e gerido o setor cultural local.

O estudo intenciona, a partir do ponto de vista teórico, contemplar meios para ampliar as formas organizacionais e as estruturas das instituições participativas e, desta forma, contribuir para a efetividade da participação social. Mesmo partindo de um ponto de defesa, é preciso analisar as fragilidades da política, o critério de sua verdadeira efetividade e a aplicabilidade de sua missão – a democracia cultural.

Na intenção de dar conta dos objetivos propostos da pesquisa, persigo um trajeto que se inicia com a discussão, no primeiro capítulo, sobre formação do espaço geográfico de Mesquita, revisitando o processo de construção histórico social e urbano que determina a sua territorialidade. Em seguida, discuto as políticas culturais como políticas públicas a partir do debate do histórico das políticas do campo no Brasil.

No terceiro capítulo, apresento o processo de discussão que culminou com a proposta de construção de um Sistema Nacional de Cultura e a luta política por sua implementação, assim como os percalços enfrentados para sua efetivação.

No quarto capítulo, trato a coleta de dados, baseado na metodologia de pesquisa empírica mediada por computador, elaborada por Johnson (2010), que estabelece técnicas de observação de campo, formado por *blogs*, *websites*, portais, dentre outros. A delimitação do campo de estudo seguiu o critério de utilização dos *sites* e portais públicos das instituições de

cultura públicas e os documentos e portais por elas disponibilizados. Intercruzando com outras propostas metodológicas como a da análise de conteúdo, proposta por Mendes e Miskulin (2017). Buscando a transparência do processo de pesquisa, o percurso realizado foi apontado em cada item do capítulo, para que os dados possam ser confrontados pelos leitores. As principais fontes consultadas foram os seguintes *websites* e plataformas: Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Plataforma Oyá Digital, Cadastro Nacional de Capoeiristas e Cultura Viva.

Por fim, trago um estudo sobre as políticas culturais desenvolvidas no município e uma análise sobre a narrativa do responsável pela pasta da cultura em Mesquita, o subsecretário Luiz Kleber Farias, construída durante entrevista realizada *in loco*, sobre as ações da subsecretaria de cultura a partir de seus programas e políticas de cultura local. Destaco, nesse capítulo, a forma como o governo municipal compreende e integra o sistema nacional de cultura a atividades culturais mesquitenses.

Finalizando, apresento as conclusões que pude chegar com a pesquisa a partir dos objetivos pré-estabelecidos e das questões suscitadas antes e durante o processo da investigação científica, destacando os achados que o trabalho permitiu realizar. Porém, o texto não deixa de apontar as inquietações persistentes mediante a questões ainda em aberto, o que poderá estimular novas investigações sobre o tema, tanto ao autor na pretensão da continuidade do processo de formação acadêmica quanto aos possíveis leitores interessados pelas temáticas abordadas.

1. MESQUITA: ESTUDOS SOBRE UM TERRITÓRIO

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence... esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência do Estado [...]. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio dos homens (Santos; Silveira, 2001, p. 19),

É de costume em textos acadêmicos a definição pelos autores dos conceitos chave para o desenvolvimento da pesquisa nos primeiros capítulos. De fato, pensar na construção de um texto partindo de outro ponto parece exigir esforços criativos e até mesmo recursos de escrita que, no mínimo, parecem mais dispendiosos. Evitando a presunção de me colocar na posição dos autores mais engenhosos, que se dedicam a tais tipos de construção escrita, a primeira questão sobre a qual me debruço é sobre o território no qual situo a minha pesquisa, o município de Mesquita, localizado na zona metropolitana do estado do Rio de Janeiro. É desse lugar que parto a tecer os fios que conduzem a urdidura da minha pesquisa e se enredam na construção da tecitura de sua apresentação textual.

O geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves traz uma concepção de território profundamente aproximada da noção de espaço geográfico, entretanto expande a sua concepção abarcando a matriz política do território, sobretudo no estabelecimento dos limites territoriais: “Há, sempre, por trás do instituído o processo instituinte e, no caso da fronteira, o limite explicita o seu caráter essencialmente político” (Porto-Gonçalves, 2002, p. 246). O também geógrafo, Milton Santos, traz para a discussão da relação do sujeito com o espaço a expressão introduzida por Jean-Paul Sartre de prático-inerte, que teria o intuito de “significar as cristalizações da experiência passada, do indivíduo e da sociedade, corporificadas em formas sociais e, também, em configurações espaciais e paisagens” (Santos, 2006, p. 215). Para Santos o espaço é, pelas suas formas geográficas, a “expressão mais acabada do prático-inerte”. O espaço, ou espaço geográfico, seria um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistema de ações”, um meio ambiente construído e disputado por homens, empresas e instituições. Ainda afirma que:

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material

própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais (Santos, 2006, p. 38-39)

Seriam estas relações sociais, importantes a Milton Santos para a configuração social, que procuro abordar neste capítulo como constitutivas dos limites territoriais do município de Mesquita. Entendendo também que as relações entre o território e aqueles que dele o usufruem não se dão sempre de forma igual, inclusive ocupantes podem ser outros no decorrer do tempo. As marcas dessa territorialidade constituem uma historicidade, demandando serem identificadas e analisadas a partir dessa perspectiva, que não pode ser negligenciada, uma vez que as épocas se distinguem umas das outras. Como afirma Santos (2006, p. 61): “A evolução que marca as etapas do processo de trabalho e das relações sociais marca, também, as mudanças verificadas no espaço geográfico, tanto morfologicamente, quanto do ponto de vista das funções e dos processos”.

1.1. Pousos das Cachoeiras

No entanto, conceituar Baixada Fluminense, ou mesmo delimitar o seu território, é um empreendimento que exige mais esforços do que se supõe necessários em um primeiro momento. Ao contrário do que se possa supor, não há um consenso geral sobre o termo, nem sobre os limites geográficos da região. Alguns estudos inserem os municípios de Magé, Guapimirim, Seropédica e Paracambi e outros não. Existindo certa unanimidade somente sobre serem os municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias os principais núcleos da região. Assim como em relação a inserção dos municípios que destes se emanciparam, como Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Queimados e Japeri. Desta forma, quanto a delimitação geográfica, os problemas se encontram em seus limites ao leste, oeste e norte.

Simões aponta o reconhecimento da Baixada Fluminense através de uma publicação, de 2004, chamada “Baixada em Dados” (Simões, 2011, p. 25). O antigo órgão estadual de estatística, Centro de Informação e Dados do Rio de Janeiro (CIDE) - atual Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Informação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) -, elaborou um relatório em que delimita o território da Baixada Fluminense, para fins estatísticos. Nesse relatório estão inclusos: Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Magé e Guapimirim.

É essa definição que adoto na pesquisa, por representar o reconhecimento por um órgão estadual da existência da Baixada Fluminense, mesmo que enquanto unidade de análise.

Embora valha ressaltar que essa definição está longe de ser definitiva, tendo em vista que atualmente o próprio CEPERJ trabalha com outra definição de Baixada Fluminense. A escolha pelo uso de um conceito mais amplo de Baixada Fluminense se justifica pelas relações históricas que essas localidades mantinham com o seu núcleo formador inicial, os extintos Iguaçú e Estrela.

Mesquita se configura como unidade territorial emancipada somente em 28 de setembro de 1999, sendo anteriormente um distrito do seu agora município vizinho, Nova Iguaçú. Enquanto município mais novo do estado do Rio de Janeiro, a formação de seus limites territoriais remonta a sua relação com o antigo município de Iguaçú que compreendia grande parte do território hoje reconhecido como integrante da Baixada Fluminense.

Observa-se que o conceito está intimamente atrelado a área cortada pelo rio Iguaçú, que mais tarde deu nome ao município já no período de colonização portuguesa. A palavra tem sua origem no tupi, significando “muita água”, sendo usada para designar o território mesmo antes da chegada dos europeus. Data do período entre os séculos XVI e XIX, em que o transporte fluvial era a principal alternativa, a forte assimilação entre a região e o rio.

Desenvolvem-se diferentes concepções sobre o termo, de acordo com a esfera de análise sobre a região, assumindo “configurações geográficas, econômicas, políticas e culturais diferentes” (Marques, 2006, p. 7).

Segundo explica Simões (2011), o termo se refere inicialmente:

[...] a uma unidade física de caráter geomorfológico, cuja principal característica era de apresentar-se num patamar inferior a escarpa da Serra do Mar, ou seja, seria o conjunto de terras fluminenses, relativamente baixas, que se estendia do limite leste do atual município de Mangaratiba até os limites com o Espírito Santo, alternando áreas planas com maciços e colinas. (Simões, 2011, p.17)

Há registros que apontam para a ocupação indígena, na Baixada, de Temiminós e Tamoios. Na época da ocupação europeia, esses já se encontravam no território. Em 1570, há relatos do contato entre colonizadores e um grupo de Temiminós, denominado Jacutinga, na região da Baixada Fluminense, chamada de Santo Antônio da Jacutinga mais tarde.

A presença destes povos justifica “a predominância da tradição tupi-guarani na nossa cultura, pois estes dominavam a região da Baixada Fluminense quando da chegada dos europeus” (Simões, 2011, p. 80). Essa tradição marca até a atualidade o nome de diversas localidades, como Iguaçú, Jacutinga e Meriti, todas palavras de origem tupi-guarani. Entretanto, a colonização portuguesa provocou o extermínio de muitos povos originários da

Baixada Fluminense, como os próprios Jacutinga, que chegaram a participar da chamada Confederação dos Tamoios (1554-1567).

A ocupação da Baixada Fluminense pelos portugueses se deu, sobretudo, pautada nos conhecimentos adquiridos pelo contato com os povos indígenas. Esses teriam aprendido com jesuítas, e “iniciaram o processo de drenagem dos brejos abrindo canais que rebaixaram o lençol freático e permitiram as primeiras ocupações europeias” (Simões, 2011, p.81). A principal via para essa empreitada eram os rios, tendo em vista a pequena quantidade de caminhos terrestres existentes e a extensa rede hidrográfica da Baixada Fluminense³. Os primeiros assentamentos na região se davam às margens dos rios, o que provocava o desafio de lidar com o problema constante das inundações.

A região até o século XVII é povoada por engenhos e fazendas policultoras, localizadas em regiões próximas aos rios e possuindo seus próprios atracadouros. Os produtos alimentícios plantados e colhidos na região partiam para cidade do Rio de Janeiro, de onde eram consumidos ou enviados à Portugal. O desenvolvimento comercial da Baixada não despertou interesse da esfera política do período, as preocupações estavam voltadas em sua maioria na defesa do território – provocadas pelas tentativas das ocupações estrangeiras, como a dos franceses –, lógica que se seguia desde a capital até as regiões intermitentes.

Durante o período inicial de colonização portuguesa, as terras da Baixada Fluminense foram divididas em sesmarias, doadas a nobres e militares portugueses. Nessas sesmarias, no início do século XVII, a Igreja Católica começa a implantar um novo modelo de expansão, o de freguesias e distritos, que viria a influenciar a estruturação do espaço geográfico. As freguesias eram baseadas na implementação de uma igreja matriz, da qual todas outras igrejas e capelas estavam subordinadas.

Durante este período, quem desempenhou papel mais ativo no desenvolvimento de localidades, na região, foram as ordens religiosas. Desde 1570, já estavam instaladas no território da Jacutinga, atual Município de Mesquita, ordens jesuítas. Na última década dos anos

³ Sua rede hidrográfica se divide entre as Bacias do Sepetiba, cujo principal rio é o Guandu, e a do Iguaçu, atualmente interligada com a do Sarapuí. Da segunda, correm a maioria dos rios da Baixada rumo à Baía de Guanabara, logo é por onde se deram as principais vias de ocupação da região. Outra Bacia da região é a do rio Estrela, formada pelos rios Inhomirim e Saracuruna, que descem a Serra-Mar atingindo a Baixada em pouca distância, formando assim grandes áreas de alagamento (Simões, 2011, p. 37 a 39).

de 1500, “beneditinos adquirem terras para o Mosteiro de São Bento às margens do Rio Iguaçu, mas não há relato de capelas nestas localidades” (Simões, 2011, p. 85).

Essas freguesias estavam instaladas próximas aos portos, áreas em processo de desenvolvimento de urbanização, ainda que lento e inicial. Uma vez que a forma de ocupação colonial portuguesa se deu principalmente pautada em um modelo rural, quando não de simples exploração das riquezas da colônia. Na realidade, segundo Simões (2011, p. 86):

As sedes das freguesias não passavam de pequenos núcleos de povoamento onde havia um pequeno número de casebres em ruelas estreitas que partiam de uma praça central que ficava em torno da capela e do cemitério e, quando alcançava um tamanho mínimo, do pelourinho.

Na Baixada Fluminense, a primeira freguesia instalada é a de Nossa Senhora do Pilar, no território do atual município de Duque de Caxias. Sendo instaladas, posteriormente, as freguesias de São João Baptista de Trairaponga (1647), Santo Antônio da Jacutinga (1657), Nossa Senhora da Piedade de Magé (1696) e Inhomirim (1698).

Nas terras próximas a freguesia de Santo Antônio da Jacutinga, no território conhecido pela “notável queda”, se inicia, no ano de 1692, a implantação de um engenho em terras de Martim Correa Vasqueanes⁴, na Serra do Gericinó. O Engenho da Cachoeira, como era chamado, foi registrado na Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro, sendo traçado pelo Caminho do Ouro, conforme o levantamento de Manoel Vieira Leão (TORRES, 2008). Sobre este engenho encontram-se as seguintes descrições, resgatadas por Maria Fatima de Souza Silva em “Das terras de Mutambó ao município de Mesquita – RJ. Memórias da emancipação nas vozes da cidade” (2007):

[...] O engenho de Vasques aparece relacionado, segundo Forte (1933), na relação do Marquês de Lavradio: [...] o de Cachoeira, do capitão Manoel Corrêa Vasques, importante propriedade que fabricava 60 caixas de açúcar e 30 pipas de aguardente, contando 80 escravos [...] (Revista do Instituto Histórico e Geográfico, 1769-1776: parte 1ª, citado por Forte, 1933: 36). Às margens de um rio com nascente na serra da Cachoeira, localizada no maciço de Gericinó, erguia-se o Engenho da Cachoeira. O rio (atual Dona Eugênia), a serra, a fazenda e o engenho levaram o mesmo nome [...] (Silva, 2007, p.46).

A construção do Engenho da Cachoeira e da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira foram marcos da ocupação portuguesa do atual município de Mesquita, baseado na exploração econômica da lavoura canavieira, seguindo o princípio de exploração colonial

⁴ Alguns textos utilizam o nome Vasques e outros Vasqueanes.

comum ao adotado em outros territórios. Foram fundados outros três engenhos⁵ nas proximidades de Mesquita e ao longo do Rio Sarapuí (atualmente, faz divisa de Mesquita a outros municípios vizinhos, como Nilópolis), que deságua no Rio Iguaçu, importante caminho para a Baía de Guanabara. O próprio Engenho da Cachoeira se localizava as margens do Rio da Cachoeira, mais tarde nomeado Rio Dona Eugênia, um dos afluentes do Rio Sarapuí. Outro engenho construído nas proximidades foi o Engenho de Maxambomba⁶, localizado na extremidade oriental da Serra de Madureira, também por iniciativa da família Correa Vasqueanes. A localização destes engenhos denota, não somente a importância dos rios para o processo de ocupação e produção, como da navegação fluvial para o transporte dos produtos agrícolas a seus destinos.

O cultivo da cana de açúcar, no entanto, não promoveu o desenvolvimento de grandes centros urbanos na região. Estes seriam impulsionados, principalmente, pela necessidade do transporte do ouro de Minas Gerais para a metrópole carioca.

Tiveram, portanto, origem, localização e desenvolvimentos próximos aos pés do maciço do Gericinó. Podemos considerar que esses fatores em comum constituíram, de certa forma, a gênese de elos de ligação entre as terras que hoje fazem parte do município de Mesquita, com as terras que hoje compõem o município de Nova Iguaçu, mais especificamente nos atuais bairros da Coreia e Alto Uruguai em Mesquita (Cachoeira) e os bairro Caonze [K-11] e centro em Nova Iguaçu (Maxambomba). Essa ligação entre as localidades permaneceu por séculos, sendo interessante notarmos que Mesquita é (até a presente data) o município mais novo do estado do Rio de Janeiro, emancipando-se apenas em 1999 de Nova Iguaçu. Seus laços com a “terra mãe” iguaçuana, como pudemos ver, são seculares (Lima, 2019, p. 28-29).

Entre o final do século XVII e o início do XVIII iniciam-se a construção de estradas para o transporte de ouro das minas, muitos deles responsáveis pelo surgimento de novos núcleos urbanos na região da Baixada Fluminense. A produção e transporte do café foi outro fator que desempenhou importância no desenvolvimento local, sobretudo, com a construção da Estrada Real do Comércio⁷, ligando o Vale do Paraíba ao porto do Rio de Janeiro.

1.2 Caminhos da Baixada: o ouro e o café

⁵ Estes engenhos estavam localizados no território atual do município de Belford Roxo, são eles: Nossa Senhora da Vitória, de Nossa Senhora da Batalha e Nossa Senhora da Conceição dos Gaia.

⁶ Atual território do município de Nova Iguaçu.

⁷ A Estrada Real do Comércio teve suas obras de construção iniciadas em 1811, pela Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação do Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos.

Na virada do século XVII, com o aumento do volume de riquezas minerais extraídas no território do estado de Minas Gerais, a Coroa portuguesa precisou dedicar recursos para construção de novas estradas. Diante da necessidade de encurtar o tempo de viagem de escoamento da produção aurífera e de um maior controle sobre o fluxo do ouro, iniciou-se a construção de novos caminhos. Buscava-se evitar a constante sonegação facilitada pela existência de diversos portos clandestinos no Rio de Janeiro (Simões, 2011, p. 86).

Sendo assim, quando se intensifica a circulação de ouro – no início do século XVIII – são construídas as Estradas Reais, conectando a região de extração de ouro em Minas Gerais ao porto do Rio de Janeiro.

Antes da estrada terrestre do Rio a São Paulo, passando por São João Marcos, é sobretudo em Parati que se desembarca para o alto vale do Paraíba e para as Minas Gerais. Dali é que, através da garganta de Cunha e ao longo do "Caminho Velho" sucessivamente se galgam a serra do Mar, o vale do grande rio e a serra da Mantiqueira. Encaminhando para o Rio de Janeiro o ouro das Minas Gerais, da Casa de Fundação de Taubaté desce a [sic] Parati, de onde é, por mar, levado a Guanabara (Lamego, 1964, p. 236)

Em 1704 foi inaugurado o “Caminho Novo”, sendo sua obra iniciada em 1699, comandadas por García Paes Leme, que na empreitada enfrentou diversas dificuldades, dentre elas o desafio de “centenas de quilômetros de floresta virgem” (Lamego, 1964). Começando no porto de Pilar, acompanhava o curso do rio, subindo a Serra do Mar de onde passava para Serra do Couto, chegando à Pati do Alferes e seguindo o Rio Paraíba do Sul até entrar nas Minas Gerais. A construção da nova rota possibilitou a redução de cerca de 90 dias de trajeto para 15, mostrando êxito considerável do projeto.

Quanto a questão da criação de núcleos de ocupação, mesmo com o tráfego na região, poucos povoados surgem. Sendo o único núcleo urbano de certa notoriedade do período, o da região de Pati do Alferes, embora hoje não seja um bom espelho dessa afirmação.

Vassouras, Pati do Alferes e Sacra Família iriam surgir da movimentação da nova estrada e das suas variantes. Por todo o século XVIII, porém, estas futuras cidades apenas vegetariam em povoados quase abafados pela floresta, pela inexistência de um produto cultivável, compensador da sua derrubada (Lamego, 1963, p. 96)

Entretanto, este caminho em si não impulsionou o desenvolvimento das localidades do atual município de Mesquita, que não faziam parte de seu trajeto. Conforme afirma Fábio Carneiro Mendonça de Lima, em sua dissertação de mestrado dedicada ao estudo da região:

Esse caminho também contribuiu para o desenvolvimento de uma região, hoje localizada no município de Nova Iguaçu, e que hoje está em ruínas (como também está o chamado Porto de Estrela, em Magé). Esse lugar era chamado de Vila de Iguassu, conhecido nos dias atuais como Iguazu Velho, um antigo

bairro que se encontrava localizado entre os atuais bairros iguaçuanos de Vila de Cava e Tinguá. Esse povoado, criado em 1699, com a construção da Capela de Nossa Senhora da Piedade de Iguazu desenvolveu-se por estar na rota do transporte do ouro trazido das Minas Gerais para o Rio de Janeiro, bem como por também servir posteriormente como rota de escoamento da produção de café na região do Vale do Paraíba. A Vila de Iguazu chegou a ser a primeira sede do município de Nova Iguazu, chamado antes apenas de Iguazu. Com isso, a região aos pés do maciço do Gericinó, onde estavam localizados os engenhos de Maxabomba e da Cachoeira acabaram ficando em “segundo plano” (2019, p. 30).

O caminho, construído por Garcia Paes Leme, começa a exigir reformas devido à urgência envolvida na sua construção. A celeridade das obras acabou gerando problemas em alguns trechos. Tendo em vista a defasagem do agora já visto como antigo caminho, referido por Lamego como “primitivo”, em 1721 iniciam-se as obras de construção de um novo caminho, que só viriam a ser concluídas em 1724 (Lamego, 1963, p.127).

Sob o comando de Bernardo Proença, é construído o Caminho de Inhomirim, que encurta o trajeto para 11 dias. Partindo do porto de Estrela, o caminho entra na região do Córrego Seco e segue pelo vale do Rio Piabanha. Esse Caminho levou a certo desenvolvimento a cidade de Estrela, emancipada posteriormente de Iguazu, em 1946, tornando-se município.

O Caminho de Inhomirim, como era chamada a nova estrada, passava ainda mais longe das terras mesquitenses, sendo responsável pelo desenvolvimento de localidades correspondentes aos atuais municípios de Duque de Caxias e Magé.

Em 1728, a construção de um outro caminho é concluída, o Caminho Novo do Tinguá, o primeiro a não se utilizar de nenhuma via fluvial, construído por Estevão Pinto. Este partia da região da atual São Cristóvão, seguindo o Sopé do Maciço da Tijuca até entrar na Baixada Fluminense, após passar pela freguesia de Irajá. Na Baixada, passava pelas fazendas de São Matheus e pelos pequenos engenhos de Maxambomba e da Cachoeira, de onde segue pelo sopé do Maciço de Gericinó, atravessando o Rio de Santana e fazenda de Belém, atual Japeri, de onde contorna o Maciço de Tinguá, passando por Engenheiro Paulo de Frontin, Sacra Família e Morro Azul do Tinguá, até encontrar o caminho de Garcia Paes Leme, depois de Pati do Alferes (Simões, 2011, p. 88).

Esse caminho teve relações diretas com o território de Mesquita, no entanto, gerou aglomerados urbanos mais significativos somente na localidade de São João Marcos, atual Piraí. São João Marcos se beneficiou da construção de uma bifurcação, construída em 1734, que passando por ela se encontrava com o Caminho Novo do Tinguá, que sai de Campo Grande e

segue rumo a São Paulo pelo Vale do Paraíba. A importância desses caminhos está principalmente por terem criado:

[...] alguns dos padrões que vão determinar o processo de ocupação e urbanização da Baixada Fluminense nos séculos seguintes. Em primeiro lugar consolidam a primazia da cidade do Rio de Janeiro e a subordinação dos núcleos urbanos que margeavam estes caminhos a sua órbita de influência. Esta primazia se torna regional e nacional a partir da transferência da capital da Colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763 (Simões, 2011, p. 88).

Foi na virada do século XVIII para o XIX, quando o café começava a ser plantado no Vale do Paraíba, que houve uma influência maior na construção do espaço geográfico de Mesquita. Mesmo que, assim como seus territórios vizinhos, seja transformado em local de passagem, uma área de transporte rumo ao porto do Rio de Janeiro⁸.

Na segunda metade do século XIX, se consolida no Brasil a produção de café, tornando-se o principal produto de exportação do país. Com o aumento exponencial da produção de café, a precariedade de alguns caminhos começa a ser mais alarmante, principalmente pela interrupção causada pelos períodos de chuva em áreas de subida da serra. Desta forma, em 30 de abril de 1854, é inaugurada por D. Pedro II, a Estrada de Ferro Mauá ou Estrada de Ferro de Petrópolis. O traçado feito pela ferrovia construída por Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, ligava o porto de Guia de Pacobaíba à estação de Fragoso.

Com o crescimento da produção de café e o seu escoamento através do porto do Rio de Janeiro, os velhos caminhos ganharam nova importância. São realizadas melhorias como drenagem, retificação e pavimentação com macadame, como é o caso do Caminho do Inhomirim entre 1800 e 1809. Os portos fluviais também ganharam uma sobrevida neste período com a reativação do transporte fluvial, mas este esbarrava no assoreamento dos rios (Simões, 2011, p. 91).

A construção dessa ferrovia irá provocar a decadência de Estrela, que perdeu sua importância enquanto porto com a mudança para o porto de Pacobaíba, provocando a extinção do município em 1891.

Em 1858 ocorre a inauguração de uma nova ferrovia, a Estrada de Ferro Dom Pedro II, que em seu primeiro trecho ligava a capital a Pouso de Queimados, na freguesia iguaçuana de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu. Sendo inaugurada, em 1884, a estação Jerônimo de Mesquita – nome do Barão de Mesquita. Como seu trajeto busca o pé da serra, acabou por criar

⁸ O plantio de café chega a ser explorado em terras da Baixada Fluminense, no entanto, após um primeiro momento de plantio nos maciços da Tijuca e do Medanha, gerou grave desmatamento da Mata Atlântica. As terras da Baixada Fluminense de solos alagadiços e o clima quente e úmido da região não propiciaram o seu cultivo.

uma divisão entre a região menos alagadiça, à margem esquerda dos trilhos, e a região pantanosa, ao seu lado direito. No primeiro ambiente topográfico, o plantio foi favorecido, enquanto que nas regiões alagadas, devida a presença de materiais como tabatinga e barro, ocorreu o surgimento de olarias (Torres, 2008).

Podemos concluir que a construção destas ferrovias não foi uma indutora imediata de urbanização na Baixada Fluminense, que ao contrário, favoreceram o esvaziamento e extinção de antigas localidades pelo abandono do transporte pelos rios e antigos caminhos.

Paradoxalmente, a historiografia sobre a região mostrou que, ao invés de trazer um notório crescimento para a Baixada, inicialmente a criação da estrada de ferro trouxe um período de decadência, uma vez que as terras da região passaram a ser tratadas (agora ainda mais) como pontos de passagem para um meio de transporte mais rápido, dotado de uma dinâmica diferente da existente nos antigos portos fluviais, no que diz respeito à estrutura montada para o transporte de carga, principalmente do café vindo do Vale do Paraíba (Lima, 2019, p. 35).

O transporte fluvial exigia a criação de uma estrutura ao redor dos portos e atracadouros para que as cargas pudessem ser transportadas, como o assentamento da mão de obra que neles trabalhavam. Já as ferrovias exigiam uma lógica de produção econômica própria, que situa as estações como pontos importantes de parada e não somente locais de parada para escoamento de produtos. Entretanto, por seus terrenos alagadiços e precárias condições de saneamento, os principais centros da Baixada Fluminense vinham enfrentando um período de decadência, ocasionado por epidemias de malária e cólera. Assim como, devido a sua produção agrícola que vinha sendo suplantada pela concorrência de outras regiões, tanto no cultivo da cana de açúcar quanto do próprio café. A cadeia produtiva estava mais desestruturada, sobretudo, com o advento da abolição da escravatura em 1888.

No território do atual município de Nova Iguaçu e de Mesquita, as epidemias e a dificuldade de plantio das regiões mais alagadiças propiciaram a busca por regiões ao pé do maciço do Gericinó. Ocorreu um despovoamento de Iguaçu e um crescimento no território de Maxambomba e da região próxima à Estação Jerônimo de Mesquita, constituídas de terras mais altas e próximas ao meio de transporte, até então somente de mercadorias.

No século XX, o transporte ferroviário chega a fase do transporte de passageiros, se transformando no transporte de massa ainda na primeira metade desse século. Contribuindo para a formação de novas grandes estações com alto número de circulação de passageiros, o que irá provocar o surgimento e desenvolvimento de novos municípios. Fato que, no entanto, se dá de forma gradual e somada a uma série de outros fatores que vão além da consolidação

do transporte ferroviário. Vale ressaltar que a construção das estradas de ferro Central do Brasil, Leopoldina, Melhoramentos e da Linha Auxiliar, “[...] transformam o Rio de Janeiro num grande centro distribuidor de artigos importados e bens industriais fabricados na cidade para toda essa hinterlândia, o que irá contribuir para a acumulação de capital na cidade” (Simões, 2011, p. 96).

A economia cafeeira foi em si responsável pelo processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, assim como pela criação de cidades no Vale do Paraíba, para dar suporte estrutural ao plantio e o escoamento do café. Entretanto, para Mesquita sua maior importância ao desenvolvimento de seu espaço geográfico se dá pelo favorecimento de novos núcleos de povoamento, embora pouco povoados naquele período, demarcam até a atualidade os centros de seu município e de Nova Iguaçu, da qual a época era parte⁹.

1.3 Terra de Laranjais e Olarias

O município de Nova Iguaçu vive, desde aproximadamente a década de 1910, o desenvolvimento da citricultura em seu território. A própria mudança de nome Maxambomba para Nova Iguaçu pode ser interpretada como marca de uma nova aristocracia, que vinha se fortalecendo no município. O ano de 1916, marca o falecimento do Comendador Francisco Soares, representante da antiga elite latifundiária, da velha Iguassú, dono de terras próximas à estação de Maxambomba.

[...] Ainda no final do século XIX, o desenvolvimento de Maxambomba permite que seu vizinho, Mesquita, usufrua de seu progresso econômico e social através das obras de saneamento do Rio Sarapuí, da recuperação de áreas alagadas e da plantação de laranjais. Além disso, a própria citricultura traz um frescor econômico às terras mesquitenses, que antes tinham como atividades mais rendosas, o escoamento de café e de outros produtos pela ferrovia, além dos canaviais dos engenhos e fábricas de açúcar da Cachoeira. Ou seja, a introdução do plantio da laranja, nesse período, permite a construção de um novo perfil identitário para a região que, ao longo do século seguinte [século XX] encontrar-se-á fortemente identificada com essa fruta cítrica, [...] (Barros, 2011, p.66)

A década de 1920 marca a disputa entre citricultores e antigos fazendeiros na política local. A nova elite iguaçuana fomentava a divisão de terras, uma vez que “[...] a estrutura produtiva da laranja se assentava na produção das inúmeras chácaras, enquanto os antigos

⁹ Em 1891 a sede do Município de Iguaçu é transferida para o lugar denominado Maxambomba, que a partir de 1916, pela campanha política de Manoel Reis passa a ser chamada de Nova Iguaçu.

fazendeiros garantiam seu poder na propriedade da terra” (Silva, 2017, p.6). Localizando-se na questão fundiária e da citricultura o ponto principal do conflito de interesses.

Na década de 1930, a exportação da laranja chega ao seu auge. Com a prosperidade do comércio da laranja, a antiga classe agrária que ocupava a prefeitura desde sua fundação passa a ser cada vez mais ameaçada pela nova elite local¹⁰. Junto à prosperidade da citricultura, houve, desde o início do século XX, o desenvolvimento de outra atividade econômica – mencionada no item anterior – a produção de cerâmicas. Os irmãos Ludolf haviam, para a empreitada, comprado terras do latifúndio pertencente ao segundo Barão de Mesquita, Jerônimo Roberto de Mesquita, que compreendiam grande parte do território ao lado oposto do maciço do Gericinó.

No ano de 1908 foi instalada no atual centro do município de Mesquita, na Praça da Telemar, a primeira olaria presidida pela companhia dos irmãos Américo e Alfredo Ludolf, a Companhia Materiais de Construção-Olaria Ludolf & Ludolf. Seu principal produto eram as telhas do tipo Marselha, conhecidas popularmente como “telhas francesas”. No atual bairro de Rocha Sobrinho foi depois estabelecida a segunda olaria no território do atual município de Mesquita, chamada Olaria Gigante.

A Nova Iguaçu passa então por outro processo simultâneo e consecutivo com a expansão da citricultura e a atividade concomitante de produção das olarias, o de fragmentação das propriedades de terra em chácaras. Simões (2011) ainda chama atenção para outro fator que facilitou esse processo importante para expansão do plantio da laranja:

A abolição da escravatura havia esvaziado as fazendas da região e deixado os latifundiários locais sem pessoal disponível para realizar qualquer tipo de trabalho agrícola, ao mesmo tempo, estes se encontravam descapitalizados e, conseqüentemente, sem condições de arcar com os custos de uma força de trabalho assalariada. A solução foi a fragmentação das grandes áreas em chácaras que facilitavam a venda ou arrendamento para pequenos produtores, igualmente descapitalizados, mas que contavam com a mão de obra familiar (Simões, 2011, p. 137).

As próprias terras do Comendador Soares, que após sua morte haviam sido deixadas para a Santa Casa da Misericórdia, passam a ser divididas e vendidas ou arrendadas por seus filhos, mesmo esses legalmente não tendo direito a elas. A própria Santa Casa segue o mesmo caminho mais tarde. Sendo assim, outros latifundiários percebendo o movimento e a possibilidade aberta, pressionados pelo contexto, acabam por fazer o mesmo.

¹⁰ Chegando a representar 37% do Estado do Rio de Janeiro, fomentando o investimento do Distrito Federal e o desenvolvimento urbano local.

Os migrantes que chegam a Nova Iguaçu no período se dividem entre aqueles que se estabelecem nos distritos urbanos do município e aqueles que se dirigem ao distrito sede em busca de empregos na citricultura. Dentre estes novos habitantes, figuravam pessoas vindas de outros países, com destaque para presença de portugueses, fazendo-se até hoje visível na região.

O crescimento populacional ocorrido no município de Nova Iguaçu, entre a década de 1920 e 1940, se deu principalmente no meio rural, estando essa população distribuída pelas chácaras de plantio da laranja. O desenvolvimento urbano ocorreu de maneira acanhada, sendo basicamente todas as atividades voltadas para atendimento à população rural, que vinha à pequena cidade para fazer compras e para atividades religiosas. O crescimento urbano do município só viria a ocorrer após a crise da citricultura, ocasionado pela queda das exportações com a segunda Guerra Mundial.

Considera-se que a agricultura de laranjas e as olarias tenham retardado a explosão demográfica em Mesquita. Dessa forma, durante as primeiras quatro décadas do século XX, sua paisagem era composta de laranjais, olarias, poucas residências e algum pequeno comércio, se compararmos com hoje em dia. Por volta de 1940, sua população atingia cerca de 9.109 habitantes. A decadência da produção de laranjas provocou a venda dessas chácaras e o aparecimento dos primeiros loteamentos em Mesquita, entre o pé da serra e a estrada de ferro. Por outro lado, pouco a pouco, também as olarias deram lugar aos loteamentos (do lado oposto às chácaras). Já em 1950, observa-se que a população triplicou para 28.835 moradores, fruto do retalhamento das chácaras ex-produtoras de laranjas. (Silva, 2007, p. 49)

Nas terras altas do maciço do Gericinó até a sua descida e chegada ao território dos antigos engenhos de Maxambomba e de Cachoeira, a citricultura encontrou solo e clima adequados para prosperar. Tendo suma importância pela criação de uma forte ligação econômica entre os territórios, “justamente por compartilhar da dinâmica econômico-territorial da citricultura, que encontrou na Estrada de Ferro Central do Brasil sua possibilidade de escoamento da produção [...]” (Lima, 2019, p.40). Esta nova configuração do espaço, voltado para economia laranjeira, propiciou a urbanização dessa área através do modelo de loteamentos populares.

A região da estação ferroviária de Maxambomba viu surgir uma elite econômica agrária que exerceu influência em toda a região. Até hoje podemos ver a herança dessa prosperidade da citricultura em Nova Iguaçu na parte do cento da cidade voltada para o maciço do Gericinó, bem como no bairro iguaçuano conhecido como Caonze. Hoje, essas localidades contam com muitas residências de classe média alta, formando o km² mais caro da cidade. (Lima, 2019, p. 43-44).

No entanto, a prosperidade da citricultura na região foi, de certa forma, interpretada como uma barreira para a urbanização de Mesquita, pois se constituía de um lado da linha férrea

como área onde se localizavam as olarias, e do outro lado, “como um prolongamento das terras dos férteis laranjais, ao passo que sua vizinha Nilópolis seguia em um ritmo de urbanização mais acelerado” (Lima, 2019, p. 43-44).

1.4 Loteamentos populares e urbanização

A economia laranjeira se sustentava em um esquema de dependência à subsídios, incentivos fiscais e de uma política cambial que tornasse barata a importação da laranja brasileira pelos países. Mesmo com o surto industrial vivido nas décadas de 30 e 40, não houve investimento no aproveitamento da laranja para derivados que poderiam ser comercializados.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, os países retraem seus mercados, pois suas produções econômicas passaram a estar mais voltadas para guerra, reduzindo drasticamente a importação de produtos, sobretudo aqueles que não eram considerados essenciais, como a laranja. A exportação para países das Américas do Sul e Norte se vê prejudicada pela concorrência com a Califórnia, que passa a abastecer a América do Norte. O alto custo do combustível dificulta a exportação para os países da América do Sul e mesmo a comercialização dentro do país e do próprio estado. A todas essas circunstâncias somava-se a consolidação da produção citricultora na região de Limeira, em São Paulo.

Com a falta de mercado, as laranjas começam a apodrecer no pé, virando alvo de pragas. As laranjeiras começam então a ser cortadas para o uso da madeira, como carvão ou lenha. Quando a segunda Guerra Mundial acaba, cria-se a proibição à exportação da laranja, com o intuito de evitar o desabastecimento do mercado interno, o golpe final na economia laranjeira.

A partir daí os laranjais vão desaparecendo da paisagem de Nova Iguaçu. Em 1950 a planície em torno da sede do município já está totalmente loteada. Os que ainda resistem se localizam onde não há condições de se criar loteamentos, como é o caso da encosta da Serra de Madureira e nas terras da Santa Casa ainda em litígio (Soares, 1962). Entretanto, mesmo nessas áreas a laranja será abandonada na década de 1960, abrindo caminho para a consolidação da ocupação urbana em praticamente toda área do distrito sede e nos demais distritos (Simões, 2011, p. 145).

Somada a decadência da citricultura na região, as olarias devido ao esgotamento do solo que ocasionara uma redução da qualidade da produção, começam a entrar em declínio, a própria companhia dos irmãos Ludolf encerra suas atividades na década de 1950¹¹. Assim, quando

¹¹ Em 1960 a Companhia Materiais de Construção-Olaria Ludolf & Ludolf já havia vendido quase toda sua propriedade imobiliária na região, por meio do loteamento de suas terras iniciado em 1954 (Silva, 2005, p. 50).

ocorre a expansão da marcha urbana em direção às regiões mais distantes da capital carioca, o município de Nova Iguaçu tinha, nos seus distritos, terreno preparado para o modelo de loteamento popular, que eram aqueles das antigas olarias.

Fatores externos à região também impulsionaram o processo de urbanização das terras de Nova Iguaçu, assim como de suas regiões vizinhas da Baixada Fluminense. As reformas implantadas na capital carioca, o processo de desenvolvimento do mercado de terras para fins urbanos no Estado e a melhoria dos transportes públicos constituíram-se fatores associados à expansão da malha urbana em direção a Baixada Fluminense, sobretudo os territórios mais próximos a capital. No entanto, há outros fatores que se somam ao movimento de urbanização da região.

A política de encilhamento¹² e a decadência da exportação do café brasileiro já haviam aquecido o mercado de terras, atraindo setores em busca de formas mais seguras de investimento diante da instabilidade na principal frente do mercado financeiro e desvalorização da moeda. O mercado ainda vinha tornando-se mais atrativo em vista da procura por parte da população de áreas residenciais próximas as redes de transporte e com condições melhores de habitação que os cortiços. Ocorre uma expansão da ocupação de terras em direção ao norte do estado, sobretudo pelo enrijecimento da legislação de moradias na capital, em combate a construção de cortiços, que ocasionou um aumento dos valores de aluguel.

É nesse contexto que o mercado de terras começa a se desenvolver no Rio de Janeiro no final do século XIX, consolidando-se nas duas primeiras décadas do século XX. Conforme aponta o Simões (2011, p. 116):

Já em 1891 surgem as primeiras empresas imobiliárias, como a Companhia Melhoramentos dos Subúrbios e a Empresa de Construções Cíveis, que vão atuar no mercado de terras, mas é nas primeiras décadas do século XX que assistiremos ao surgimento de grandes companhias imobiliárias como a Cia Territorial do Rio de Janeiro (1912), Cia Suburbana de Terrenos e Construções (1912), Cia Popular de Imóveis (1918), Cia Predial SA (1912), Rocha Miranda e Filhos (1919).

Se por um lado, como já mencionado no texto, o enrijecimento da legislação de moradias na capital carioca, sobretudo a partir do combate às moradias populares conhecidas como cortiços, os valores de aluguel aumentaram consecutivamente. Por outro lado, nas regiões mais

¹² Ficou conhecida como Encilhamento a política adotada pelo Ministro da Fazenda do governo de Marechal Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa. Estimulava a impressão de papel moeda por casas bancárias através da garantia de títulos da dívida pública e acabou por gerar desvalorização da moeda e alta especulação no mercado de ações.

afastadas do centro do estado do Rio de Janeiro a fiscalização diminuiu e a distância em relação ao centro influenciou na queda dos preços¹³. Neste momento, a população com menor poder aquisitivo passa a ser atraída a compra destas terras, que se daria congruente à precarização e baixa qualidade de vida – tornando-se características marcantes nesses contextos territoriais.

Esse modelo de diferenciação em relação aos loteamentos seria fundamental para a construção dos segregacionismos comuns a construção urbana da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. E assim, a partir da década de 1910, o modelo de bairros com baixa qualidade de vida chega a Baixada Fluminense, tornando-se a forma de moradia hegemônica da região, aproveitando-se das condições propícias: acesso ao transporte de massa – no caso, o ferroviário – e agricultura estagnada – responsável pelo barateamento das terras.

Com a expansão dos loteamentos populares pelo estado, estes não tardam a se expandir para os municípios da Baixada, possibilitados, sobretudo, pela Estrada de Ferro Central do Brasil. Os preços de terrenos na região possuíam preços ainda mais atrativos que no subúrbio carioca, seus valores eram limitados devido à ausência de serviços públicos e infraestrutura, como abastecimento de água, saneamento básico e rede elétrica. Impulsionando até mesmo movimentos migratórios da população mais pobre do interior do estado do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do nordeste do país. Soares (1962) explica esse recorte social no processo de urbanização do município de Nova Iguaçu no período:

É absoluta a predominância das construções de tipo proletário, que contam com grandes facilidades da parte da Prefeitura, a qual limita suas exigências, para as construções desse [sic] gênero, ao pagamento de uma taxa de vinte cruzeiros, destinada à aprovação de planta impressa e fornecida pela própria municipalidade. Além disso, há grande benevolência para as construções clandestinas, que são feitas geralmente por pessoas sem recursos e com relação às quais a Prefeitura promove, de quando em quando, uma legalização geral. Só no ano de 1957 foram legalizadas 1.359 construções dessa natureza no distrito da sede (Soares, 1962, p. 183-185).

Começam os loteamentos, então, nos municípios mais próximos da capital, sendo a estação mais próxima a de Engenheiro Neiva, futura Estação de Nilópolis. No território próximo à estação é feito o primeiro loteamento da região em função da linha ferroviária, em

¹³ O primeiro fruto da nova maneira de pensar a questão surgiu com a postura de 5 de dezembro de 1873: "Não serão mais permitidas as construções chamadas 'cortiços', entre as praças de D. Pedro II e Onze de Junho, e todo o espaço da cidade entre as ruas do Riachuelo e do Livramento". Em setembro de 1876, outra postura reforçaria a proibição, esclarecendo que a interdição à construção de cortiços valia mesmo quando os proprietários insistissem em chamá-los "casinhas ou com nomes equivalentes". Estavam se engendrando os instrumentos legais para a guerra de extermínio contra os cortiços ou — o que dá quase no mesmo — para a política de expulsão das "classes pobres"/ "classes perigosas" das áreas centrais da cidade (Chalhoub, 1996, p. 34).

1913, a partir do retalhamento de parte das terras de João Mirandela. Ainda no município, é inaugurada a Vila Ema, loteamento onde são construídas as primeiras casas da região para venda.

A região do atual município de São João de Meriti, privilegiada pela criação do ramal Circular da Pavuna, por estar localizada junto a uma parada de baldeação de passageiros e por ser área de limites com a capital carioca, passa por intenso processo de retalhamento de terras para loteamento urbano. Sendo assim, durante as primeiras décadas do século XX, vão surgindo diversos loteamentos próximos às estações de trem, como os de Éden, Vila Rosaly, Agostinho Porto e Coelho da Rocha. A região passa por um processo de crescimento exponencial da população, principalmente nas áreas próximas à linha ferroviária. Outras localidades passam pelo mesmo processo com a construção da Rodovia Presidente Dutra em 1951.

O município de Belford Roxo chega a um período de maior ocupação urbana a partir de 1950, com a eletrificação da Estrada Ferroviária Linha Auxiliar e sua conseguinte passagem pela a região. Assim, os passageiros do ramal passam a fazer baldeação na região para o trem elétrico, gerando um fluxo de pessoas, o que atraía a população para o local. De extrema importância no processo também foram a construção da Rodovia Presidente Dutra (em 1951), do Complexo Bayer (em 1958) e ter-se tornado estação terminal com a desativação da Estrada de Ferro Rio D'Ouro (em 1966). O território passa, então, por um intenso processo de ocupação a partir do mesmo sistema de loteamentos populares.

Com a decadência da citricultura na década de 1940, o atual território de Mesquita recebe suas primeiras indústrias interessadas nos valores atrativos de suas terras: Sonarec, Pumar, IBT e Brasferro. Se acentua o processo de urbanização da região, surgindo novos loteamentos, chegando o crescimento populacional a implicar na criação de uma nova estação, a Estação do Boi, hoje Estação de Edson Passos, criada em 1950. O processo de loteamentos se estende até a década de 1980, implicando na sua consolidação urbana. Assim:

A explosão populacional e a industrialização crescente fizeram com que Mesquita fosse elevada à categoria de 5º distrito de Nova Iguaçu em 1952. O distrito de Mesquita foi criado a partir da lei n.º 1472, de 28 de abril de 1952. Pela Lei Estadual n.º 1472 de 28-04-1952, são criados os distritos de Mesquita e Japeri e anexados ao município de Nova Iguaçu (Lima, 2019, p. 50).

Gênesis Torres (2008) informa os loteamentos mais antigos a ocuparem o território mesquitense, são eles:

Tabela 1: Loteamento antigos do território de Mesquita

Propriedade	Localidade	Ano
Horácio Lemos e Edgar Azevedo e Edgar Azevedo	Próximo à Estação Jerônimo de Mesquita	1927
Horácio Lemos	Próximo à Estação do Boi	1936
Horácio Lemos	Atual bairro da Coréia	1946
I.S.A. Imóveis S.A.	Atual bairro de Rocha Sobrinho	1946 1948
Banco Delamare	Atual bairro da Chatuba	1951
Américo Ludolf	Atual bairro de Rocha Sobrinho	1952
José Francisco e João Santinoni	Atual bairro de Vila Norma	1953
Campanha Materiais de Construção	Atuais bairros de Santo Elias, Juscelino e Vila Emil	1954
Sociedade Agrícola Caramujos Ltda.	Atual bairro de Vila Emil	1961
Irene Rodrigues Pinto	Atual bairro de Cosmorama	1962

Fonte: Gênese Torres (2008, p. 221-222)

O município de Queimados passa por processo semelhante ao de Mesquita, surgindo os primeiros loteamentos com a decadência da citricultura e associados à Estrada Ferroviária Central do Brasil. Os primeiros loteamentos foram os da Vila das Mangueiras, das Porteiras, dos Bambus e Vila Tinguá. A construção da Rodovia Presidente Dutra, em 1950, atrai indústrias à região, que agem como freio a esse processo de loteamento, devido à criação de grandes áreas para estas destinadas e à especulação imobiliária consequente. O surgimento de loteamentos, na região, se daria com maior amplitude somente na década de 1980, mas por meios da clandestinidade. A mancha urbana atual do município, demonstra a sua concentração próxima a ferrovia, com pouca representatividade em áreas próximas a Via Dutra.

O panorama apresentado aqui sobre a maneira como ocorreu a formação do espaço urbano no município de Nova Iguaçu durante os períodos expostos, em que Mesquita ainda integrava seu território, tem o objetivo de explicitar como o modelo de loteamento e autoconstrução contribuiu para o surgimento de espaços que até a atualidade apresentam como característica principal a baixa qualidade de vida. Ainda fazendo a ressalva da participação do poder público, que junto às empresas de moradia, operaram no sentido de construir a segregação

espacial característica do Estado do Rio de Janeiro. Ressalto que o projeto de segregação espacial presente no Estado do Rio, do qual a Baixada Fluminense está envolvida, junto a outras regiões, é e foi parte de um projeto de Estado.

Enquanto Nova Iguaçu, o mais próximo dos velhos núcleos e objeto do presente estudo já está integrada no espaço urbano do Grande Rio de Janeiro, Majé [sic], mais distante, servida por estrada de ferro deficiente e até bem pouco tempo, por uma estrada de rodagem de segunda classe, mantém ainda certa autonomia. Apesar disso, já se fez sentir, fortemente, sobre ela a influência da metrópole, de vários modos, estando por isso incluída em sua área metropolitana. Majé [sic] não é uma cidade satélite porque as numerosas e importantes indústrias, que no município se localizaram, não procuraram a cidade para a sua instalação, preferindo instalar-se no meio rural, próximo às fontes de energia, de matéria-prima, de água e onde havia possibilidade de aquisição de enormes áreas por preços compensadores. A facilidade para o estabelecimento de comunicações em todas as direções, na baixada, é, como já foi visto, um dos fatores que permitem essa grande dispersão da indústria em meio rural, indústria que, muitas vezes, constrói a sua própria estrada de acesso à rodovia principal (Soares, 1962, p. 175).

Busquei ressaltar que não somente no espaço geográfico em que dedico este estudo, mas também seus municípios vizinhos da Baixada Fluminense, houve um processo de expansão da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Aumentando a influência, sobretudo econômica, da metrópole em municípios mais próximos a linha férrea. A região é destinada à residência da classe trabalhadora pobre, que utiliza do meio de transporte ferroviário para deslocar-se até a capital, onde é mão de obra das mais variadas atividades econômicas.

1.5 Emancipação de Mesquita

A emancipação de Mesquita em relação ao município de Nova Iguaçu embora tenha ocorrido somente em 1999, vinha sendo tema de grupos políticos da região desde meados do século XX, ocorrendo três tentativas de separação antes de sua efetivação. Durante o século ocorreu movimentos emancipacionistas em diversas localidades pertencentes ao município, o primeiro deles resultou na criação de Duque de Caxias, em 1943 – como já mencionado anteriormente. Nilópolis e São João de Meriti ainda viriam a se tornar independentes no ano de 1947, fortalecendo o movimento. Ocorreram ainda tentativas que buscavam a emancipação dos distritos de Queimados (em 1958) e Belford Roxo (no ano de 1962), embora ambas sem sucesso.

No território do 5º distrito de Nova Iguaçu, atual Mesquita, a primeira iniciativa ocorreu no ano de 1957, no contexto de crise da citricultura, do crescimento urbano através dos loteamentos e a crescente industrialização local. Entretanto, vale mencionar que no contexto

macro, a partir da promulgação da Constituição de 1946, os movimentos de emancipação foram impulsionados em todo país. Assim, com a formação de uma nova elite local e a crise econômica no município de Nova Iguaçu, aumentou a insatisfação com a baixa representatividade do distrito na câmara municipal e começaram as tentativas de formação de um executivo e legislativo próprios. Entretanto, o movimento se mostrara incipiente, não existindo força política suficiente, sem apoio expressivo tanto entre deputados da câmara municipal de Nova Iguaçu quanto da população¹⁴.

A segunda investida ocorreria três décadas depois, sendo o movimento interrompido pelo Regime Militar (1964-1985), que decretou o cessar dos empreendimentos de emancipação. Teve, à época, como grande incentivador Hélio Mendes Amaral, engajado também no empreendimento de 1957, que promoveu o primeiro plebiscito com o objetivo de consulta popular sobre a independência administrativa de Mesquita. O plebiscito ocorreu em 1987 e não obteve quórum suficiente, com a participação de apenas 18% da população.

Em 1993 e 1995 ocorreram dois novos plebiscitos que, apesar de um maior engajamento político e financeiro na causa da emancipação¹⁵, também não obtiveram quórum. A emancipação de Mesquita só ocorreria através de disputas judiciais, que buscavam provar que os antigos plebiscitos já haviam validado a sua independência. O argumento utilizado pelo Comitê Pró-Emancipação era o de que a contagem dos votos havia sido fraudada:

Como consequência do insucesso do plebiscito de 1995, iniciou-se outra campanha, a que iria provar que Mesquita já era emancipada. Tal processo foi liderado pelo Comitê Pró-Emancipação e durou quatro anos. Em 1999, após um trâmite judicial, envolvendo várias instâncias: o Comitê – Pró Emancipação, a Câmara de Vereadores, a Prefeitura de Nova Iguaçu, o Tribunal Regional eleitoral do Rio de Janeiro e o Supremo Tribunal Federal; este último decidiu pela emancipação do quinto distrito de Nova Iguaçu. Em 15 de setembro de 1999 foi votado o projeto de Lei da emancipação, e a 25 de setembro de 1999, o então governador Anthony Garotinho sancionou a lei criando o município de Mesquita (Barros, 2011, p. 25).

O anúncio da emancipação foi feito em uma das vias públicas e no ano seguinte ocorreram as primeiras eleições para o legislativo e executivo, consagrando José Montes Paixão

¹⁴ Um interessante acontecimento da primeira tentativa de emancipação foi o desaparecimento, no ano de 1962, do processo encaminhado à Assembleia e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Sendo o caso ainda não desvelado, permanece como um mistério (Barros, 2011).

¹⁵ Sobretudo, devido a adesão de José Montes Paixão à causa, tendo sido opositor nas tentativas anteriores, enquanto adversário político de Mendes Amaral, somente aderiu ao movimento após a morte do mesmo. Sobre a importância de Paixão: “O fato é, que, com a adesão desse político, verifica-se a entrada de um componente, praticamente ausente nos movimentos anteriores, qual seja, a injeção de dinheiro, possibilitando uma maior divulgação da campanha” (Barros, 2011, p.120).

como primeiro prefeito e diversos vereadores envolvidos no movimento pela independência do município.

É interessante observar os signos escolhidos para a elaboração do Brasão de Armas do Município de Mesquita, criado em 2003, através da Lei nº142. Nele aparecem elementos como: a roda, simbolizando o Engenho da Cachoeira; Chaminé, representando as olarias e cerâmicas; Caixa D'água, simbolizando a Cidade Industrial; locomotiva da estrada de ferro D. Pedro II; ramos de cana de açúcar e Laranja guarnecendo o escudo. Ao lado do nome do município estão as datas de 1884 e 1999, representando respectivamente a construção da Estação Ferroviária Jerônimo de Mesquita e a data de sua emancipação (Barros, 2011, p. 27). O brasão busca representar a construção simbólica de uma história do município, que remonta muitos fatos explorados no decorrer deste capítulo.

Figura 1: Brasão de Armas do Município de Mesquita.



Fonte: Retirado do *website* da Prefeitura de Mesquita.

Mesquita teve seus limites geográficos estabelecidos a partir da região do 5º Distrito de Nova Iguaçu, contando com uma área de 41,169 km², tendo suas fronteiras limitadas a sul pelo município do Rio de Janeiro, a sudeste com Nilópolis, a oeste e noroeste com Nova Iguaçu, a leste com São João de Meriti e a nordeste com Belford Roxo. Sua população é majoritariamente urbana, de 167.127 pessoas¹⁶, com densidade demográfica de 4.059,54 habitantes por km², seu Índice de Desenvolvimento Humano¹⁷ é 0,737 atualmente maior do que o de Nova Iguaçu

¹⁶ INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades e Estados: Mesquita. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/mesquita.html>. Acesso em: 9 de jul. 2024.

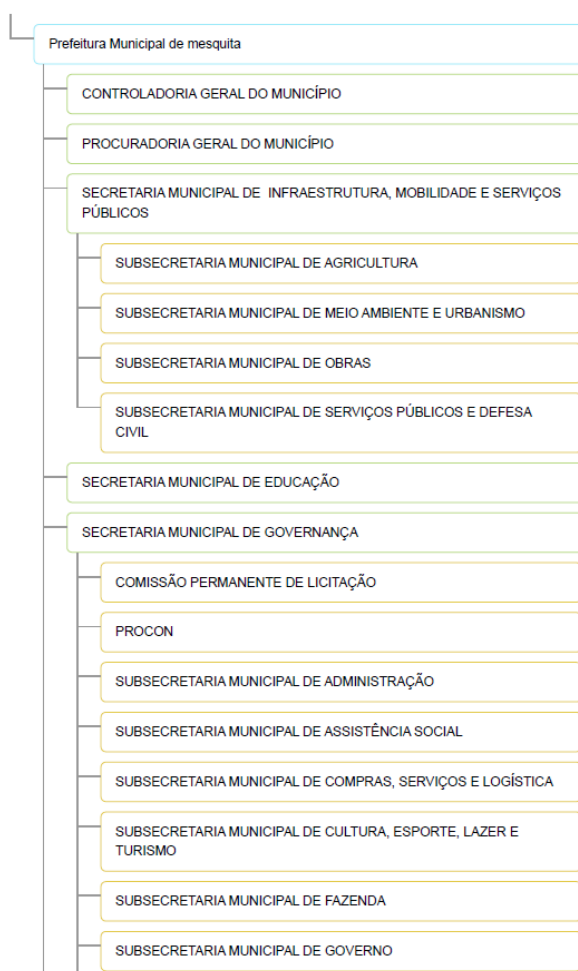
¹⁷ INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades e Estados: Mesquita. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/mesquita.html>. Acesso em: 9 de jul. 2024.

(0,713), Belford Roxo (0,684) e São João de Meriti (0,719), estando atrás dos seus vizinhos Nilópolis (0,753) e Rio de Janeiro (0,799).

Seu atual prefeito é Marotto Miranda, eleito em 2024 pelo Partido Liberal (PL), sucedendo seu tio Jorge Miranda (2017-2024), que esteve a frente do executivo municipal em dois mandatos, o primeiro de 2017 a 2020 pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e o último (2021-2024) pelo Partido Liberal (PL).

A estrutura organizacional da prefeitura de Mesquita conta com quatro secretarias, sendo elas: Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Secretaria Municipal de Governança (SEMGOV), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (SEMINSP) e Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS). O organograma divulgado no *website* da prefeitura e está organizado da seguinte maneira:

Figura 2: Organograma atual da Prefeitura de Mesquita.



Fonte: Retirado do *website* da Prefeitura de Mesquita.

Por meio de uma revisão bibliográfica de autores estudiosos da Baixada Fluminense e de Mesquita, em específico, procurei revisitar processos históricos tanto na esfera micro quanto

macro que influenciaram na construção do espaço geográfico *locus* da minha pesquisa. Sem a intenção de fazer um trabalho propriamente historiográfico ou mesmo uma história do município, mas focando no percurso de construção de seus limites e nos fatores sociais de sua constituição.

O encaminhamento escolhido se deu no sentido de perceber como o espaço foi-se constituindo pelos acontecimentos históricos destacados, pois entendo que devemos atentar para a dimensão temporal, indissociável ao processo de construção do espaço, como nos instrui o geógrafo Rogério Haesbaert (2021). De quem evoco as palavras: “características muito relevantes são a força do legado histórico acumulado, a ‘ancestralidade’, e a identidade cultural do grupo, traços singulares que dificultariam a reprodução da experiência em outros contextos (Haesbaert, 2021, p. 309).

2. POLÍTICAS CULTURAIS COMO POLÍTICAS PÚBLICAS

Por suposto, o objeto prioritário da interferência estatal são as questões definidas institucionalmente como estando ligadas ao interesse geral. Entretanto, o âmbito do que se qualifica como público, ligado ao interesse geral, não é delimitado de maneira isenta, uma vez que o Estado é um lugar de domínio de conflitos, contraditório em sua natureza, e não um espaço de neutralidade, situado além e acima das diferenças constitutivas do social (Augusto, 1989, p. 107).

No presente capítulo, buscarei o entendimento das variantes ideológicas da atuação do Estado no campo da cultura. Antes de tratar propriamente das políticas na área de cultura, procuro definir alguns conceitos preliminares nesse estudo, na intenção de elucidar como estes são adotados na pesquisa.

A partir dessa abordagem conceitual inicial parto para a apresentação e compreensão das políticas públicas de cultura desenvolvidas entre a segunda metade do século XX e primeiras décadas do século XXI no país.

2.1 Política, políticas culturais e políticas públicas de cultura

Historicamente, o termo política, em sua definição clássica, está relacionado a ideia de tudo aquilo referente ao conceito de cidade da Grécia Antiga, podendo ser facilmente transplantada a ideia de cidade para a daquilo que é público, ou de interesse público. Definição que marca o conceito até a contemporaneidade.

Derivado do adjetivo originado de pólis (politikós), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, o termo Política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada Política, que deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade (Bobbio, 2002, p. 954).

Já a filosofia política pós-clássica passou a ter como principal característica a discussão sobre o que é e o que não é pertinente ao Estado. Logo:

O tema fundamental da filosofia política moderna é o tema dos limites, umas vezes mais restritos, outras vezes mais amplos, conforme os autores e as escolas, do Estado como organização da esfera política, seja em relação à sociedade religiosa, seja em relação à sociedade civil (entendida como sociedade burguesa ou dos privados) (Bobbio, 2002, p. 960).

A autora Maria Helena Oliva Augusto, em seu texto *Políticas públicas, políticas sociais e política de saúde: algumas questões para reflexão e debate*, aponta que a noção de política

implica uma ideia de orientação unitária para com os fins a serem atingidos. Esse sentido dado ao termo denota, portanto, “um conjunto articulado de decisões de governo, visando fins previamente estabelecidos a serem atingidos através de práticas globalmente programadas e encadeadas de forma coerente” (Augusto, 1989, p. 106).

O conceito de *política pública*, por sua vez, foi utilizado para definir intervenções estatais no âmbito social, em qualquer uma de suas esferas, sobre a ideia do estabelecimento de diretrizes claras.

Dentro dessa discussão outro conceito que acaba aparecendo em textos e no discurso político é o de *política social*. Contextualizado no período da ditadura civil-militar no Brasil, ocasionado principalmente pelo abismo social causado pela crescente concentração de renda e o desenvolvimento excludente promovido pelo modelo político-econômico hegemônico do regime, forçando o Estado brasileiro a aumentar seu interesse pela área social. Outro fator que não chega a se contrapor ao já apresentado, mas sim o complementa, é o de que esse interesse teria aumentado pelo entendimento da importância de expansão de políticas sociais para a legitimação e estabilidade do regime autoritário.

No nosso país o campo de atuação das políticas sociais é marcado pela tradição desenvolvida a partir do documento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979). Recorrendo ao debate teórico do campo, mais especificamente aos teóricos da teoria da cidadania¹⁸, o entendimento da política social está ligado ao conceito de cidadania, definida por Marshall como um conjunto de direitos divididos em três blocos: direitos civis, direitos políticos e os direitos sociais. Marcos Antônio Coimbra, em texto sobre as abordagens teóricas de estudo das políticas sociais, aponta que o conceito de cidadania exposta por Marshall:

[...] implicaria possuir os mesmos direitos, nas esferas do civil, do político e do social. Implica, portanto, que todos tenham iguais condições de acesso ao mínimo que a sociedade, no estágio de desenvolvimento em que estiver, aceita como tolerável (Coimbra, 1987, p. 85).

Os direitos sociais de acordo com Marshall contemplam desde “direito a um mínimo bem-estar econômico e de segurança, ao direito de participar por completo, na herança social e a levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (Marshall, 1963, p.113 *apud* Coimbra, 1984, p.82). Podemos então definir como políticas

¹⁸ A teoria da cidadania tem como obra seminal o texto “Classe Social e cidadania” de T. H. Marshall, escrito no contexto pós Segunda Guerra Mundial, que se tornou um clássico do campo das políticas sociais.

sociais, as intervenções governamentais que atuam na garantia aos direitos sociais, restando a questão: quais direitos seriam esses?

A ausência de uma definição mais precisa sobre o termo acaba trazendo para a área de conforto de sua utilização algo muito semelhante ao estabelecido no II PND, que não menciona ou não se debruça sobre a questão cultural¹⁹.

Essa concepção iria tornar a aparecer sob a perspectiva de alguns trechos das falas de outros ministros e até mesmo presidentes, como Gilberto Gil no período em que foi Ministro da Cultura, poderíamos afirmar que sob sua ótica de atuação, as políticas culturais são afirmadas como políticas sociais. Percebendo uma forte relação inclusive com o conceito de cidadania e direitos sociais: “Porque o acesso à cultura é um direito básico de cidadania, assim como o direito à educação, à saúde, à vida num meio ambiente saudável” (Gil, 2003, p.11).

O conceito desenvolvido por Nestor García Canclini, foi escolhido por estipular os atores envolvidos e a articulação entre eles, e por sua difusão, ao ponto de ser considerado um clássico no nosso no campo de estudos da cultura. Segundo o autor:

Entenderemos por políticas culturais o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, pelas instituições civis e pelos grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social (García Canclini, 2017, p.56).

O presente texto se propõe a análise as políticas culturais sobre a luz deste conceito, mais especificamente a atuação do Estado brasileiro como ente impulsionador e/ou patrocinador, através do Ministério da Cultura, mais especificamente da política do Sistema Nacional de Cultura, o que então traz um novo recorte conceitual. Trata-se de um texto de políticas públicas de cultura, em que o ator sobre o qual se debruçará o estudo será o executivo municipal em sua relação com uma política nacional, embora não dissociado de entidades privadas, grupos comunitários e entidades civis. Parto primeiro, da esfera macro, da política nacional para cultura desenvolvida pelo MinC, para chegar a micro, o município de Mesquita, para compreender em que medida tem acontecido a relação entre os entes dentro do pacto federativo.

¹⁹ Vale mencionar que a época do estabelecimento do plano, sob a atuação de Ney Braga, Ministro da Educação e Cultura, este veio a “inserir o domínio da cultura entre as metas da política de desenvolvimento social do governo Geisel” (Miceli, 1984, p. 75).

2.2 O Sistema Nacional de Cultura como objeto de pesquisa

Nesse item proponho analisar as políticas que se encaixam no paradigma da Democracia Participativa desenvolvido por Néstor García Canclini para as políticas culturais como Democracia Cultural. Considerando o Sistema Nacional de Cultura (SNC) como política pública que se propõe a incorporar a sociedade civil através de um conceito de gestão compartilhada, pressuponho que este constitui-se como importante instrumento de análise para responder em que medida tem ocorrido a articulação na gestão compartilhada entre o Governo e a sociedade. Assim, busco compreender se o SNC tem se mostrado eficaz para democratizar os processos decisórios e para garantir a participação da sociedade de forma permanente e institucionalizada.

Para tanto foi estabelecido o recorte temporal correspondente ao período 2003-2018. Desenvolvo o estudo baseando-me em três pontos principais: a tradição histórica da política cultural no Brasil; o tipo e os fins da política executada no período do recorte; e a perspectiva sobre a cultura e política cultural desenvolvida pelo Sistema Nacional de Cultura. Buscando entender sua relação com os territórios da Baixada Fluminense, com um olhar especial para o município de Mesquita

A discussão e exposição desses dois pontos é realizada nos subitens: “Tristes tradições²⁰: autoritarismo e políticas culturais” e “Paradigmas da política cultural”.

Como elucidação, ressalto que a escolha do marco de encerramento do recorte se dá sobretudo pelo ressurgimento de algumas de suas tristes tradições no mandato de Jair Messias Bolsonaro na presidência da República. O presidente, desde a época em que era candidato e mesmo em seus anteriores mandatos como deputados, se manifestou em uma série de tentativas deslegitimando e até criminalizando manifestações culturais.

²⁰ Antônio Canelas Rubim caracteriza a trajetória das políticas culturais no Brasil como marcadas por tristes tradições, que sintetiza em **ausências**, demarcando todo o período anterior a Era Vargas de nossa história, reinaugurada com o período democrático de 1945 a 1964 e que atinge seu ponto culminante no mandato do tucano Fernando Henrique Cardoso, em que o autor tece críticas a ausência de políticas culturais de Francisco Weffort, cuja gestão no MinC se baseou em ampliar a utilização das leis de incentivo pelo mercado. A segunda tradição é a do **autoritarismo**, caracterizado pela Era Vargas, inaugurando políticas públicas na área de cultura do Brasil, marcadamente nacionalistas e elitistas, e no período da ditadura cívico-militar, de 1964 a 1985, marcada pela repressão e censura. Em **instabilidades**, o autor demarca o período pós-ditadura militar, em que instituições vivem profunda instabilidade, e o recém independente Ministério da Cultura passa por desmantelamentos, é transformado em secretaria e recriado diversas vezes (Rubim, 2008)

A eleição de Jair Bolsonaro já era antecipada pelo setor cultural como preocupante, visto que além de todas as questões problemáticas de seu discurso e trajetória política, seu plano de governo mencionava a cultura somente 3 vezes²¹. É perceptível através da leitura do plano e dos três momentos em que cita a palavra “cultura” a inexistência de qualquer proposta de política cultural.

Quando eleito, uma de suas primeiras medidas foi a extinção do Ministério da Cultura, que foi reduzido a uma secretaria, já vinculada ao Ministério da Cidadania e depois ao Ministério do Turismo. Além de reduzido à secretaria, a pasta da cultura virou palco de sucessivas polêmicas e mudanças na chefia, que chegou ao número de cinco secretários, encerrando sob a gestão de Hélio Ferraz que substituiu o ator Mário Frias, durante o final de seu mandato. Antes de Frias a secretaria foi chefiada pelo jornalista Henrique Pires, o economista Ricardo Braga, o diretor de teatro Roberto Alvim, o administrador José Paulo Martins e a atriz Regina Duarte²². Ainda em seu primeiro ano de mandato Bolsonaro cancelou editais, ameaçou a Agência Nacional do Cinema, promoveu o esvaziamento da Lei Rouanet e alterou o funcionamento do Conselho Nacional de Políticas Culturais, promovendo uma série de retrocessos em sua esfera participativa.

O país ainda enfrentou ameaças constantes de autoritarismo por um político que sempre se mostrou simpatizante ao período da ditadura cívico-militar. O mandato presidencial de Jair Bolsonaro foi marcado por episódios, como: passeatas contra o congresso e o judiciário, pedidos de volta do AI-5, “motociatas” ao estilo Mussolini, encontro com personalidades de partidos neonazistas estrangeiros, uso de símbolos atrelados tanto ao fascismo italiano quanto ao nazismo alemão por parte do presidente, de seus ministros e secretários. O próprio Roberto Alvim, quando secretário da cultura, chamou a atenção pública após um discurso em que parafraseou o ministro de propaganda da Alemanha nazista, Joseph Goebbels. O secretário Mario Frias não ficou para trás, sendo um dos membros do governo, que como o presidente, se

²¹ Primeiro, para dizer que “Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira” (Bolsonaro, 2018, p. 8). Segundo, ao falar sobre o combate a corrupção “O Brasil passará por uma rápida transformação cultural, onde a impunidade, a corrupção, o crime, a ‘vantagem’, a esperteza, deixarão de ser aceitos como parte de nossa identidade nacional, POIS NÃO MAIS ENCONTRARÃO GUARIDA NO GOVERNO” (Bolsonaro, 2018, p. 15). E por último: “Países, que buscaram se aproximar, mas foram preteridos por razões ideológicas, têm muito a oferecer ao Brasil, em termos de comércio, ciência, tecnologia, inovação, educação e cultura” (Bolsonaro, 2018, p. 79).

²² ATOR Mário Frias é nomeado e sucederá Regina Duarte como secretário de Cultura. G1, Brasília, 19 de jun. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/19/ator-mario-frias-e-nomeado-e-sucedera-regina-duarte-como-secretario-de-cultura.ghtml>. Acesso em: 03 de ago. de 2024.

reuniram com Beatrix von Storch, líder do partido neonazista Alternativa para a Alemanha e neta do ex-ministro de Finanças de Adolf Hitler²³. Mesmo após o fim de seu mandato e sua derrota no processo eleitoral de 2022, marcado por contestações ao processo eleitoral e pedidos de voto impresso, o país ainda vivenciaria um (último?) episódio ligado à sua essência autoritária. Em 8 de janeiro de 2023, um grupo de seus apoiadores invadiram a sede dos três poderes em Brasília, causando terror e ameaçando a democracia, com pedidos de intervenção militar e depredação do patrimônio público. Para a cultura, mais uma perda, inúmeros objetos históricos e obras de arte foram danificadas, algumas ainda em processo de restauração e outras aguardando mão de obra e recursos necessários a suas características e danos específicos²⁴.

O setor cultural vivenciou o fechamento de instituições, precarização das sobreviventes e a perda de patrimônio. Simbólico do estado da cultura no país, além do incêndio do Museu Nacional em setembro de 2018 no mandato do presidente Michel Temer²⁵, é o incêndio que atingiu a Cinemateca Brasileira no dia 30 de julho de 2021. Em fevereiro de 2020, a Cinemateca já havia sido afetada por um alagamento em sua sede, com comprometimento e perda de parte de seu acervo²⁶. Sem um responsável por sua gestão desde 31 de dezembro de 2019 e demitida grande parte da equipe, a situação de risco do acervo da instituição já havia sido denunciada por funcionários. A carta divulgada em 12 de abril de 2021, menciona o abandono, falta de equipe e o risco de incêndio. O risco de incêndio também havia sido alertado pelo Ministério Público Federal, no dia 20 de julho de 2021, dado em uma audiência com representantes da União que já tinha como assunto o abandono da Cinemateca. Os funcionários em nova carta, após o incêndio, tratam o acontecimento como “tragédia anunciada” e o histórico não permite outra conclusão.

²³ MÁRIO Frias também se encontrou com neta de ministro de Hitler. Carta Capital, 31 de jul. de 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/mario-frias-tambem-se-encontrou-com-deputada-da-ultradireita-alema2/>. Acesso em: 03 de jun. de 2024.

²⁴ INVASÃO ao Congresso: um mês depois, tom é de confiança na democracia. Agência Senado, 7 de jan. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/02/07/invasao-ao-congresso-um-mes-depois-tom-e-de-confianca-na-democracia>. Acesso em: 23 de jun. de 2024.

²⁵ Michel Temer assume a presidência através de um golpe jurídico-parlamentar apoiado pela mídia brasileira em 2016, que depôs a então presidente Dilma Rousseff, através de uma peça jurídica claramente forjada e política para tornar “crime de responsabilidade” alguns atos de seu governo praticados por inúmeros presidentes da história republicana. Temer teve um governo marcado por protestos e pela pressão popular que criticava sua legitimidade e mudança de lado ao apoiar o golpe contra o governo do qual fazia parte como vice-presidente.

²⁶ CAPUANO, Amanda. Funcionários da Cinemateca: incêndio foi “crime anunciado”. Veja, 30 de jul. de 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/funcionarios-da-cinemateca-incendio-foi-crime-anunciado/>. Acesso em: 03 de jun. de 2024.

Mesmo com a retomada do Ministério da Cultura, recriado em 2023 após a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, estes fatores, dentre outros, motivaram a definição do marco final do recorte temporal. Entendendo que a nova gestão teria sua análise complicada por se seguir junto ao andamento da pesquisa, optei por privá-la também do período de análise. No entanto, não isenta o presente trabalho de pesquisa de expor e analisar dados que se estendam até datas atuais, nos momentos em que considerar necessário. Mas, em um movimento de conhecermos a história para compreendermos o presente, vamos voltar a reconstituição das trajetórias das políticas culturais, fazendo um percurso que revisitará momentos históricos da construção das políticas culturais federais e locais ocorridas no período republicano brasileiro.

2.2.1 Tristes tradições: autoritarismo e políticas culturais

A primeira experiência de institucionalização do campo tem como marco o governo de Getúlio Vargas (1930-45), na gestão de Gustavo Capanema no então chamado Ministério da Educação e Saúde (1934-45), em que instituições importantes que perduram até a atualidade, como o IPHAN, foram criadas. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional era denominado, na época, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Vale mencionar também a criação do Conselho Nacional de Cultura, em 1938, e do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE). Além dos investimentos na área de radiodifusão, área que recebeu notável atenção do Governo Vargas. Dessa maneira, foi inaugurada no país uma atuação sistemática do Estado na cultura que, no entanto, foi seguida de um conjunto de intervenções ditatoriais, que envolvia repressão e censura características de regimes de governo, como Estado Novo (Ditadura Vargas, de 1937-1945).

Vale evidenciar uma outra característica do governo Vargas/Capanema: seu viés fortemente elitista. Inexistindo uma esfera participativa com o público geral, restringindo ao debate a categoria intelectual e política do período. Um grande exemplo desse viés é a atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que se dedicou única e exclusivamente a preservação do patrimônio de “pedra e cal”, ou seja, do patrimônio colonial, voltando-se para estética barroca e monumental. Para Antônio Canelas Rubim (2008), essa atuação enquanto inaugural e carregada de características controversas, criou uma tradição de relação entre governos autoritários e políticas públicas de cultura. Nas palavras do autor:

A gestão inauguradora de Vargas/Capanema cria uma outra difícil tradição no país: a forte relação entre governos autoritários e políticas culturais nacionais. Ela irá marcar de modo substantivo a história brasileira. A política cultural implantada valorizava o nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as

classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro (RUBIM, 2008, p.6).

No período posterior à Era Vargas a responsabilidade pela área cultural foi transferida majoritariamente do Estado para iniciativa privada. No entanto, apesar do baixo grau de investimento do estado na cultura, as instituições criadas por Capanema se mantêm, suas atribuições não são repassadas para a iniciativa privada. Como expressão de continuidade, a atuação do SPHAN, como principal instituição cultural do país no momento, demonstrava um amadurecimento de sua institucionalidade. Os meios de comunicação passavam por sua fase de consolidação e expansão no país, o rádio se popularizava cada vez mais e chegava, em 1950, a televisão como uma novidade no território nacional.

O Estado não promoveu ações diretas e de relevância no campo cultural. Em contrapartida foi um tempo de enorme efervescência cultural. Como, por exemplo, o movimento impulsionado pela expansão das universidades públicas, em que o Estado simplesmente assistiu à criação dos Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC), no Rio de Janeiro e em diversas outras cidades. Os CPCs, mesmo com seu curto período de existência – foram criados em 1962 e fechados pela ditadura cívico-militar em 1964 –, formaram diversos intelectuais e artistas, como Ferreira Gullar, Geraldo Vandré e Nara Leão. Destacam-se as intervenções estatais responsáveis pela criação do Ministério da Educação e Cultura em 1953; a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), dedicado ao estudo e pesquisa da realidade brasileira; e a Campanha de Defesa do Folclore. Acrescenta-se ainda:

Algumas instituições privadas como o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, o Museu de Arte de São Paulo, a Fundação Bienal, entre outras, foram declaradas de utilidade pública e passaram a receber subvenções do governo federal, porém sempre de maneira descontinuada, nada que se possa chamar de uma política de financiamento ou de manutenção de instituições culturais (Calabre, 2009, p. 89).

Esse período de ausência da participação do Estado na área cultural foi encerrado pela ditadura cívico-militar, que reinstaurou um programa de intervenções no campo, mais uma vez voltadas para repressão e controle. Durante o governo militar houve um grande investimento na área da telecomunicação, através da criação da Telebrás e Embratel, controlados rigorosamente pelo Serviço Nacional de Informações (SNI).

Após o golpe de 1964, o que se seguiu foi a limitação dos poderes da ação civil pelas Forças Armadas. Embora, em contramão ao discurso, baseado no restabelecimento da ordem institucional para a posterior devolução do poder aos civis. A ditadura cívico-militar brasileira

é marcada tanto pela censura, quanto pelo apoio de parte do setor cultural, de intelectuais e do meio jornalístico em apoio ao regime.

Quando é criado, em 1969, o Sistema Nacional de Informações (SNI), seguindo o curso do Ato Institucional nº5, com o objetivo de controle e identificação dos considerados inimigos do governo militar, é desenvolvido paralelamente um projeto modernizador da sociedade em diversas áreas da cultura. Nesse contexto, o estado passa atuar diretamente criando instituições e órgãos como o Ministério das Comunicações, a Embrafilme, o Instituto Nacional do Livro e Fundação Nacional de Arte (FUNARTE).

Na presidência de Castelo Branco (1964-67), a discussão sobre a formulação de uma política nacional de cultura ganhou espaço dentre os assuntos do governo. Em 1966, uma comissão para reformulação do Conselho Nacional de Cultura foi formada sob a perspectiva de que ele assumisse esse papel. No mesmo ano, também foi criado o Conselho Federal de Cultura (CFC), com a função analisar e direcionar o apoio financeiro dado pelo MEC. Ainda, em 1970, é criado o Departamento de Assuntos Culturais (DAC), subordinado ao MEC (Calabre, 2009, p. 90-91).

A preocupação com a imagem do governo militar diante das críticas ao aparato repressor do estado para a cultura e imprensa é demonstrada abertamente na criação do Conselho Federal de Cultura (CFC). Em 1965, ocorre a articulação para uma comissão destinada a elaboração do projeto de um conselho aos moldes do já existente Conselho Federal de Educação (CFE), dentre os integrantes estavam Josué Montello, Adonias Filho, Augusto Meyer, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Américo Jacobina Lacombe. Montello que presidiu a comissão a apresentou como uma contraofensiva à resistência aos grupos artísticos e intelectuais de oposição ao regime. Valendo-se dos interesses de manutenção do poder e privilégios de determinados setores da elite intelectual e artística, que historicamente já ocupavam cargos em instituições culturais como o SPHAN. Assim, o “CFC seria uma forma de manter determinados grupos de intelectuais participantes de uma elite cultural burocrática em posições que lhes pertenciam desde o fim da década de 1930” (Lavinias, 2014, p. 76).

Rubim afirma sobre a atuação do CFC que:

[...] intelectuais “tradicionais”, como diria Gramsci, que apoiam o regime, instalados no recém instituído Conselho Federal de Cultura (1966), demonstram sua preocupação com a penetração da mídia e seu impacto sobre as culturas regionais e populares, concebidas por eles em perspectiva nitidamente conservadora (Rubim, 2008, p.9)

O autor afirma que durante o período mais brutal da ditadura (1968-74), a dinâmica de repressão violenta do governo militar bloqueou a dinâmica cultural no país, que havia sido estabelecida no período anterior. Constituiu-se uma “época de vazio cultural contrariado apenas pela cultura ‘marginal’” (Rubim, 2008, p.9).

Já Lia Calabre afirma:

Alguns planos de cultura foram apresentados ao governo, em 1968, 1969 e 1973, mas nenhum deles foi integralmente posto em prática. A questão central dos planos era a da recuperação das instituições nacionais – tais como a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Instituto Nacional do Livro etc. – de maneira que pudessem passar a exercer o papel de construtores de políticas nacionais para suas respectivas áreas (Calabre, 2009, p.90-91).

Quanto a esse assunto as perspectivas dos autores, a primeira impressão, parecem divergir. No entanto, ao que parece, Rubim não considera essas intervenções feitas no período como estimuladoras do setor cultural, o que é relativamente plausível. Por sua vez, Calabre (2009) se dispõe mais a apontar as ações realizadas no período, não se dedicando a análise de seus impactos, até porque muito do que planejaram não chegou, se quer, a ser implementado. Deste modo, os autores não chegam a se contrariar, mas sim demonstram olhares e objetivos diferentes na análise de um mesmo período de governo.

No momento pós 1974, em que os militares sofrem derrota nas eleições legislativas, a violência e repressão do regime diminuíram e começaram a ser estabelecidas políticas culturais mais efetivas. O orçamento para cultura é ampliado, o investimento na área aumenta e na gestão do ministro Jarbas Passarinho (1969-73) é criado o Plano de Ação Cultural (PAC). O PAC teve como objetivo:

[...] a implementação de um ativo calendário de eventos culturais, com espetáculos nas áreas de música, teatro, circo, folclore e cinema. O PAC abrangia o setor de patrimônio, as atividades artísticas e culturais, prevendo ainda a capacitação de pessoal. Ocorria um processo de fortalecimento do papel da Secretaria da Cultura que continuava dentro do Ministério da Educação (Calabre, 2008, p.7).

Na década de 1970 importantes avanços para o fortalecimento do setor cultural foram conquistados, como a criação do Política Nacional de Cultura (1975), primeiro plano de ação governamental voltado para o campo cultural. A principal missão do PNC segundo seus redatores seria “aspirar uma verdadeira política cultural”, o documento se dedicou a: “preservar a sua identidade e originalidade fundadas nos genuínos valores histórico-sociais e espirituais, donde decorre a feição peculiar do homem brasileiro” (POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA, 1975, p. 08). Na sua concepção essencialista, os ideólogos da política enxergavam

a diversidade como fator constitutivo da unidade nacional, destacado também no texto do documento “Conclusões do Encontro de Secretários de Cultura – 1976” através do discurso de unidade cultural nacional (Barbalho, 2007). Uma contribuição importante desta experiência foi a promoção de encontros nacionais de cultura com representantes de todos estados da federação.

Em 1975 foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), idealizado por Aloisio Magalhães. Suas atividades inicialmente foram desenvolvidas em espaço cedido pela Universidade de Brasília, a partir de um convênio firmado entre a Secretaria de Educação e Cultura do DF, o Ministério de Indústria e Comércio. A proposta era a de desenvolver um banco de dados sobre a cultura brasileira, com base na ideia de referência cultural, com o registro dos processos de elaboração dos produtos culturais.

Cabe mencionar que em 1976, o Conselho Federal de Cultura, promoveu no estado da Bahia, mas especificamente em Salvador, o Encontro Nacional de Cultura, que teve como o tema geral: “Sistema Nacional de Cultura”. Embora não tenha sido efetivada, no conselho ocorreram sessões que envolveram diferentes sistemas em uma perspectiva de integração nacional da cultura²⁷. O então diretor do Departamento de Ação Cultural do MEC, Manuel Diégues Júnior, conjecturava para o PNC um esforço amplo de colaboração entre os órgãos federais e setores não-governamentais, com o intuito de somar forças e evitar dispersão (Diégues Júnior, 1977, p.50).

Representam importantes avanços para o setor também a criação do Conselho Nacional de Cinema (1966), da Fundação Nacional de Arte ou FUNARTE (1975) e da Fundação Pró-Memória (1979). Contudo, mesmo que uma atuação mais positiva na cultura no final da ditadura, o momento reforça a tradição de associação entre políticas públicas de cultura e autoritarismo. Sintetizando, nas palavras da socióloga Myrian Sepúlveda dos Santos:

O governo militar foi responsável pelo desenvolvimento de um capitalismo que teve por base a formação de grandes monopólios e diversificação de bens de consumo, modelo que também esteve presente na área de cultura (Santos, 2011, p. 192).

O país vivencia em seu processo de redemocratização um período de instabilidades no campo, que é para Rubim a terceira triste tradição do nosso país. Representativos desse período são a criação do Ministério da Cultura (1985) e da Lei Sarney (n. 7505/1986), durante o

²⁷ As sessões abordaram temas como Sistema Nacional de Arquivos, Integração Regional e Regionalização Cultural, Sistema Nacional de Bibliotecas, Sistema Museológico Brasileiro e Política de Integração Nacional de Cultura (Barbalho, 2019b, p. 15).

mandato presidencial de José Sarney (1985-1989). A criação de um ministério independente para cultura, embora tenha representado uma conquista, não alcançou estabilidade, passando por problemas financeiros e administrativos. A Lei Sarney, a primeira lei de incentivos fiscais para o financiamento da cultura, contrariava o princípio de atuação pública no setor criado pela inauguração do MinC, passando o direito ao poder de decisão das ações no campo cultural do Estado para o mercado. Outro fator de instabilidade foram as sucessivas mudanças na chefia da pasta, dez no total, e a sua inconstância até mesmo como ministério, extinto no mandato de Fernando Collor (1990-92), voltando a condição de Ministério no governo Itamar Franco (1992-93)²⁸.

A Lei Sarney inaugurou uma tradição de financiamento das atividades culturais por meio da isenção fiscal, que marcou as gestões de seus três sucessores. Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), a atuação do Estado no campo cultural se torna ainda mais escassa, chegando ao que Rubim determina como ponto culminante da modalidade de ausência sintomática desses governos de perspectiva neoliberal. A ação do poder público federal, sob a gerência do então ministro da cultura, Francisco Weffort, se deu sobretudo através da Lei Rouanet²⁹ (n. 8313/1991), tendo sido ampliada exponencialmente com a utilização das leis de incentivo fiscal. Rubim mostra que:

Para expandir o número de empresas interessadas em “apoiar” a cultura, o governo usou de artifícios. Por exemplo, ao reformar leis de incentivo ampliou o teto da renúncia fiscal, de 2% para 5% do imposto devido, e, principalmente, os percentuais de isenção. Antes eles ficavam entre 65% e 75%, com exceção da área audiovisual, na qual eram de 100%. Agora este último percentual era estendido para teatro, música instrumental, museus, bibliotecas e livros de arte (Rubim, 2009, p.15).

Calabre afirma que as alterações feitas no mecanismo de isenção fiscal:

[...] ampliaram um mecanismo de exceção, o do abatimento de 100% do capital investido pelo patrocinador. Em síntese isso significa que o capital investido pela empresa, que gera um retorno de marketing, é todo constituído

²⁸ Após o golpe parlamentar que depôs a presidente Dilma Rousseff o país regressa a um período de instabilidades no setor cultural. Assim que assumiu a presidência interinamente Michel Temer, vice-presidente de Dilma, determinou o fim do Ministério da Cultura, em 12 de maio de 2016. Se tornando uma secretaria vinculada ao Ministério da Educação, o que foi revisto já 9 dias depois, após a reação de protestos por todo país (Ferreira, 2016). Com as eleições de 2018 e a vitória eleitoral de Jair Messias Bolsonaro, o MinC é novamente extinto, logo no primeiro dia do ano de 2019, uma das primeiras ações do presidente. Se tornando novamente uma secretaria, já vinculada ao Ministério do Turismo e Ministério da Cidadania, condição que ocupou durante todo seu mandato visto que ao contrário da tentativa anterior não obteve resistência popular.

²⁹ A Lei Sarney (n. 7.505/86) foi extinta em 1990 no governo Collor e depois reeditada nos mandatos seguintes como Lei Rouanet (n. 8313/91) e Lei do Audiovisual (n. 8685/93).

por dinheiro público, aquele que seria pago como impostos. O resultado final é a aplicação de recursos que eram públicos a partir de uma lógica do investidor do setor privado. Esta passou a ser a política cultural do ministério na gestão Weffort (Calabre, 2009, p. 95).

O resultado da política de FHC/Weffort para cultura foi a centralização de recursos. Os investidores focados no retorno publicitário concentraram a aplicação de recursos, que eram na verdade públicos, nas atividades e regiões de seu interesse. As atividades financiadas estavam então concentradas nos grandes centros urbanos, sobretudo das capitais da região sudeste do país, direcionadas a megaeventos e as grandes personagens do setor artístico, que traziam consigo seu capital publicitário. Santos (2011), apresenta como representativo desse período a inauguração da “Mostra do Redescobrimento do Brasil+500”:

Apesar de uma grande abertura para o mercado, os governos liberais ainda mantiveram o modelo de nação constituído na década de 1930, com as dicotomias entre o passado colonial autêntico e o presente desenvolvimentista. Os museus continuaram a representar a cultura de elite em contraposição a uma cultura popular submetida a uma razão mercantil. A consagração de um modelo que já durava 70 anos aconteceu em abril de 2000 com a inauguração da Mostra do Redescobrimento Brasil+500, a maior exposição já realizada no país. A iniciativa partiu de um empresário, que contou com o apoio do Ministério da Cultura, da Fundação Bienal de São Paulo, e, principalmente, de diversos empreendedores brasileiros interessados em promover suas marcas no Brasil e no exterior. Sucesso absoluto de público nacional e internacional, a mostra teve como tema a celebração dos 500 anos de descoberta do Brasil (Santos, 2011, p.195).

A autora aponta a falta de criticidade da mostra que ignorou questões importantes de nossa história, como o massacre dos povos originários, a escravidão, ignorando a problemática de todo o modelo de exploração colonialista português. No entanto, o interesse pelo investimento privado por meio do empresário Edemar Cid Ferreira e o apoio do MinC, inauguraram uma exposição de caráter elitista e conservador em pleno ano 2000.

Com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através de uma coligação de partidos de centro-esquerda, o país vivenciou um momento de fortalecimento de instituições públicas e de promoção de programas voltados para a diminuição das desigualdades sociais. Embora tenha mantido uma postura econômica de caráter liberal ocorreu um processo de:

[...] distribuição de bens e recursos foi realizada a partir de uma série de medidas interligadas: aumento do salário mínimo; cerceamento ao trabalho infantil; “Bolsa Família”, programa de transferência direta de renda para beneficiar famílias em situação de pobreza; “Fome Zero”, programa voltado para a segurança alimentar e nutricional na população vulnerável; e outros programas complementares. Estes programas diminuíram a pobreza, o desemprego e condições de vulnerabilidade social, inserindo novos contingentes populacionais no mercado (Santos, 2011, p.195).

No campo cultural a atuação do governo se dará através de um novo tipo de política para o setor, que Rubim (2009) caracteriza como “enfrentamentos”. O país vivencia, pela primeira vez em sua história, uma atuação ativa do Estado na cultura e que confrontava o autoritarismo e o elitismo.

2.2.2 Paradigmas da política cultural

Na perspectiva de análise dos objetivos da política cultural, encontramos alguns paradigmas já estabelecidos no campo por autores que se preocuparam em classificar as políticas através desse espectro. A partir das Conferências da UNESCO, realizadas na década de 1970, foram consolidadas duas caracterizações para as políticas da área, como políticas de democratização da cultura e políticas de democracia cultural. A primeira tipologia enquadra as políticas destinadas a ampliar o acesso à cultura da elite por outros setores da sociedade, com o objetivo de democratizá-la. Já a segunda, se trata de uma política que buscava a partir de uma concepção “socioantropológica” da cultura promover as práticas culturais populares (Lima, Ortellado, Souza; 2013).

Uma das obras que se destaca pela influência germinada no debate é sem dúvida *Políticas Culturales en América Latina*, obra de Néstor Garcia Canclini³⁰, publicada em 1987. No texto, o autor traz 6 paradigmas políticos da ação cultural, utilizados para analisar a trajetória do campo na América Latina: Mecenato Liberal, Tradicionalismo Patrimonialista, Estatismo Populista, Privatização Neoconservadora, Democratização Cultural e Democracia Participativa, que serão aqui trabalhados mais detidamente.

A *Política cultural a nível municipal*, de Ezequiel Ander-Egg, é outra obra de destaque. No livro, publicado no ano de 1987, Ander-Egg se dedica a discussão das políticas culturais desenvolvidas pelos municípios, as classificando através de duas classificações: democratização cultural e democracia cultural. Para o autor:

[...] a democratização da cultura teria como finalidade ampliar o acesso do grande público à cultura e à vida artística, sobretudo por meio das instituições e equipamentos culturais. Esse tipo de política se basearia na circulação da produção cultural para toda população e nas práticas de mediação para

³⁰ Cabe mencionar a recente e inédita tradução do texto de Canclini publicado na compilação de 1987, **Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano**, publicada pela Editora da Universidade Federal da Bahia junto a outros três artigos do autor em 2017. A publicação comemorativa de 30 anos do original, foi feita a partir da tradução de Renata Rocha e Juan Ignacio Brizuela e aumenta o alcance do texto, visto que o acesso aos textos sobre políticas culturais ainda é dificultado pela falta de traduções em português.

garantia da acessibilidade ao consumo. Adotando uma distinção semelhante à de Canclini, Ander-Egg concebe a democracia cultural como o paradigma que ampliaria a preocupação com o acesso aos bens culturais para proporcionar o acesso aos instrumentos necessários para um desenvolvimento cultural autônomo, que garantisse a real participação dos indivíduos, grupos e comunidades na realização das atividades culturais [...] (Lima, Ortellado, Souza; 2013, p. 3).

Considero a obra de Canclini mais ampla, por desenvolver um esquema de classificação que toma como fatores: os agentes sociais que sustentam, as suas formas de estruturar a relação política/cultura e a concepção de desenvolvimento cultural que abarcam (García Canclini, 2019, p. 57). O autor situa historicamente cada paradigma e aponta suas consequências para política cultural. O conceito de política cultural, elaborado por Canclini, tornou-se um referencial do campo, sendo utilizado com frequência em publicações atuais e é claro neste trabalho de pesquisa.

Deste modo, utilizo a obra do autor como principal referencial teórico aqui, entretanto não me privando da contribuição de outros autores³¹. Dentre esses 6 paradigmas (Mecenato Liberal, Tradicionalismo Patrimonialista, Estatismo Populista, Privatização Neoconservadora, Democratização Cultural e Democracia Participativa) dois são mais utilizados para a análise do objeto dessa pesquisa: Democratização Cultural e Democracia Participativa. Embora considero relevante descrever, em caráter elucidativo, e traçar algumas considerações aqui referentes às principais características dos outros 4 conceitos trabalhados por Canclini.

O mecenato liberal é definido como uma espécie de política guiada pelos gostos da burguesia, assim, seu protetorado seria guiado pela “estética elitista das belas artes” e o desenvolvimento da cultura é visto como resultado de relações individuais. Sua origem data do período de mecenato papal e real, no entanto, o autor ressalta que é “com a acumulação burguesa que se desenvolvem formas mais livres de incentivo a artistas e escritores”, o que chama de mecenato moderno (García Canclini, 2017, p. 57).

O tradicionalismo patrimonialista é situado pelo autor no momento de surgimento dos Estados oligárquicos e movimentos nacionalistas de direita. Sua principal característica é a

³¹ Menciono aqui o recente trabalho de análise das políticas públicas museológicas no Brasil, **De João a Luiz: 200 Anos de Política Museal no Brasil** de José do Nascimento Júnior, publicado em 2021 pela editora Vermelho Marinho. Nascimento foi o primeiro presidente do IBRAM e teve um papel estratégico no desenvolvimento da Política Nacional de Museus, traz uma importante análise que sob a ótica museológica contribui em muito não somente para o campo da museologia, mas para o campo das políticas culturais, sob a perspectiva de um participante ativo de processos históricos do setor.

busca pela valorização do patrimônio histórico como vetor de coesão social, esta posição idealiza um cenário em que:

São esquecidos os conflitos em meio aos quais se formaram as tradições nacionais ou se narraram lendariamente, como simples procedimentos arcaicos para configurar instituições e relações sociais que garantiriam de uma vez por todas a essência da Nação: a Igreja, o Exército, a Família, a Propriedade (García Canclini, 2017, p.60).

Canclini traz ainda as experiências vividas por essa vertente em países latino-americanos como Argentina, através das figuras do escritor e jornalista Leopoldo Lugones e da figura política de Julio Irazusta. No Brasil, onde teria servido de suporte ideológico para que “[...] os setores hegemônicos constituam um ‘espaço de neutralidade’ no qual se diluem as contradições sociais e diferentes classes possam ser representadas na ‘cultura nacional’” (García Canclini, 2017, p.61). Citando a atuação nesse sentido de Silvio Romero, de Gilberto Freyre e de Aloísio Magalhães, através de sua gestão como secretário da cultura.

Cabem aqui algumas ressalvas sobre a análise de Canclini sobre o paradigma do tradicionalismo patrimonialista em sua análise do caso brasileiro. No período da Ditadura Cívico-Militar Brasileira, o já mencionado Conselho Federal de Cultura, assume uma posição executiva, se estabelecendo como o principal articulador das políticas culturais, pois além de atuar financiando projetos e instituições, estimulou a replicação de estruturas nos entes federativos de maneira embrionária, mas sistemática. Em seu decreto de institucionalização o CFC já “apresentava uma forte tendência preservacionista, em que a cultura brasileira deveria ser defendida da homogeneização provocada pela rápida industrialização e pela ascensão de novas tecnologias” (Lavinias, 2014, p. 76). O CFC incentivou a criação de conselhos estaduais e municipais de cultura sob a concepção da necessidade da criação de estrutura regionais e locais para a defesa da cultura brasileira.

Baseado no discurso da *ameaça da perda*, em que o autêntico produto cultural brasileiro estaria ameaçado pelo desenvolvimento industrial e a modernização, o CNRC, idealizado por Aloísio Magalhães, tinha a “clara intenção de revitalizar a cultura brasileira, preocupando-se em criar referências de bens culturais a fim de inseri-las no planejamento econômico e social promovido pelo governo” (Lavinias, 2012, p. 7).

Em sua gestão a frente do CNRC, depois na direção do IPHAN, Aloísio Magalhães defendeu a preservação além do patrimônio material, estendendo sua atuação para as tradições e fazeres populares, enxergados como os verdadeiros representantes do povo brasileiro. Trabalhou para um conceito de patrimônio cultural aprimorado, junto a outros intelectuais,

substituindo o conceito de patrimônio histórico e artístico. Atuou também na democratização do IPHAN, alterando o processo de tombamento:

Na gestão de Aloísio Magalhães a Sphan passou a pesquisar a sistemática dos processos de tombamentos, a origem e as motivações da demanda e apreender os critérios de valoração e de seleção dos bens culturais. Essa nova maneira de pensar trouxe ao IPHAN mudanças nas concepções de valor histórico e artístico. Houve um grande aumento nos pedidos de tombamentos feitos por pessoas, grupos ou instituições externas ao IPHAN. Pôde-se tombar patrimônios culturais representativos de correntes migratórias, etnias indígenas e afro-brasileiras e de outras religiões além da católica (Lavinias, 2012, p. 9).

Embora tenha atuado durante o regime militar, Aloísio Magalhães contribuiu efetivamente para o avanço das políticas culturais no Brasil. As instituições por ele dirigidas valorizavam de diferentes formas a cultura brasileira, intensificando o sentimento de pertencimento e de identificação nacional, utilizados para a legitimação do regime autoritário. Entretanto:

Do ponto de vista político, o legado deixado por Aloísio e suas instituições, também, é positivo e vasto. Primeiramente os conceitos elaborados pelo CNRC que, como já foi mencionado, fundamentaram a política da SEC e, mais tarde, foram incorporados à Constituição Federal de 1988. Aloísio consegue alterar também a abordagem das políticas culturais. As ações passam a ser diferenciadas e direcionadas, cada caso com um princípio de ação específico que envolvesse a participação dos grupos sociais nas abordagens (Lavinias, 2012, p. 14-15).

Retomando a obra de Canclini, seu outro paradigma denominado Estatismo Populista, trata-se de um tipo de vertente substancialista da cultura, em que a identidade nacional se encontra “hospedada no Estado” enquanto órgão aglutinador e ordenador das partes e valores nacionais. Assim, o Estado atuaria na identificação do nacional e do popular, conciliando conflitos, sob uma perspectiva de que todas partes participam de uma “totalidade protetora que os abarca” (García Canclini, 2017, p.62-63).

São citados como exemplos dessa vertente o Estado Novo no Brasil, em que essa atuação do Estado era sustentada pela figura de Getúlio Vargas. O governo do presidente militar Juan Perón na Argentina e no México pelo Partido Revolucionário Nacional (PRN)³². Canclini aponta que essa vertente tem como semelhança ao tradicionalismo patrimonialista:

³² Canclini não chega a atribuir diretamente a atuação ao PRN, afirmando somente a representação da vertente por uma “estrutura partidária-estatal hierarquicamente coesa”. Atribuo aqui a afirmação ao partido, deixando salvo de que é uma atribuição minha, feita a partir da leitura da obra citada como referência pelo próprio Canclini em rodapé, a obra de Pablo Gonzáles Casanova “La cultura política em México”, de 1981.

[...] recorrer à etnia ou ao orgulho histórico para reforçar a afirmação nacional, razões pelas quais esta tendência prolonga em parte a anterior; mas o exercício e controle da identidade nacional não se derivam mecanicamente do passado, mas da presente coesão tal como o Estado representa (García Canclini, 2017, p.63).

O paradigma da privatização neoconservadora, por sua vez, se caracteriza pela retirada do investimento estatal e a transferência dessa tarefa para iniciativa privada. Situado em meados da década de 1970, em momento de crise econômica internacional e de crise dos governos democráticos. Organizado por correntes neoconservadoras que teriam estruturado um modelo de acumulação de capital, eliminando estatais e criado um verdadeiro sistema de monopólio de produção adaptado a economia transnacional.

São reestruturados os processos de trabalho, se dispensa pessoal, conquistas trabalhistas são eliminadas e os salários são reduzidos em relação ao custo de vida. Simultaneamente, os gastos públicos com serviços sociais são reduzidos, dentre os quais, o financiamento de programas educacionais e culturais e o investimento em pesquisa científica, especialmente se não dão resultados imediatamente utilizáveis para o desenvolvimento tecnológico nas áreas priorizadas pela política monetarista (García Canclini, 2017, p.66-67).

O autor apresenta como evidências desse paradigma o caso mexicano, a partir da crise vivida no país na primeira metade da década de 1980, ocasionada pelo crescimento insustentável de sua dívida externa. Na Argentina e Chile esse sistema teria sido implantado em reação ao crescimento de movimentos populares e organizações guerrilheiras, e por meio de violentas ditaduras militares. Encerrando a apresentação desse paradigma, vale ressaltar alguns elementos que revela uma atualidade assustadora do texto escrito no ano 1987, tomando-se como referência o que ocorreu nos últimos anos no país:

[...] misturam ingredientes variados: a reivindicação extrema do sucesso individual, a restauração do ensino religioso nas escolas, a exaltação do machismo na política nacional e externa, a perseguição do pensamento crítico em universidades e meios de comunicação (García Canclini, 2017, p.67).

A democratização cultural é definida como um paradigma que parte da tese de que uma melhor difusão da “alta cultura” corrigiria as desigualdades no acesso aos bens simbólicos. Desta maneira, a política cultural é pensada, sobretudo, a partir de um projeto de distribuição e popularização do acesso. Sua origem remonta as experiências de programas educacionais e artísticos do México no cenário pós-revolução. Como política pública de cultura, sua execução se deu no peronismo argentino; no governo de Juan Francisco Velasco de Alvarado, no Peru; no período de governo da Unidade Popular, no Chile; e nas revoluções cubana e nicaraguense.

Embora para o autor este paradigma tenha obtido determinados resultados práticos, tece críticas e aponta que em países da América Latina que vivenciaram ditaduras militares: “[...] a

luta pela democratização cultural é decisiva para minimizar a elitização das práticas culturais, reconstruir espaços de informação e crítica, e desfazer as formas cotidianas de autoritarismo colaboraram com a opressão política [...]” (García Canclini, 2017, p.73).

Para Canclini a democratização cultural, a problemática se encontraria em dois pontos principais que conduzem diretamente para construção do seu conceito para o próximo paradigma. A primeira é: “[...] a democratização, quando consiste somente em divulgar a alta cultura, implica uma definição elitista do patrimônio simbólico, a sua valorização unilateral pelo Estado ou pelos setores hegemônicos e a imposição paternalista sobre o resto da população” (García Canclini, 2017, p.74).

A segunda crítica do autor se direciona aos efeitos reais desse tipo de política:

A outra objeção se refere ao fato de o distribucionismo cultural atacar os efeitos da desigualdade entre as classes, mas não mudar radicalmente os modos de produção e consumo de bens simbólicos. Isto é confirmado pelo fato de que, mesmo nas cidades com o maior número de público nos eventos culturais, estas cifras ainda representam uma minoria oriunda das classes média e alta, com ensino superior (García Canclini, 2017, p.74).

Assim, para Canclini teria surgido como reação a essas críticas um novo paradigma para a política cultural, o da democracia participativa. Esse paradigma estaria mais direcionado para a participação no processo de construção da política, voltada para o desenvolvimento autônomo de todas as culturas e não somente na difusão da "alta cultura". Defendendo a perspectiva de que a ação cultural deveria se manifestar por meio de ações contínuas e não somente pontuais, e por uma participação autogestionária de grupos de diversos setores. Esse paradigma tem, segundo o autor, dois princípios básicos: pluralidade e livre desenvolvimento de cada cultura (García Canclini, 2017).

O autor aponta como principais atores da democracia participativa os movimentos e grupos alternativos, como contraposição a ação do poder público e de instituições oficiais. Esses movimentos teriam a vantagem de não estarem limitados pela burocracia e pelas questões diretivas de partidos políticos, podendo atuar junto aos setores populares.

Canclini não deixa de enunciar os problemas enfrentados pelo paradigma. Citando o exemplo chileno, em que considera naquele momento (década de 1980) estar sendo mais difundido o modelo. Aponta que, no país, os movimentos idealizaram os setores populares, imaginando-os como grupos isolados das “contradições do desenvolvimento capitalista, como forças inteiramente contestatórias e combativas” (García Canclini, 2017, p.77). Desta forma, isolando a realidade atual dos grupos, por essa perspectiva idealizada de “resistência à

dominação”, acabam ignorando sua contribuição e participação como atores dentro das sociedades atuais e das culturas de massa. Esses “problemas” teriam impedido a perpetuação da sua atuação, que seria obtida pela formulação de políticas e da construção de alternativas culturais, que pudessem opor forças com a atuação dos grupos hegemônicos.

É me apropriando desses paradigmas que escolho e analiso o Sistema Nacional de Cultura, por representar a construção de uma política cultural que se aproximava em diversos espectros da democracia participativa. Os problemas enfrentados pela execução prática da democracia participativa desse período, em uma análise comparativa, se tornam díspares em alguns sentidos aos apresentados por Canclini.

No capítulo seguinte, passo a apontar alguns eventos elucidativos do contexto em que a criação do SNC se insere, do diálogo que vinha sendo travado no campo da cultura em que foi germinada a ideia da criação de um sistema nacional para a cultura a partir da experiência de criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

3. POR UM SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

A gestão da cultura no primeiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva enfrentava uma série de desafios históricos do setor, diante do cenário de instabilidades em que “as ações e instituições voltadas para a área sofreram, ao longo das décadas, com as descontinuidades de suas políticas, as restrições financeiras, a deficiência de quadros técnicos e as relações clientelistas” (Barbalho, 2019b, p. 14).

Entretanto, um ponto que pode ser avaliado como positivo, é a existência em seu plano de governo do documento “A imaginação a Serviço do Brasil”, que vinha sendo discutido desde 1999 e foi sistematizado em 2001 a partir das experiências de governos de esquerda nas políticas culturais. O documento contava em sua redação com diversas personalidades que trabalhariam nas gestões dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, do governo Lula, e das ministras Ana de Hollanda e Marta Suplicy no governo Dilma. Participaram na concepção do documento: Antônio Grassi, Roberto Peixe, Márcio Meira, Margarete Moraes, Sérgio Mamberti, Aloysio Guapindaia, Ângelo Osvaldo, Bernardo da Mata- Machado, José do Nascimento Junior, Marta Porto, Ricardo Lima e Vítor Ortiz.

Um dos temas que viriam a ser incorporados no documento final, lançado em outubro de 2002, foi a “gestão democrática”, a implementação de uma Política Nacional de Cultura (PNC)³³ e do Sistema Nacional de Política Cultural (SNPC) (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002). É a partir deste documento que vemos serem lançadas as bases conceituais para a criação do Sistema Nacional de Cultura, enfatizando a gestão pública e democrática da cultura, e em que aparecem, em diversos momentos, uma lógica sistêmica e federalista da pasta. É no item 3 do plano³⁴, sob o título “Gestão Democrática”, que se localiza o projeto do SNPC:

[...] o Ministério da Cultura deverá implantar o Sistema Nacional de Política Cultural, através do qual o poder público garantirá a efetivação de políticas públicas de cultura de forma integrada e democrática, em todo o país, incluindo aí, especialmente, a rede escolar. O SNPC será a condição necessária para a efetiva descentralização da política nacional de cultura, pois

³³ Em “A Imaginação a Serviço do Brasil” no item 3.1, já é mencionada a tramitação no Congresso Nacional, do Projeto de Emenda Constitucional (PEC 306-A, de 2000), de autoria dos deputados Gilmar Machado (PT/MG) e Marisa Serrano (PSDB/MS), com o intuito de acrescentar ao artigo 215 da Constituição Federal, o parágrafo 3º, instituindo o Plano Nacional de Cultura.

³⁴ O documento conta com 6 propostas, são elas: 1. Cultura como política de Estado; 2. Economia da cultura; 3. Gestão democrática; 4. Direito à memória; 5. Cultura e comunicação; 6. Transversalidades das políticas de cultura.

os diversos projetos e/ou equipamentos públicos culturais, das três esferas de governo, assim como as instituições privadas e do terceiro setor, somente acessariam os recursos do FNC no caso de estarem legalmente integradas ao Sistema. Com essa proposta, o controle social do funcionamento e aplicação dos recursos advindos do FNC — via SNPC — deverá ser feito, de forma democrática e participativa, pelos conselhos de Cultura respectivos. Em caso da não existência desses, sua criação será obrigatória para a inclusão do município ou estado no Sistema (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p.20).

O plano de governo estipulava o SNPC como instrumento essencial para a execução do PNC, assim como a integração ao sistema para que qualquer instituição, sendo pública ou privada, recebesse recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC). No entanto, Alexandre Barbalho (2019b), afirma que: embora valioso, em “A Imaginação a Serviço do Brasil” “não estava claro para os elaboradores do programa o formato que deveria tomar o SNPC” (p.29).

3.1. A I Conferência Nacional de Cultura

Convém fazer um pequeno desvio, se é que assim poderíamos chamar, para abordar a convocação da I Conferência Nacional de Cultura, que ocorreu em outubro de 2005, afinal o Sistema Nacional foi um dos temas tratados. A conferência teve como principal objetivo a discussão e elaboração de propostas de diretrizes para o Plano Nacional de Cultura (PNC). Coordenada por Márcio Meira, contou com participação de diversos atores da sociedade civil, o que representou uma possibilidade de participação direta no processo de construção de políticas públicas por setores afastados desses processos. O Ministério da Cultura já havia promovido em 2003 o Seminário Cultura para Todos, reunindo mais de 30 mil pessoas e foi realizado em diversas regiões do país. A importância desse movimento do MinC na construção de espaços de diálogo é a de que:

[...] as conferências podem ser um pontapé para o aprofundamento da democracia participativa, para impulsionar o aprendizado da participação, inclusive no sentido de os sujeitos influenciarem diretamente na proposição e na elaboração de normas que garantam a efetividade dos direitos e das demandas (Aragão, 2013, p.86).

Entre os temas mais valorados na I Conferência Nacional de Cultura (CNC), estava a criação do Sistema Nacional de Cultura, ao lado da educação, comunicação e orçamento (Barbalho, 2019b, p.41). Foi dividida nas seguintes etapas ou modalidades: Seminários Setoriais de Cultura, Conferências Municipais e/ou Intermunicipais, Conferências Estaduais, Plenária Nacional, Conselho Nacional de Política Cultural, Ministério da Cultura, Conferência Virtual, Ministério da Cultura/ Presidência da República e Lei do Plano Nacional de Cultura.

Os Seminários Setoriais de Cultura, cinco no total, contaram com cerca de 500 entidades e movimentos organizados inscritos e foram realizados nas cinco principais regiões do país, neles foram definidos os eixos temáticos para a Plenária Nacional. As Conferências Municipais ou Intermunicipais foram abertas à participação de todos interessados e responsáveis pela eleição de delegados para as conferências estaduais, além de terem como responsabilidade:

[...] apontar propostas para as respectivas conferências estaduais, para a Plenária Nacional e, no caso da Nacional, para o Conselho Nacional de Política Cultural, que estabelecerá as diretrizes gerais do Plano Nacional de Cultura. Além das questões locais, as conferências municipais tratam dos cinco eixos temáticos eleitos como centrais na 1ª CNC (BRASIL, 2007, p.85).

As Conferências Estaduais de Cultura tiveram como objetivo o levantamento de dados para as secretarias estaduais de cultura, para o Conselho Estadual e o poder legislativo, além de apontar propostas para os cinco eixos temáticos da I CNC, ainda elegendo os delegados responsáveis por representar a sociedade civil e o poder público na Plenária Nacional. A Plenária Nacional, realizada em Brasília entre os dias 13 e 16 de dezembro de 2005, teve como finalidade:

[...] subsidiar o Ministério da Cultura e o Conselho Nacional de Política Cultural, na elaboração do Plano Nacional de Cultura. Os grupos de discussão serão organizados de acordo com os cinco eixos temáticos da Conferência. Os delegados, provenientes das conferências dos Estados, dos seminários setoriais de cultura e do Conselho Nacional de Política Cultural, incluídos os colegiados setoriais de âmbito nacional (câmaras setoriais das Artes, conselhos de Museus, de Arquivos, de Cinema, das Culturas Indígenas, do Patrimônio Cultural e da Fundação Palmares) (BRASIL, 2007, p.85).

O Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) foi reestruturado pelo Decreto nº 5.520, assinado pelo Presidente Lula em 24 de agosto de 2005, mesmo decreto que criou o Sistema Federal de Cultura (SFC). O Plenário do CNPC tem como suas competências a aprovação de diretrizes para o projeto de lei do Plano Nacional de Cultura, assim como o seu acompanhamento. Sobre o Conselho:

[...] tem por finalidade propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional (BRASIL, 2005).

O Conselho conta com presença significativa de atores públicos e sociais, representando seu papel de articulador com os setores da sociedade e seus representantes no debate de

construção das políticas culturais. Merecendo destaque a participação estabelecida de representantes da área do patrimônio cultural, nos seguintes itens³⁵:

- a) culturas afro-brasileiras;
 - a) expressões artísticas culturais afro-brasileiras;
 - b) culturas dos povos indígenas;
 - c) culturas populares;
 - d) arquivos;
 - e) museus;
 - f) patrimônio material; e
 - g) patrimônio imaterial;
 - h) capoeira;
 - i) cultura alimentar;
 - j) culturas quilombolas; e
 - k) culturas dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana.
- (BRASIL, 2005)

A última instância aberta ao público geral, a Conferência Virtual, foi organizada pela Secretaria de Política Cultural do Ministério da Cultura e teve como objetivo sediar os debates e proposições finais para a redação do Projeto de Lei do Plano Nacional de Cultura e aprovação pelo Conselho Nacional de Política Cultural. A Conferência Virtual ocorreu em 2006, entre o estabelecimento das diretrizes gerais do projeto do Plano, pelo CNPC e sua redação final, encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional.

Ao Ministério da Cultura coube coordenar e convocar a Conferência Nacional de Cultura, a redação de um documento a ser debatido por intermédio de consulta pública na Conferência Virtual. Assistido pela Casa Civil, também era de sua responsabilidade executar a redação do Projeto de Lei do Plano Nacional de Cultura, encaminhado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional. Então:

O PNC que resultará do processo de participação social iniciado pela 1ª Conferência Nacional de Cultura, passará, a partir de então, a ser o norte das políticas públicas da cultura do País. A sociedade disporá de um instrumento para avaliar os compromissos que caberão aos governantes. A execução do Plano será avaliada periodicamente pelas próximas Conferências de Cultura. Estas poderão propor revisões na Lei. Os Conselhos Culturais dos entes federados e dos diferentes setores da cultura serão também um forte instrumento social de fiscalização e avaliação da realização das metas e prioridades definidas pelo Plano (BRASIL, 2007, p.86).

³⁵ Os seguintes itens foram inclusos através do Decreto nº 8.611, de 2015: “expressões artísticas culturais afro-brasileiras”, a partir da edição do item já existente “culturas afro-brasileiras”; “patrimônio imaterial”, como edição ao item (f) em que só constava o patrimônio material; “capoeira”; “cultura alimentar”; “culturas quilombolas”; e “culturas dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana”.

A metodologia da I Conferência Nacional de Cultura se baseou em experiências anteriores como o Orçamento Participativo da Prefeitura de São Paulo, realizado entre os anos 2002 e 2003, no mandato de Marta Suplicy do Partido dos Trabalhadores. A 1ª Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (2003), a consulta pública na formulação da nova lei de gestão de escolas do Acre (2004), durante a gestão de Jorge Viana do Partido dos Trabalhadores. Além do Seminário Nacional de Culturas Populares de 2005 e na experiência da 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Olinda, em 2004 em que “[...] com cerca de 1.400 participantes, quando se desenhou, pela primeira vez, uma conferência nacional com diretriz metodológica de priorização de propostas em subgrupos e grupos de discussão” (BRASIL, 2007, p.96). Chamando a atenção pela ancoragem em experiências anteriores de outras gestões do PT à frente do executivo estadual e municipal, importante ao plano de governo e útil a elaboração da I Conferência Nacional de Cultura.

O esforço realizado na I Conferência Nacional de Cultura, sobretudo em aderir e agregar representantes das mais diversas esferas e da sociedade civil, ocorre sobretudo porque:

Como analisa Meira, para se montar um sistema de políticas públicas em um país continental como o Brasil, com mais de cinco mil municípios, seriam necessárias décadas, portanto era preciso “começar a estimular os estados e municípios”. A Conferência Nacional, ao induzir a realização de conferências estaduais e municipais por todo o país e reunir milhares de pessoas em um amplo processo de participação, funcionou como uma estratégia política. Na avaliação da equipe da SAI, a I CNC, ao apontar para um novo modelo de gestão cultural no país, configurou-se como a primeira ação coordenada entre os entes federativos e a sociedade civil (Barbalho, 2019b, p.41).

Vale destacar que o uso de conferências se consolidou como uma importante estratégia nos governos do Partido dos Trabalhadores, submetendo as políticas públicas ao crivo da sociedade, o que passou a ser um posicionamento permanente do MinC entre 2003 e 2016. Sophia Cardoso Rocha (2018) em sua tese de doutorado já chamava a atenção para este modus operandi:

Ao longo dos governos dirigidos pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva e pela presidenta Dilma Rousseff, ambos do PT, um dos mecanismos de participação social mais presente foi a conferência, cujo objetivo é debater e congrega propostas para o fortalecimento de políticas públicas específicas, agrupando contribuições advindas dos âmbitos local, estadual e nacional, envolvendo poder público e sociedade civil. No governo Lula da Silva (2003-2010), ocorreram 74 conferências pautadas por 40 temas de diversas áreas (juventude, saúde, educação, cultura etc.), e no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), o número de conferências foi de 28. Vale registrar que no governo Collor de Mello (1990-1992) ocorreram duas conferências; o Governo Itamar Franco (1993-1994) realizou seis; e 17 conferências foram convocadas ao longo dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) (p.56).

Esta fase inaugurada no primeiro governo de Lula, anunciou um novo momento no federalismo cultural brasileiro, articulando todos os entes federados e a sociedade civil em prol da construção de políticas públicas de cultura democráticas e republicanas.

3.2 Federalismo brasileiro e Federalismo cultural

Após a I CNC, a Secretaria de Articulação Institucional³⁶ avaliou a necessidade de criação de um instrumento específico para envolver os estados e municípios na construção do Sistema Nacional de Cultura. Utilizando-se do já existente “Protocolo de Intenção”, que compreendia uma espécie de manifestação por parte dos estados e municípios em aderir futuramente ao SNC, não prevendo nenhum financiamento, mas estipulando a necessidade de criação de órgão gestor, de conselho, de plano e de fundo de cultura, além de realizar conferências na área.

Sobre esse acordo de cooperação entre os entes federados cabe citar:

Há um aceno positivo por parte de estados e municípios para integrarem o SNC e instituírem seus respectivos sistemas, isso se considerarmos o número de entes que firmaram o Acordo de Cooperação Federativa com o Ministério da Cultura, registrados em 2017: 96,3% dos estados e 45% dos municípios. A sociedade civil também parece se posicionar favoravelmente a essa política, conforme nos revela, por exemplo, o fato de o SNC ter estado entre as propostas eleitas como prioritárias nas três Conferências Nacionais de Cultura (2005, 2010 e 2013) (Rocha, 2018, p. 22).

A expectativa de que o Sistema Nacional de Cultura impulsionasse a formação de um federalismo, assim como ocorreu em diversos setores como saúde, educação e assistência social, compreendia a necessidade de formação de uma rede de colaboração entre os entes federados (Rocha, 2018).

Instituído pela primeira vez na Constituição dos Estados Unidos da América em 1787, o federalismo ainda é um tema de difícil conceituação, compreendendo após mais de 200 anos de sua primeira experiência diversas formas e arranjos, até mesmo situacionais dentro da trajetória de um mesmo país como o Brasil. Tendo como sua característica primordial a constituição de ao menos dois níveis de governo, um central e um local:

³⁶ Na reformulação do Ministério da Cultura implementada pelo Ministro Gil a Secretaria de Articulação Institucional (SAI) tinha a função de estruturar o Sistema Nacional de Cultura, sendo responsável pelo diálogo interfederativo.

Em síntese, há uma compreensão de que o federalismo é uma forma de organização político-territorial no qual as unidades que compõem o Estado fundam uma aliança em prol da construção de uma nação. Trata-se, assim, de um compartilhamento da autoridade governamental entre os territórios constitutivos de um país. Nesse sistema de distribuição de autoridade, governo central e governos locais devem possuir funções e poderes distintos e atuar em posição de autonomia e de não subordinação, em distinção ao modelo de Estado unitário, onde prevalece um governo central superior aos subnacionais, numa relação hierárquica e piramidal (Rocha, 2018, p. 35).

No caso brasileiro a Constituição de 1988 estabelece a União como unidade central e os estados, Distrito Federal e municípios como unidades constitutivas. A definição e divisão dos poderes no Brasil está estipulada na Carta Magna, pactuada pela organização do Poder Legislativo e o sistema de representação eleitoral entre o Senado e a Câmara dos Deputados. O bicameralismo é uma das características apontadas como elemento típico do federalismo, que possibilita a participação das unidades, através da representação equitativa, no debate sobre as decisões de interesse federal (Rocha, 2018).

No caso brasileiro, a experiência federalista é profundamente marcada pelos anos de Regime Militar (1964-1985) em que as relações intergovernamentais se caracterizavam muito mais como um Estado Unitário do que federativo. Ocorrendo a deposição de prefeitos e governadores, que passaram a ser eleitos indiretamente pela cúpula militar, e pela centralização financeira instituída pela reforma fiscal de meados dos anos 60 que: “concentrou os principais tributos nas mãos do governo federal e, ainda que tenha ampliado o volume da receita disponível dos municípios, uma vez realizadas as transferências, estas estavam sujeitas a estritos controles do governo federal” (Arretche, 1999, p. 113).

Nos anos que se seguiram após a redemocratização do país, a tendência foi, sobretudo a partir da Constituição de 1988, de descentralização:

Simetricamente, passou-se a associar centralização a práticas não democráticas de decisão, à ausência de transparência das decisões, à impossibilidade de controle sobre as ações de governo e à ineficácia das políticas públicas. As expectativas postas sobre a descentralização e a visão negativa das formas centralizadas de gestão implicariam, como consequência, a necessária redução do escopo de atuação das instâncias centrais de governo. (Arretche, 1996, p. 1).

Alguns teóricos do campo das ciências sociais alarmavam sobre um excessivo enfraquecimento da União e a criação de um Estado excessivamente descentralizado (Rocha, 2018).

O fortalecimento dos governadores na redemocratização teve como um dos impulsos fundamentais o enfraquecimento da União no pacto federativo, antes marcado por um modelo extremamente centralizador. O fato é que o Governo

Federal foi perdendo legitimidade e recursos ao longo da década de oitenta, ao passo que os Executivos estaduais ganharam poder nos campos político e econômico, processo iniciado pelas eleições de 1982 e coroado pela ordem legal criada pela Constituição de 1988. O enfraquecimento da União ocorreu concomitantemente à fragilização da Presidência da República, núcleo do sistema político brasileiro durante décadas, enquanto se fortaleciam os governadores de estados (Abrucio, 1988, p.22-23).

Entretanto, a análise das políticas públicas e legislações aprovadas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, não permite a sustentação da tese de um enfraquecimento da atuação da União (Rocha, 2018). A Carta Magna brasileira poder-se-ia dizer, tem como uma de suas principais características a autonomia política, legislativa, administrativa e financeira dada aos entes federados. Nesse ínterim:

A perspectiva é que sejam estabelecidas bases políticas e normas operacionais que disciplinem a execução dos serviços e atividades previstas de serem desenvolvidas de maneira concorrente por todos os entes federados, na tentativa de conjugar esforços. À União caberá dar o norte da ação conjunta, mantendo a unidade nacional, e editando normas gerais (Rocha, 2018, p.44).

Nos mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, a opção foi por construir políticas públicas para a cultura em debate com os entes da federação e a sociedade civil. Promovendo um cenário inédito de relação entre a sociedade e o Estado, organizando políticas culturais visando a integração nacional.

No Estado federativo brasileiro pós-1988, estados e municípios passaram a ser, de fato, politicamente autônomos. Isto implica que os governos interessados em transferir atribuições de gestão de políticas públicas devem implementar estratégias bem-sucedidas de indução para obter a adesão dos governos locais (Arretche, 1999, p. 112).

É importante ressaltar que justamente no Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Cultura, rearticulado logo no início da gestão de Gil, em que Márcio Meira encontrou apoio institucional para as propostas políticas da Secretaria de Articulação Institucional. Embora o secretário também relatasse o boicote por parte de representantes de estados de oposição ao governo federal (Barbalho, 2019b, p.42).

Procurei, através desta explanação contextualizar a metodologia de trabalho do Ministério da Cultura durante os governos petistas, na busca de salientar que a proposição federalista da cultura, se deu sobretudo nestes espaços de debate. Procurando envolver os entes da federação, estimulando a sua cooperação como estratégia de implementação de políticas a nível nacional. Demonstrando a compreensão pela gestão do MinC da necessidade de articulação para o sucesso de seu projeto, tendo em vista as dimensões territoriais e particularidades de cada estado e município, que impuseram a colaboração conjunta para qualquer perspectiva exitosa. Com o intuito de demonstrar as particularidades envolvidas nos

processos de construção de políticas culturais a nível nacional, como o Sistema Nacional de Cultura. Entretanto, não seriam somente estados e municípios que precisavam ser envolvidos e talvez até cativados, existiam outros espaços de disputa dentro do próprio ministério, que abordarei a seguir.

3.3 Disputas internas

Quando ocorre a formação do Ministério da Cultura do primeiro mandato do presidente Inácio Lula da Silva, há um cenário de disputas pela indicação de Gilberto Gil para o cargo de ministro, em detrimento de nomes ligados ao Partido dos Trabalhadores – maioria na composição do plano de governo. Gil era identificado com o Partido Verde (PV) que, embora integrasse a base de apoio do governo petista, gerava resistência aos setores mais ligados ao PT que esperavam a indicação, já antecipada pela mídia na época, de Hamilton Pereira, Antônio Grassi ou Sérgio Mamberti.

Além de terem se “surpreendido” com o convite a Gil, esses agentes, que transitavam entre os campos político-partidário e cultural, se sentiram preteridos por não terem sido consultados sobre a escolha. O grupo convocou uma reunião-manifesto, não com o intuito de demover Lula do convite ao músico, fato considerado como consumado, mas para pressionar no sentido de ser chamado no momento de formulação das políticas do MinC (Barbalho, 2019b, p. 37).

Com o intuito de apaziguar as dissidências que permeavam a escolha de cargos no MinC, Gil se reuniu com Mamberti, Grassi e Pereira, convidando inclusive o primeiro a integrar sua equipe. Dentro dessa “relação de poder” provocada pela nomeação de Gil e sua equipe, a execução e implementação do Sistema Nacional de Cultura ficou a cargo da ala petista do ministério, coordenada por Márcio Meira, à frente da Secretaria de Articulação Institucional (SAI) (Barbalho, 2019b).

Entretanto, novas dissidências surgiram após a reforma administrativa realizada pela gestão de Gil, que tinha objetivos direcionados “para solucionar as duplicidades de funções derivadas da antiga estrutura do MinC, para reduzir entraves burocráticos e para dar condições mínimas para os gestores atuarem” (Rocha, 2018, p.93). Embora houvesse certo consenso entre os componentes do ministério em relação à necessidade de uma reforma, a reformulação foi seguida de atritos, sobretudo entre os grupos ligados ao Partido Verde e ao Partido dos Trabalhadores.

Somente em agosto de 2003 a reforma foi oficializada, através do Decreto nº 4.805, que reestruturava o ministério com a criação de cinco secretarias novas: Secretaria de Articulação

Institucional e de Difusão Cultural – que após a nova reforma de 2004 passou a ser Secretaria de Articulação Institucional (SAI) –; Secretaria de Apoio à Preservação da Identidade Cultural – posteriormente Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural (SID) –; Secretaria de Formulação e Avaliação de Políticas Culturais – a partir de 2004, Secretaria de Políticas Culturais (SPC) –; e Secretaria de Desenvolvimento de Programas e Projetos Culturais – depois denominada Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC).

O Ministério da Cultura já havia passado pela saída de dirigentes próximos a Gil em 2004, após a exoneração do secretário Roberto Pinho da Secretaria de Programas e Projetos Culturais. Saíram em solidariedade ao secretário: Antônio Risério (assessor especial de Gil), Maria Elisa Costa (presidenta do IPHAN) e Marcelo Ferraz (coordenador geral do Programa Monumenta). Ainda em 2005, pela saída do secretário de Políticas Culturais Paulo Miguez, segundo o mesmo por dissidências com Juca Ferreira e o chefe de gabinete de Gil, Sá Leitão, que viria a assumir seu cargo frente à SPC. Acompanharam a saída de Miguez as gerentes Isaura Botelho e Ângela Andrade (Rocha, 2018, p.95-96).

A SAI foi criada com o intuito de promover a articulação entre os entes federados e a sociedade civil, e com o objetivo de promover as conferências nacionais, a elaboração do Plano Nacional de Cultura e a implementação do Sistema Nacional de Cultura. No mesmo ano, a secretaria se empenhou na realização de uma primeira conferência nacional de cultura, que “deveria ter um ‘papel pedagógico’ e ‘indutor’ das bases necessárias para a implantação do Sistema”, já abordada no item 2.1 (Barbalho, 2019b, p.41).

Barbalho assinala que, dentro do MinC, o Sistema Nacional de Cultura enfrentava oposições sobretudo ligadas a ideia de que “a cultura tem um *modus operandi* que não suporta uma lógica sistêmica sem cair no ‘dirigismo cultural’” (Barbalho, 2019B, p. 42). Mesmo com a resistência, inclusive interna, ocorre a criação daquilo que Alexandre Barbalho (2019b) chamou de “espécie de laboratório do SNC”, o Sistema Federal da Cultura (SFC), estabelecido pelo Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005. O SFC é formado pelo conjunto de instituições vinculadas ao MinC, pela unidade orçamentária do ministério e do Fundo Nacional de Cultura (FNC).

No artigo 4º do seu Decreto de criação estão estabelecidos seus objetivos, que convergem para o desenvolvimento da cultura de maneira associada a transformação social e econômica. Chamo atenção aqui para os objetivos IV e VII:

IV - incentivar, integrar e coordenar a formação de redes e sistemas setoriais nas diversas áreas do fazer cultural;

VII - promover a cultura em toda a sua amplitude, encontrando os meios para realizar o encontro dos conhecimentos e técnicas criativos, concorrendo para a valorização das atividades e profissões culturais e artísticas, e fomentando a cultura crítica e a liberdade de criação e expressão como elementos indissociáveis do desenvolvimento cultural brasileiro e universal (BRASIL, 2005).

O SFC passou por diversos problemas, que se demonstravam potencializados no SNC, como falta de recursos financeiros e incapacidade de processamento técnico-político (Barbalho, 2019b). Entretanto, mesmo diante deste cenário, em 2005, foi encaminhado ao Congresso Nacional a proposta de Emenda Constitucional (PEC) 416/2005, que acrescentava o art. 216-A e instituía o SNC. Ainda sendo aprovada a Emenda Constitucional n. 48, instituindo o Plano Nacional de Cultura (PNC), embora este só fosse aprovado em 2010, ano em que foi sancionado pelo presidente Lula na forma da Lei Nº 12.343/2010.

Apesar da lei do Sistema Nacional de Cultura ter sido elaborada em 2010, foi somente em 2012, a partir de uma articulação da futura Ministra Marta Suplicy, que o Sistema Nacional de Cultura foi finalmente aprovado pela Câmara e pelo Senado.

O SNC tem entre seus princípios:

- diversidade das expressões culturais;
- universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- transversalidade das políticas culturais;
- autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- transparência e compartilhamento das informações;
- democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações (BRASIL, 2011).

Embora tenha conquistado seu elemento normativo garantidor, o já mencionado artigo 216-A, inserido na Constituição Federal de 1988 (CF/88) em 2012. O Sistema Nacional de Cultura (SNC) permanecia sem adequada regulamentação em âmbito federal até 2024, embora diversas tentativas legislativas tivessem sido empreendidas anteriormente sem sucesso. Dois projetos de lei merecem destaque nesse processo: o PL 338/2013 e o PL 4271/2016, propostos pelo deputado Rubem Santiago (PDT-PE), ambos posteriormente arquivados.

Esse cenário mudou significativamente após a 4ª Conferência Nacional de Cultura, quando foi finalmente sancionada a Lei Nº 14.835, em 4 de abril de 2024. Esta legislação representou um marco fundamental ao estabelecer o regime de colaboração entre os entes federativos, regulamentando de forma definitiva o Sistema Nacional de Cultura³⁷.

Na ausência de uma regulamentação para a adesão dos entes da federação, o Ministério da Cultura vinha atuando através de publicações, cursos e oficinas, para sua orientação e através convenções como o já mencionado Protocolo de Intenções e o Acordo de Cooperação Federativa. Entretanto, a falta de recursos e a desmobilização da política cultural federal acabam por acarretar baixos níveis de formalização.

Por meio dessa exposição, busco apontar ações realizadas pelo Ministério da Cultura que atuaram na institucionalização de um modelo de política pública de cultura que condiz, segundo minha perspectiva, com o paradigma de democracia participativa. Estando focado na sua contextualização e não avaliando a efetividade dessas políticas, mas simplesmente a pesquisa procura apontar uma atuação que se propõe, mesmo que somente no papel, nesse sentido.

³⁷ FERREIRA, P. R. V. Lula sanciona o "SUS da Cultura", que define a gestão do setor no país. Agência Brasil, 04 de abr. de 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/lula-sanciona-o-sus-da-cultura-que-define-gestao-do-setor-no-pais>. Acesso em: 03 de jun. de 2024.

4. DADOS SOBRE A CULTURA EM MESQUITA

Na busca por compreender como tem se estabelecido o cenário cultural de Mesquita, procurei por algum cadastro público ou mapeamento de instituições e atividades culturais pela prefeitura. Observando a inexistência de qualquer sistematização de informações do campo cultural local, fui à procura de cadastros públicos de instituições e patrimônios reconhecidos, registrados ou tombados na região. Tomei essa direção, uma vez que a abordagem da pesquisa se dedica exclusivamente em levantar dados do ponto de vista patrimonial e de instituições culturais, excluindo as atividades voltadas ao campo do audiovisual, por exemplo.

A principal fonte de consulta e obtenção de dados foram os sites e plataformas das instituições culturais IPHAN e IBRAM, assim como as plataformas e documentos por eles disponibilizados. Ainda foi consultado o *site* do Ministério da Cultura, em busca de mais informações.

O levantamento se baseou na metodologia de pesquisa empírica mediada por computador, desenvolvida por Johnson (2010), que estipula técnicas de observação de campo, formado por *blogs*, *websites*, portais, dentre outros, tal qual estabelecido pela autora. A delimitação do campo de estudo seguiu o critério de utilização dos *sites* e portais públicos das instituições de cultura públicas e os documentos e portais por elas disponibilizados.

Foram utilizados como fonte os seguintes websites e plataformas: IBRAM, IPHAN, Plataforma Oyá Digital³⁸, Cadastro Nacional de Capoeiristas e Cultura Viva. Com a prévia delimitação do campo de estudo para tratar as informações disponibilizadas por instituições públicas federais, o volume de dados não apresentou dificuldades na análise. Por isso não houve necessidade do auxílio de softwares de análise de dados qualitativos, sugeridos por Johnson (2010). Para maior fruição da leitura e organização do texto, os dados são apresentados no decorrer do texto.

O procedimento de procura foi realizado a partir das informações dispostas nas fontes mencionadas. O principal critério foi a busca por informações sobre a localidade e data. No entanto, houve uma flexibilidade necessária a particularidade de cada instituição e dos dados

³⁸ Essa é uma plataforma que se encontra hospedada dentro do site do IPHAN, criada pela Superintendência da Bahia, visando a disponibilização das informações sobre a vida e o ofício das Baianas de Acarajé. Ver: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1158/>.

dispostos por elas. Entrecruzei outras propostas metodológicas, como a da análise de conteúdo por Mendes e Miskulin (2017) para dar conta da investigação. Os autores descrevem sua metodologia fazendo uso da metáfora de uma “colcha de retalhos”, em que colocam centralmente a pesquisa qualitativa – aqui neste trabalho desenvolvida pela abordagem de pesquisa quali-quantitativa. Nas palavras dos autores:

[...] a metáfora de uma colcha de retalhos, em que, ao pegarmos os “pedaços de panos de vários matizes”, como a questão de investigação e os objetivos, o referencial teórico adotado, a transparência dos procedimentos metodológicos para a constituição dos dados e os procedimentos de análise dos dados, como bricoleurs, como artesãs cosendo seu patchwork, construímos a investigação proposta (Mendes, Miskulin, 2017, p. 1046).

4.1 Mesquita segundo o IPHAN

Buscando reconhecer se Mesquita encontra algum patrimônio contemplado pela instituição dedicada ao patrimônio mais tradicional do país, consultei a Lista de Bens Tombados e Processos em Andamento do IPHAN. Ressalto que o instituto passa por um processo próprio de mudanças que vai além do período de recorte da pesquisa (2002-2018). Partindo de uma instituição de baixíssima visibilidade social, dedicada quase que com exclusividade a um tipo de patrimônio já consolidado pelas elites e pelo discurso oficial, para uma proposta mais plural e participativa, que vem sendo desenvolvida, sobretudo a partir do final da década de 1970, sob a gestão de Aloísio Magalhães.

Quando assumiu o cargo de diretor do IPHAN, em 1979, Magalhães trouxe a proposta de consulta às comunidades das cidades históricas, o que denota uma perspectiva mais participativa de sua gestão. No período, houve uma ampliação do número de processos abertos por pessoas, grupos e instituições, que, até então, eram feitos em sua grande maioria por funcionários do IPHAN. Houve uma diversificação dos bens propostos para o tombamento, aparecendo construções mais atuais, como fábricas, mercados, estações ferroviárias, bondes, escolas e faculdades. Ocorreu também uma expansão dos pedidos, englobando bens representativos de outras religiões que não a católica, de outras regiões que não a Sul e o Sudeste, de grupos imigrantes e da comunidade indígena e afro-brasileira (Fonseca, 1996).

Vale ser citado o tombamento, em 1984, do terreiro da Casa Branca, localizado no estado da Bahia, o primeiro terreiro tombado no Brasil. O pedido de tombamento foi feito pelo antropólogo Gilberto Velho e passou por uma votação acirrada e tensa, com abstenções e

pedidos de adiamento, chegando a ser necessário o voto do Secretário da Cultura, da época, Marcos Vinícios Vilaça³⁹.

Ao revisitar episódios da trajetória do IPHAN não podemos deixar de mencionar a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), por meio do Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu também o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. O decreto foi importante por inaugurar instrumentos específicos para o atendimento ao patrimônio intangível⁴⁰.

Ressalto esses fatos que compõem a memória do IPHAN para elucidar a sua trajetória própria, a partir da perspectiva do recorte de minha pesquisa, portanto não representam e não há a pretensão de darem conta da trajetória histórica da instituição. Analisei os dados do IPHAN sobre Mesquita, procurando avaliar também a existência de algum impacto dessas mudanças.

A busca foi realizada pelo nome do município no cadastro e averigui que não havia nenhum processo de Mesquita. Procurei, então, avaliar se em seus municípios vizinhos existiam algum patrimônio contemplado, seguindo o padrão de busca pelo nome de cada município. Nas cidades da Baixada Fluminense limítrofes à Mesquita encontram-se 4 bens tombados ou processos distribuídos nos seguintes números: Belford Roxo (0), Nilópolis (0)⁴¹, Nova Iguaçu (3), e São João de Meriti (1). Sendo interessante ressaltar a emancipação de Mesquita em 1999 e a dinâmica de tombamento federal de bens edificadas isolados foi mais intensa nas primeiras décadas de existência do IPHAN.

Nova Iguaçu aparece como o único município com um patrimônio tombado pelo IPHAN, a Fazenda São Bernardino, ainda tendo outros dois processos referentes ao Complexo Vulcânico de Nova Iguaçu (indeferido) e o Terreiro de Candomblé Asé Nassó Oká Ilê Osun (instrução). São João de Meriti, por sua vez, conta com um processo em instrução de 2014, para o tombamento do Terreiro Ilê Omulu Oxum.

³⁹ Atualmente, existem 12 terreiros tombados no Brasil, dos quais 10 se localizam na Bahia, um no Maranhão e outro em Pernambuco, ou seja, todos na região Nordeste do país (IPHAN, 2021).

⁴⁰ A Constituição Federal desde 1988, nos artigos 215 e 216, já havia reconhecido a existência de bens culturais de natureza material e imaterial (BRASIL, 1988). E o registro se tornou o instrumento legal principal para proteção dos bens intangíveis através do Decreto nº 3551, de 2000 (BRASIL, 2000).

⁴¹ Na lista constam dados de um pedido indeferido do conjunto arquitetônico assim composto: Capela de São Mateus, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Igreja de São Sebastião, Loja Maçônica União de Iguassu, Antiga Sinagoga Israelita de Nilópolis, Palacete Queiroz Lopes e bosque ao redor. Consta, no entanto, no campo “município” como Rio de Janeiro, embora venha mencionar no campo “nome atribuído” que sejam “bens localizados no município de Nilópolis”.

Considerando o histórico da região e a participação de municípios do seu território pelo ciclo de expansão ferroviária no Brasil e no Rio de Janeiro, tendo em vista que o patrimônio ferroviário é contemplado pela Lei nº 11.483/0752 e pela Portaria IPHAN nº 407/201053, consulte a Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário do IPHAN. Na lista, busquei novamente pelos nomes de Mesquita e de seus municípios vizinhos, estando as Unidades Federativas organizadas em ordem alfabética. Pela pequena quantidade de itens apontados dentro do estado do Rio de Janeiro, pude observar sem a ajuda da ferramenta de pesquisa por resultados. Não foram encontrados nenhum patrimônio ferroviário reconhecido em tais municípios.

Na busca por dados sobre o patrimônio arqueológico, a primeira fonte consultada foi a dos Bens Arqueológicos Tombados pelo IPHAN, disponibilizada no site do instituto. A curta lista conta com 18 bens e somente um representante no estado do Rio de Janeiro, a Coleção Arqueológica Balbino de Freitas, localizada no Museu Nacional; portanto, fora do espaço geográfico da pesquisa. Partindo para a busca de sítios arqueológicos reconhecidos, consulte o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CSA), disponibilizado no site do IPHAN. Seguindo o mesmo procedimento de busca, não foi encontrado nenhum sítio arqueológico em Mesquita, mas foram achados os seguintes resultados referentes aos municípios vizinhos: Belford Roxo (8), Nilópolis (0), Nova Iguaçu (27), São João de Meriti (0).

Os dados sobre o patrimônio imaterial são mais escassos, o que aumenta a dificuldade de levantamento. No website do instituto constam mapeamentos sobre o patrimônio imaterial nos estados, entretanto, na região sudeste, o único existente se refere ao estado de Minas Gerais. Na subseção Projetos Realizados de Identificação de Bens Culturais Imateriais, constam os seguintes representantes do estado do Rio de Janeiro: Festa do Divino Espírito Santo em Paraty; Festas do Divino Maranhense no Rio de Janeiro; Festa de Nossa Senhora da Conceição; Região Comercial do Saara; Terreiros Tradicionais de Candomblé e Umbanda no Rio de Janeiro; Folia de Reis no estado do Rio de Janeiro; Feira de São Cristóvão; Rede Fitovida; e, Venerável Irmandade de São Benedito de Angra dos Reis. Em nenhum dos projetos de identificação correntes, Mesquita aparece como espaço de manifestações culturais da lista, assim como Belford Roxo, Nova Iguaçu, Nilópolis e São João de Meriti. Chamando a atenção o projeto de inventário das folias de reis fluminenses, feito em parceria entre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e o IPHAN⁴². A pesquisa conduzida pela Sub-reitoria de Extensão e Cultura /

⁴² SILVA, THIAGO SILVESTRE; LIMA, RICARDO GOMES (2018). Entre rotinas e ritos, trabalho e festas: inventário das Folias de Reis fluminenses para seu registro como patrimônio cultural brasileiro.

UERJ abrangeu 15 municípios⁴³, mas nenhum deles da região da Baixada Fluminense, embora seja de conhecimento da população local a tradição da Folia de Reis⁴⁴, inclusive em Mesquita.

A opção foi consultar a Lista de Bens Registrados do IPHAN, no entanto, os dados estão ali organizados por unidades territoriais maiores, não havendo uma especificação que pudesse facilitar o enquadramento de um patrimônio como integrante da região da Baixada Fluminense. A lista data de 2019 e consta com 48 bens culturais, sendo encontrados bens registrados no território do Sudeste, como o Jongo, registrado no Livro de Registro das Formas de Expressão em 2005. Esse enquadramento é dificultado pela escassez de informações da lista, necessitando recorrer a outra fonte, os dossiês de registro.

Para acessar os dossiês, fui na opção Bens Imateriais Registrados nos Estados, em que constam as regiões do país. Clicando na opção região Sudeste, fui direcionado a uma nova página com informações distribuídas, desta vez, estado por estado. No estado do Rio de Janeiro, constam os seguintes bens, respectivos livros de registro e o ano de registro: Jongo no Sudeste, no Livro de Registro das Formas de Expressão (2005); Ofício das Baianas de Acarajé, no Livro dos Registro dos Saberes (2005); Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo, no Livro de Registro das Formas de Expressão (2007); Roda de Capoeira, no Livro de Registro das Formas de Expressão (2008); Festa do Divino Espírito Santo de Paraty, no Livro de Registro das Celebrações (2013); Literatura de Cordel, no Livro de Registro das Formas de Expressão (2018). Clicando em cada um dos bens fui direcionado para uma nova página, com uma apresentação do patrimônio e a indicação de um link para o dossiê de registro.

Analisei dossiê por dossiê a procura de algum tipo de representatividade da Baixada Fluminense. No dossiê sobre o Jongo no Sudeste, não foi encontrado o registro de nenhuma comunidade. Embora seja de conhecimento prévio a presença de rodas e da cultura do jongo, principalmente nos municípios de Nova Iguaçu, Mesquita, Duque de Caxias e São João de

Interagir: Pensando a extensão, (24), 87–98. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/interag.2017.21032>. Acesso em: 8 de jul. 2024.

⁴³ Angra dos Reis, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Duas Barras, Itaboraí, Mangaratiba, Paraty, Petrópolis, Quatis, Quissamã, Rio Claro, Rio de Janeiro, Santa Maria Madalena, São Pedro d'Aldeia e Vassouras.

⁴⁴ Em “PALHAÇOS & PERSONAGENS DA FOLIA DE REIS DO ESTADO DO RIO”, dois dos mais tradicionais reisados da Baixada, Dona Mariana de Mesquita e Flor do Oriente de Duque de Caxias, já aparecem em relato da pesquisadora Patrícia Pereira Peralta de 1995.

Meriti⁴⁵. No estudo feito pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) junto ao IPHAN, foram visitadas 7 comunidades no Rio de Janeiro, dentre as quais duas foram inventariadas: comunidade do Morro da Serrinha, em Madureira; e comunidade da Fazenda de São José, no município de Valença.

O Ofício das Baianas de Acarajé é de amplitude nacional, encontrando representatividade por todas regiões do país. O seu dossiê é direcionado mais para identificação do bem, o que fez com que buscasse por informações em outra fonte, a Plataforma Oyá Digital. No entanto, para minha frustração não pude acessar a plataforma por se encontrar desativada.

No documento referente as Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo, consta um mapa das escolas de samba, em que aparecem escolas da região da Baixada. Demonstrando a existência de escolas além das já conhecidas da elite do carnaval carioca: Beija-flor, de Nilópolis, e Acadêmicos do Grande-Rio, de Duque de Caxias. Porém não aparecem representantes de Mesquita e as informações dispostas são as mesmas dos *sites* da Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Liesa) e da Associação das Escolas de Samba da Cidade do Rio de Janeiro (Aescrj). Não trazendo, assim, nenhum dado novo para a pesquisa.

O registro da Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira também têm representatividade na região, ambos em seus dossiês não apresentam nenhuma espécie de mapeamento da atividade. Mas, por meio da plataforma de nome Cadastro Nacional da Capoeira (CNC) é possível localizar grupos de capoeiristas e pesquisadores da capoeira, servindo de fonte para à pesquisa. Nesse cadastro consta somente um capoeirista como representante de Mesquita, Carlos Alberto Nascimento Lessa e nenhum grupo ou entidade local. Em seus vizinhos, entretanto, aparecem os seguintes grupos ou entidades: Grupo Aruanda, União Belforroxense de Apoio e Desenvolvimento da Arte e Cultura Brasileira e Centro Cultural Capoeira Africanidades em Belford Roxo; Associação de Capoeira – Quilombo em Foco e Centro Cultural Capoeira Africanidades em Nova Iguaçu. Buscando por capoeiristas no cadastro os resultados são os seguintes: Belford Roxo (4), Nilópolis (0), Nova Iguaçu (12) e

⁴⁵ O projeto de pesquisa “Jongos, calangos e folias: memória e música negra em comunidades rurais do Rio de Janeiro”, desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense (UFF), através do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI/UFF) e do Núcleo de Pesquisa em História Cultural (NUPEHC/UFF), produziu o documentário “Jongos, calangos e folias: música negra, memória e poesia”. O documentário dirigido por Hebe Mattos e Martha Abreu foi lançado em 2007, e conta com um capítulo dedicado exclusivamente a apresentação do Jongo na Baixada Fluminense.

São João de Meriti (6). Como o foco da pesquisa é mais exclusivamente patrimonial, não me preocupei com o levantamento de pesquisadores pelo cadastro, embora existam representantes.

Por ser uma manifestação restrita a territórios além do recorte da pesquisa, a Festa do Divino Espírito Santo de Paraty foi descartada. O dossiê Literatura de Cordel, no item “A literatura de cordel no Rio de Janeiro”, se limita a descrição das principais referências do cordel no estado, a saber: Feira de São Cristóvão, Praça XV e Campo de São Bento. Os dois primeiros na cidade do Rio de Janeiro e o último em Niterói. É interessante apontar a ausência da Feira de Duque de Caxias com seus cordelistas e xilogravuristas nas referências sobre o cordel. No dossiê, não há nenhuma menção à Mesquita.

4.2 Mesquita segundo o IBRAM

Na busca por instituições de cultura dentro do espaço geográfico da Baixada, procurei por informações do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) que, a partir da sua formação em 2009, tem sido a principal instituição do setor museológico no Brasil. Cabe ressaltar que a criação de uma autarquia de dentro do IPHAN, se deu por meio de um longo processo de tensionamentos no campo cultural brasileiro.

A criação, a partir do debate com o setor cultural, da Política Nacional de Museus (PNM), em 2003, impulsionou a construção de outras políticas relacionadas à proteção do patrimônio material e imaterial e de políticas específicas para os museus. Ainda sobre a PNM:

[...] representou uma mudança de postura do Ministério da Cultura, tendo em vista que abrange todos os museus brasileiros, independentemente da sua vinculação institucional, ou se público ou privado. Em todo o seu texto, está premente a articulação entre os entes da federação e da sociedade civil, bem como há a preocupação com a consolidação de políticas públicas não só voltadas aos bens culturais nacionais, mas também aos estaduais e municipais (Tolentino, 2007, p.79).

Os fundamentos da política proposta pelo governo federal para o setor museológico foram lançados através do caderno “Bases para a Política Nacional de Museus - Memória e Cidadania”. Segundo o documento, foram estabelecidos como objetivos do PNM:

Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade sócio, étnico e cultural do país. (BRASIL, 2003, p.8).

Nesse movimento, no ano de 2003, foi criado por meio do Decreto nº4.811/2003, no âmbito do IPHAN, um departamento dedicado ao setor museológico, o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU). O DEMU trouxe mudanças importantes para institucionalização do campo e para os profissionais da museologia:

Neste momento, o Concurso Nacional do IPHAN implicou na criação de 23 novos cargos de museólogos, sendo que 6 dos novos contratados foram trabalhar nos “Museus Nacionais” e os demais, nos museus até então subordinados às superintendências. Este ano foi marcado por disputas e ações internas que modificaram as regras e relações de poder institucional. Estes profissionais, em geral, eram jovens museólogos, foram alunos e identificavam-se com os gestores do DEMU. A partir da mobilização pela regulamentação da Portaria 43, algumas chefias das unidades foram substituídas, ocasionando a nomeação de novas chefias, entre eles os profissionais recém-concursados. Pela primeira vez, os superintendentes regionais do IPHAN não representavam mais os Museus. A correlação de forças estava modificada e a concentração de recursos fazia o DEMU produzir uma nova hegemonia institucional (Moraes, 2009, p.65).

No entanto, os idealizadores da PNM apontavam problemas na gestão do IPHAN, principalmente a respeito da valorização dos museus regionais. Começam a surgir tensões dentro do DEMU para a criação de uma autarquia vinculada diretamente ao MinC, desvinculada do IPHAN, havendo posicionamentos contrários e a favor a esse projeto que se constituiu no Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Um dos idealizadores da criação do IBRAM foi José do Nascimento Júnior, Diretor do DEMU de 2003 a 2009 e depois presidente do IBRAM, no período de 2009 a 2013. Segundo José do Nascimento, o próprio ministro Gil e a presidência apoiavam a criação do IBRAM, sendo partidários da criação da autarquia (Santana, 2019). Já representantes do IPHAN argumentavam acerca da impossibilidade de desvincular o patrimônio do museu, ainda havendo no meio político críticas de que seriam mais recursos públicos para benefício de setores específicos e aliados partidários (Moraes, 2009).

Em 2008, começa o processo de votação do Projeto de Lei nº 3591/08 do Poder Executivo, sendo aprovado após uma longa noite de votação encerrada na madrugada de 18 de dezembro. Conseqüentemente, em 20 de janeiro de 2009, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei Ordinária nº11906, criando o IBRAM com sede em Brasília.

A intenção do percurso relatado foi demonstrar o processo de implementação do Instituto Brasileiro de Museus, ressaltando que embora tenha sido criado após a saída de Gil do

ministério, o IBRAM representa claramente o prosseguimento da política cultural de sua gestão. Por fim, assinalo que:

O IBRAM cria uma nova situação. A experiência brasileira de gestão, formulação e política museológica se encontra no mesmo patamar institucional que algumas experiências bem sucedidas em países europeus. O desejo e a ação organizada de profissionais da cultura e do museu acompanham uma tendência internacional, em que os museus passam a dispor de mecanismos e se tornam órgãos autônomos. Este é um momento do processo que atinge um dos objetivos explicitados no início da gestão. O Brasil, com o IBRAM, se junta a outros países como França, Espanha e Portugal que serviram de referência (Moraes, 2009, p.69).

Antes de partir para a exposição dos dados encontrados e sua análise, vale mencionar a importância da criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) através do Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004. O advento do SBM representou o cumprimento de uma antiga demanda do setor museológico explicitada nas metas do PNM. De acordo com Tolentino (2007, p.79), a relevância dessa política está em ser uma de suas premissas “[...] a constituição de uma ampla e diversificada rede de parceiros que, somando esforços, contribuam para a valorização, a preservação e o gerenciamento do patrimônio cultural brasileiro, de modo a torná-lo cada vez mais representativo da diversidade étnica e cultural do país”.

No levantamento de dados feito a partir do site do IBRAM, percebemos em sua página inicial um setor denominado “Os Museus”, em que se encontra a opção “Museus do Brasil” nos direcionando para uma nova página. Nessa nova página, há uma apresentação da legislação de museus no país e uma área destinada a apresentar a plataforma Museusbr, criada pela Portaria nº 6, de 9 de janeiro de 2017.

O Museusbr funciona como sistema nacional de identificação de museus e disponibiliza informações sobre essas instituições, apresentando-se como uma fonte interessante de pesquisa. Clicando no *link* disposto na página, fui redirecionado para a página da plataforma, onde há um campo de pesquisa por palavras chave e, ao lado, uma opção de filtro de busca com as opções Eventos, Museus, Agentes e Projetos.

Para facilitar o levantamento de dados, pude então filtrar a pesquisa repetindo o mesmo método de busca pelo nome de cada município, inseridos no campo discriminado com “digite um endereço”. Mesquita não conta com nenhuma instituição, segundo o cadastro, diferente de municípios limítrofes: Belford Roxo (2), Nilópolis (3), Nova Iguaçu (2) e São João de Meriti (2). Entre seus vizinhos da Baixada Fluminense é a única sem nenhuma instituição museológica cadastrada.

Alguns nomes que aparecem na lista chamam a atenção, como O Museu da Beija-Flor, escola de samba que exerce grande influência sobre o território da Baixada, principalmente nos municípios vizinhos de Nilópolis, como Mesquita e Nova Iguaçu. Além do Museu do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB)⁴⁶, em Belford Roxo, que atua na defesa do patrimônio arqueológico, tanto por meio de sua preservação física, quanto através de pesquisas realizadas por suas equipes. O município conta com sambaquis que atestam a presença de povos Tupi-guarani, como o do Sítio da Baixada localizado na Vila de Santa Tereza:

Com características de aldeamento, se estende por uma área de cerca de 6.000m², alcançando a beira de um vestígio de lagoa pré-histórica que existe até hoje. Nunca foram feitas escavações sistemáticas sobre o sítio, mas sempre que o material cultural aflora por conta de chuvas e ou outras razões, é coletado e guardado no acervo do IAB. Na década de 1990 uma pequena urna funerária foi retirada intacta da margem do barranco e também se encontra sob guarda sob o nº Catalogo 27 do IAB⁴⁷.

4.3 Mesquita segundo o Rede Cultura Viva

O site do Cultura Viva foi igualmente utilizado como fonte pública de consulta na pesquisa. Possui um cadastro semelhante ao Museusbr, possibilitando levantamento dos Pontos de Cultura existentes na Baixada. Interessante apontar que o lançamento do primeiro edital para seleção de Pontos de Cultura e criação do programa Cultura Viva, ambos se deram no ano de 2004, ou seja, na gestão Gilberto Gil no MinC. Os Pontos de Cultura nada mais são do que organizações culturais, podendo ser: ONGs, museus, escolas de samba, associações de moradores, quilombolas, aldeias indígenas, grupos de teatro etc. O programa contempla diversas organizações, quase que indiscriminadamente, estabelecendo somente responsabilidades e direitos.

O grande valor dessa política se encontra na sua esfera participativa e auto gestonária, funcionando por meio de um pacto com o Estado que não é de caráter unilateral. O próprio uso dos recursos ofertados pelo Estado é definido pelo Ponto de Cultura, que decide se o

⁴⁶ “O Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), fundado em 29 de abril de 1961, é uma instituição privada de caráter científico-cultural, sem fins lucrativos, que tem por MISSÃO a dedicação integral à Pesquisa, Ensino e Divulgação da Arqueologia Brasileira. A sede do IAB, no município de Belford Roxo (RJ), é credenciada junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para Guarda de Acervos Arqueológicos” (IAB, 2018).

⁴⁷ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ficha de Registro de Sítio Arqueológico, 2016. Disponível em: <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/27681#&panel1-3>. Acesso em: 21 de jun. 2024.

investimento vai para uma melhoria do espaço, para aquisição de algum equipamento, para realização de uma atividade ou evento.

É interessante ressaltar que o Cultura Viva foi instituído por lei somente em 2014, através da Lei nº 13.018, o que representou um ato de legalidade e consolidação da política. Segundo o documento da lei, a Política Nacional de Cultura Viva compreende:

I - pontos de cultura: entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, grupos ou coletivos sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades;

II - pontões de cultura: entidades com constituição jurídica, de natureza/finalidade cultural e/ou educativa, que desenvolvam, acompanhem e articulem atividades culturais, em parceria com as redes regionais, identitárias e temáticas de pontos de cultura e outras redes temáticas, que se destinam à mobilização, à troca de experiências, ao desenvolvimento de ações conjuntas com governos locais e à articulação entre os diferentes pontos de cultura que poderão se agrupar em nível estadual e/ou regional ou por áreas temáticas de interesse comum, visando à capacitação, ao mapeamento e a ações conjuntas;

III - Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura: integrado pelos grupos, coletivos e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que desenvolvam ações culturais e que possuam certificação simplificada concedida pelo Ministério da Cultura (BRASIL, 2014).

A política passa por um processo de amadurecimento, disponibilizando os dados sobre os Pontos e os Pontões a partir dessa nova diferenciação criada pela lei. A partir da plataforma, inserindo o nome de cada município, apareceram 4 iniciativas culturais em Mesquita: CCPBF – Centro de Cultura Popular da Baixada Fluminense, no bairro de Santo Elias; Ponto de Cultura Associação de Amigos da Biblioteca Comunitária Oscar Romero, no bairro Cruzeiro do Sul; Ponto de Cultura Associação dos Amigos do América – Baixada – AMAB, no bairro Cosmorama; e Arte com Visão, no bairro da Chatuba.

É importante apontar que em levantamento realizado pela Assessoria de Cultura e Sociedade da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro (2023), não consta a existência do Centro de Cultura Popular da Baixada Fluminense, que se encontra em atividade. Aparecendo a existência de outro ponto de cultura que não aparece no Rede Cultura Viva, a Associação Mundo Novo da Cultura Viva, localizado no bairro da Chatuba.

Nos seus municípios vizinhos foram encontradas o seguinte número de iniciativas culturais por município: Belford Roxo (8), Nilópolis (1), Nova Iguaçu (21) e São João de Meriti

(6)⁴⁸. Como alguns municípios possuem nome igual ao de municípios de outros Estados brasileiros, foi necessário refinar a pesquisa, selecionando a opção Rio de Janeiro, no campo “Selecione os Estados”.

Na plataforma do Cultura Viva constam os anos de certificação, entretanto, esse tipo de certificação foi estabelecido com o lançamento da plataforma, em 2015, a partir da já mencionada Lei nº 13.018, de 2014. Sendo assim, não constam dados de períodos anteriores, quando o reconhecimento era feito através de edital.

Chama atenção entre os dados encontrados no cadastro a diversidade de iniciativas, contando até como Ponto de Cultura a Prefeitura de Nova Iguaçu. Aparecem nos resultados associações, instituições religiosas diversas, movimentos sociais, institutos culturais, orquestras, rádios e bibliotecas, entre muitas outras.

Destaco também a presença em mais um cadastro do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), de Belford Roxo, que já aparecia no cadastro do Museusbr por ter também um espaço museológico, e a do Centro Cultural Donana, no mesmo município, uma instituição histórica da Baixada Fluminense e muito reconhecida pela comunidade local. O Donana surgiu em meados da década de 1980 e devido a dificuldades financeiras chegou a fechar várias vezes, funcionando, sobretudo, através de voluntariado. Realiza diversas atividades como oficinas de arte e rodas de leitura, sendo a mais conhecida a exibição de filmes aos domingos, que virou uma tradição e conta com duas sessões, uma para crianças e outra para o público adulto.

Por último, no município de Mesquita aparece como Ponto Cultural a Associação de Amigos do América, que demonstra a influência do América Football Club, tradicional time carioca na região do município de Mesquita. O Ponto de Cultura se localiza no bairro de Cosmorama, próximo ao Estádio Giulite Coutinho, fundado em 2000, fortalecendo a relação do clube originário da Tijuca com a região da Baixada Fluminense. O estádio já sediou partidas dos principais clubes da atual elite carioca, chegando a ser alugado pelo próprio Fluminense Football Club, em 2016.

⁴⁸ Segundo o levantamento feito pela Assessoria de Cultura e Sociedade constam os seguintes números para os municípios: Belford Roxo (5), Nilópolis (2), Nova Iguaçu (19) e São João de Meriti (2).

4.4 Cruzando os dados

Analisando os dados de ambos cadastros, percebe-se a baixa representatividade e informações disponíveis sobre o campo da cultura em Mesquita, além da afluência de representantes para Nova Iguaçu. Pode ser apontado, então, que o caráter central e as influências do município apresentam-se mesmo que discretamente aqui.

Indo de cadastro em cadastro, percebi uma presença tímida de representantes da Baixada Fluminense em sua definição ampliada em instituições como o IPHAN, com apenas 4 patrimônios tombados e inúmeros processos indeferidos. Segundo o IBRAM, há um número de 28 instituições culturais para 13 municípios, o que equivale a aproximadamente 2 por município. A Baixada aparece representada com maior quantitativo no Cadastro Nacional da Capoeira e no Rede Cultura Viva.

Dado igualmente importante a pesquisa, a busca pelos equipamentos culturais em responsabilidade do poder público do estado do Rio de Janeiro demonstrou mais uma ausência. Dentre os 29 equipamentos públicos de posse do governo estadual, nenhum deles está localizado na Baixada Fluminense, estando 21 deles na capital, 5 no município de Niterói, 1 no município de Cantagalo e 1 no município de Casemiro de Abreu.

Por fim, é preciso mencionar algumas questões do percurso do levantamento de dados. Ao consultar a lista de museus pela plataforma do Museusbr e os pontos de cultura pela Rede Cultura Viva, algumas instituições e pontos de cultura possuíam um número extremamente restrito de informações, além de algumas informações conflitantes ou dúbias. Para conseguir mais informações, cheguei a procurar pela *web* usando o nome dessas entidades, mas me deparei com um outro fato difícil à pesquisa. Mesquita, que só se encontra representada no Rede Cultura Viva, tem somente 2 deles com informações mais detalhadas e com uma rede social ao menos, a Associação de Amigos da Biblioteca Comunitária Oscar Romero e o Centro de Cultura da Popular da Baixada Fluminense. Entretanto, nenhum deles possui um *website* próprio, dificultando o conhecimento um pouco mais aprofundado sobre as atividades realizadas.

A maioria dos museus e instituições culturais da Baixada Fluminense não possuem *site* próprio e, muitas vezes, não estão presentes em nenhuma plataforma digital. Essa realidade, no entanto, não é peculiar da Baixada, podendo ser constatada em todo o território nacional pela pesquisa TIC Cultura 2022, produzida pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR.

Segundo a pesquisa TIC Cultura 2022, a presença dos museus em redes sociais é de 63% das instituições, já o percentual de museus que possuem *website* próprio é de 37%, estando 24% presentes em *websites* de terceiros. Com relação aos pontos de cultura, 55% possuem *site* próprio, 89% possuem perfil em redes sociais e 9% estão presentes em *websites* de terceiros. A presença e interação na *internet* foi baixa entre todas categorias de equipamentos culturais avaliadas na pesquisa, e não apresentou evolução significativa ao longo da série histórica.

Os dados demonstram a falta de preparo de instituições do setor cultural na utilização do ambiente digital. No caso dos museus, o atraso é ainda maior, sendo extremamente baixos tanto os índices relativos à existência de websites próprios, quanto ao uso de redes sociais como meio de comunicação com o público. Essa situação se mostra extremamente problemática, visto que a utilização da *internet* tem se estabelecido como principal meio de busca de informação. Se o público não consegue encontrar nenhum meio de comunicação ou dado, nem mesmo informações institucionais, sobre horário de funcionamento e ingressos, como pode ter acesso a essas instituições?

O estudo realizado pela TIC Cultura ainda apontou que, dentre os gestores entrevistados, a falta de recursos financeiros para investimento em tecnologia e a pouca capacitação da equipe no uso de computador e *internet* são os principais problemas citados. Nesse sentido, se torna essencial a existência dos cadastros públicos. O que pude perceber em minha pesquisa que na inexistência de um *site* próprio ou rede social, inserindo o nome de uma entidade “no buscador” era a forma que tornava possível conseguir alguma informação, mesmo que escassa. Dispor da possibilidade de acessar por região, seja município ou mesmo Estado, possibilita um mapeamento que pode facilitar o acesso do público de acordo com a sua localidade próxima. Essa ferramenta, casada com a existência de *websites* por partes das instituições, potencializaria o alcance não somente ao público especializado, mas também ao público geral curioso ou interessado.

5. TRANÇANDO NARRATIVAS SOBRE MESQUITA E O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

Nesse capítulo pretendo realizar um estudo sobre o setor cultural do município de Mesquita, na Baixada Fluminense, para tanto iniciei o percurso a partir da Lei Orgânica Municipal (LOM). Compreendendo as LOMs como macro-regras que organizam os sistemas políticos municipais brasileiros, e que:

[...]o que pode ser constatado pela interpretação dos arts. 1º e 18 da Lei Maior, o Constituinte de 1988 assegurou ao Município competência exclusiva para a elaboração da Lei Orgânica, manifestação inequívoca de sua capacidade de auto-organização, e substituiu a clássica fórmula do “peculiar interesse”, que já gozava de quase um século de consagração constitucional, por “interesse local”, expressão ampla, que parece abrigar uma pluralidade de matérias afetas à municipalidade (Resende, 2008, p. 8).

A partir de então, estipulei a Lei Orgânica do Município de Mesquita como objeto para compreensão do interesse local sobre o assunto específico da cultura. Buscando analisar no texto do documento, principalmente nos sete artigos referentes ao tema e seus incisos, os princípios retores da administração pública de Mesquita para a cultura. Ainda compreendendo que por ser promulgada pela câmara municipal, sem dependência da aprovação do executivo, a faz gozar de autonomia em relação as leis complementares e de independência em relação aos mandatos de prefeitos. Para sua aprovação é necessário o voto favorável de 2/3 da corporação legislativa. Considerando todos esses aspectos supracitados pode-se defender a tese de “[...]que a Lei Orgânica é a Constituição do Município, porém, sujeita aos princípios da Constituição da República e do Estado Federado, bem como aos preceitos enumerados no art. 29 da Carta Magna” (Resende, 2008, p. 30).

Os dois primeiros artigos “Da cultura”⁴⁹ na LOM referem-se de maneira ampla ao estímulo às diferentes manifestações culturais, com parêntese para a prioridade às manifestações culturais de origem local e dos segmentos populares. O artigo 194 define a obrigação do município de criação e apoio aos mecanismos de preservação dos valores culturais locais. Os direitos culturais garantidos pelo município são definidos da seguinte forma na redação do artigo 195 da LOM:

- I – liberdade de criação e expressão artísticas;
- II – acesso à educação artística e ao desenvolvimento da criatividade, principalmente nos estabelecimentos de ensino, nas escolas de arte, nos

⁴⁹ Seguindo o título da Seção II, do Capítulo III da Constituição Brasileira de 1988.

centros culturais e espaços de associações de bairros;
III – amplo acesso a todas as formas de expressão cultural;
IV – apoio e incentivo à produção, difusão e circulação dos bens culturais;
V – acesso ao patrimônio cultural do Município;
VI – as feiras de artesanato e de artes plásticas, e os espaços de livre expressão artística popular (MESQUITA, 1991, p. 51).

No artigo 196, por sua vez, a LOM define o compromisso do poder local na complementação do procedimento do tombamento na forma da lei e a atribuição da ocupação dos edifícios tombados para as instituições públicas, entretanto, Mesquita não possui nenhum edifício tombado atualmente e nenhuma lei de tombamento própria.

Interessante apontar que o documento define as atribuições do Sistema Municipal de Cultura e Lazer, no Artigo 198, como “I – estabelecer diretrizes operacionais e prioridades para o desenvolvimento cultural do Município”, e “II – integrar ações governamentais na área das artes e do lazer cultural” (MESQUITA, 1991, p. 52). A cultura aparece já associada a outra pasta, o que ocorreria em definitivo na formação da secretaria. Entretanto, o município nunca divulgou qualquer dado sobre a existência de um sistema municipal e a LOM não estabelece seu funcionamento dentro do organograma do executivo local.

Na Seção II do Capítulo VII, a redação do texto menciona os Conselhos Municipais, entretanto não menciona a existência e nem trata de conselhos específicos, como um Conselho Municipal de Cultura. Os conselhos municipais são apenas assim descritos no corpo da LOM:

Art. 101 – Os conselhos municipais são órgãos de participação direta da comunidade na administração pública, tendo por finalidade propor, fiscalizar e deliberar matérias referentes a cada setor da administração, nos termos de lei complementar (MESQUITA, 1991, p. 27)

O texto da LOM traz em seu conteúdo sobre a cultura uma diluição do que está contido na Constituição de 1988, reduzindo questões por ele determinadas. Entretanto parece faltar uma maior dedicação a definição de alguns termos, demonstrando serem utilizados de maneira indiscriminada. Diferente da carta magna brasileira, na Lei Orgânica do Município de Mesquita não há uma preocupação de definição daquilo que seria considerado como Patrimônio Cultural Mesquitense e sobre os diferentes segmentos étnico-raciais que compõe o município.

Olhando para além da Lei Orgânica do Município de Mesquita, busquei avaliar como a pasta da cultura historicamente esteve organizada no escopo do executivo local. Analisando as publicações de Leis Ordinárias do município, pude averiguar que a cultura nunca ocupou uma secretaria independente, sempre estando associada a outras pastas. Na primeira configuração

de secretaria, em 2001, compôs a Secretaria de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer⁵⁰. Em 2006 passou a integrar a agora Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer⁵¹. Sua última configuração perdura desde 2017⁵², quando passou por uma mudança de posição dentro do organograma do poder público municipal, sendo rebaixada a subsecretaria, ainda assim junta a outros temas. A cultura é desde então, objeto da Subsecretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo (SEMCELT), subordinada à Secretaria de Governança.

Realizando um levantamento sobre a estrutura em que se encontra a pasta da cultura nos 13 municípios da Baixada Fluminense, percebi que a Cultura ocupa uma secretaria independente somente nos municípios de Belford Roxo, Itaguaí, Japeri, Nilópolis e Nova Iguaçu. Formando uma secretaria conjunta ao Turismo em Duque de Caxias, Paracambi, São João de Meriti e Seropédica. Em Magé faz parte da Secretaria de Cultura, Turismo e Eventos, em Guapimirim compõe a Secretaria de Cultura e Economia Criativa. Chama atenção o caso do município de Queimados, que possui somente duas secretarias, de Educação e Defesa Civil, estando a cultura como “assunto” da primeira.

Procurando mais dados sobre a cultura em Mesquita, executei a pesquisa, inicialmente, a partir do portal do SNC, na página de consulta por estado ou município, quando pude verificar sua adesão ao portal em 6 de setembro de 2013. Entretanto, observei a inexistência de componentes informados, de gestores de cultura e qualquer documento sobre a fase de integração. Ainda, buscando a configuração do que costuma ser chamado de CPF da cultura, Conselho Municipal de Cultura, Fundo Municipal de Cultura e Plano Municipal de Cultura, o município não conta com nenhum destes dispositivos. Mas pude aferir, ao vasculhar os diários oficiais do município, a criação, a partir da Lei nº 007, de 06 de março de 2001⁵³, do Fundo de

50 MESQUITA (RJ). Lei nº 1, de 13 de fevereiro de 2001. Dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura do Município de Mesquita, cria cargos e funções, fixa os respectivos valores de remuneração e dá outras providências. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/rj/m/mesquita/lei-ordinaria/2001/1/1/lei-ordinaria-n-1-2001-dispoe-sobre-a-estrutura-administrativa-da-prefeitura-do-municipio-de-mesquita-cria-cargos-e-funcoes-fixa-os-respectivos-valores-de-remuneracao-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 15 jan. 2025.

51 MESQUITA (RJ). Lei nº 343, de 14 de novembro de 2006. Dispõe sobre a criação das Secretarias Municipais de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer - SEMCTEL, secretaria de urbanismo - semurb. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/m/mesquita/lei-ordinaria/2006/35/343/lei-ordinaria-n-343-2006-dispoe-sobre-a-criacao-das-secretarias-municipais-de-cultura-turismo-esporte-e-lazer-semctel-secretaria-de-urbanismo-semurb>. Acesso em: 15 jan. 2025.

52 Não foi encontrada a lei de aprovação da nova estrutura organizacional das secretarias.

53 MESQUITA. Lei nº 007, de 06 de março de 2001. Cria o Fundo de Educação e Cultura do Município de Mesquita e dá outras providências. Mesquita, 2001. Disponível em: https://portal.mesquita.rj.leg.br/arquivos/1438/LEI%20MUNICIPAL_007_2001_0000001.pdf. Acesso em: 16 out. 2024.

Educação e Cultura do Município de Mesquita, publicada no Diário Oficial de Mesquita de 13 de março de 2001.

O fundo estaria atrelado a Secretaria de Educação, embora esta seja compartilhada com a cultura, não existe menção a sua composição conjunta como secretaria, situação muito semelhante ao período da existência do Ministério da Educação e Cultura, onde somente a Educação possuía um fundo que lhe era exclusivo. Complexificando a questão quando em alguns trechos do documento, o fundo é tratado como exclusivo da educação, sendo descritas como suas funções “manutenção, expansão e ao aperfeiçoamento dos programas de ensino e cultura, inclusive bolsas de estudo e alimentação escolar, competindo-lhe todas as medidas necessárias à construção de seus objetivos, observada a legislação específica”. Inexiste no documento legal qualquer aprofundamento sobre a atuação do fundo no que se refere a cultura em Mesquita.

Na III Conferência Municipal de Cultura, realizada em julho de 2013, foi debatida a criação do Conselho Municipal de Cultura e do Sistema de Indicadores Culturais, passos iniciais para a criação do Conselho e do Plano Municipal de Cultura, embora estes não se concretizaram.

Realizando uma comparação entre Mesquita e seus vizinhos da Baixada Fluminense, detectei que somente 5 desses municípios possuem o Conselho, Plano e Fundo Municipal de Cultura, são eles: Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Nova Iguaçu e Queimados. Em escala maior, em levantamento realizado em 2020, Clarissa Semensato e Alexandre Barbalho constataram em nível nacional a existência dos três instrumentos apenas em 375 municípios, equivalendo a 6,7% do total (Semensato; Barbalho, 2021, p. 95).

Quanto a realização de conferências, o município de Mesquita realizou um total de quatro conferências culturais⁵⁴, sendo a última em 21 de novembro de 2023, com objetivo de elaborar a construção do Plano Municipal de Cultura de Mesquita e da escolha dos delegados que representariam o município na conferência estadual de cultura.

A II Conferência de Cultura de Mesquita (2009), teve como principais objetivos conforme exposto no artigo 2º do Decreto nº 795/2009:

I – estabelecer as diretrizes do Sistema Municipal de Cultura (Plano, Conferência, Conselho e Fundo Municipal de Cultura), integrando-o ao Sistema Nacional de Cultura;

⁵⁴ Não foram encontradas informações sobre a primeira conferência.

- II - mapear a produção cultural do Município, discutir suas peculiaridades, contradições e necessidades, bem como estabelecer prioridades e metas para o futuro, com vistas ao Plano Municipal de Cultura;
- III - consolidar os conceitos de cultura junto aos diversos setores da sociedade local;
- IV - identificar e fortalecer a transversalidade da Cultura em relação às políticas públicas nos níveis de governos municipal, estadual e federal;
- V - validar a participação de delegados a Conferência Estadual como etapa da II Conferência Nacional de Cultura (MESQUITA, 2009, p. 1).

Tendo em vista e enorme lacuna de dados e informações sobre o campo da cultura, no município de Mesquita, podemos deduzir que os objetivos da II Conferência não foram alcançados.

No que tange as políticas de fomento a cultura, buscando nas publicações de editais pela Prefeitura de Mesquita no seu *website*, pude constatar a primeira ocorrência de uma política de edital em 2022. O Mesquita Music Festival foi divulgado pela SEMCELT e, segundo seu edital, o evento era definido como “um concurso cultural, do segmento musical, com vistas à premiação dos melhores cantores” distribuindo recursos do Tesouro Municipal. As premiações variavam de acordo com a colocação dos participantes, contemplando os seis primeiros colocados, a partir de um sistema de notas simples, variando de 01 a 05, sendo 01 ruim e 05 excelente, constavam como quesitos de avaliação: harmonia, afinação, interpretação e melodia. Estabeleceu-se as seguintes premiações em ordem crescente do primeiro ao último colocado: R\$ 8.484,00 e gravação de um single/videoclipe; R\$ 6.060,00 e gravação de um single; 3.636,00 e gravação de um single; R\$ 2.424,00 e gravação de um single; R\$ 1.212,00 e gravação de um single; gravação de um single.

O grande diferencial na política de fomento aparece somente a partir Lei Aldir Blanc I (Lei Federal nº 14.017/2020), sancionada em junho de 2020, que repassou às unidades federativas brasileiras, incluindo os municípios, 3 bilhões de reais.

Em resposta ao cenário apresentado pela pandemia da COVID-19 e do sucessivo desmonte da cultura durante o governo Bolsonaro, ocorreu uma mobilização do campo cultural em pressão ao poder legislativo, que resultaram em três projetos de lei (PL), que foram reunidos no PL 1075/2020, por iniciativa de Deputada Benedita da Silva (PTRJ), presidente da Comissão de Cultura. A relatoria do projeto coube a deputada Jandira Feghali (PCdoB), que unificou em um só texto outros cinco projetos, assim como buscou ajustá-los segundo demandas dos trabalhadores da cultura ouvidos através de audiências, *lives*, militantes e pensadores diversos. O projeto transformou-se na Lei nº 14.017/20, depois nomeado de Lei Aldir Blanc (LAB), em

homenagem póstuma ao compositor que faleceu de coronavírus. Sua regulamentação ocorreu através do Decreto nº 10.464/2020, que:

[...] exigiu dos entes a apresentação de Plano de Ação com a previsão de destinação dos recursos; a divisão de responsabilidades entre estados e municípios; a exigência de relatório de gestão final, a ser preenchido pelo gestor do ente federado, o qual deverá detalhar a aplicação do recurso em nível local, inclusive com prestação de contas do uso por cada beneficiário, sendo as informações apresentadas de responsabilidade do gestor, que responderá por elas nas esferas civil, administrativa e penal (Semensato; Barbalho, 2021, p. 91).

Os recursos foram transferidos de maneira descentralizada para o setor cultural brasileiro, um dos mais atingidos pela pandemia da COVID-19.

Embora tenha sido apenas uma medida emergencial, o que certamente não soluciona os problemas das políticas públicas para a cultura e as artes no Brasil, a experiência se desdobrou na Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (Lei Federal nº 14.399/2022, conhecida como Aldir Blanc II)¹ e na Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/2022)², tendo influenciado grande parte das ações do Ministério da Cultura em 2023 (Melo, 2024, p. 2).

Aprovadas em caráter emergencial, representaram uma primeira experiência com a política de editais em muitos municípios da Baixada Fluminense. No caso de Mesquita, como mencionado no edital do Mesquita Music Festival, impulsionou a existência de um primeiro caso de política de fomento local, mas foi efetivamente a Lei Aldir Blanc que imprimiu uma continuidade ao financiamento a cultura. O impacto das novas leis de incentivo, no contexto da Baixada Fluminense, é ainda mais representativo quando se observa que, antes de 2020, apenas o município de Nova Iguaçu havia tido experiência de financiamento direto à cultura e isso no ano de 2008.

Analisando o Painel Geral de Dados da Política Nacional Paulo Gustavo, Mesquita recebeu um total de R\$ 1.457.537,22, utilizando 100% dos recursos. Sendo R\$ 1.037.329,24 de recursos direcionados ao audiovisual e R\$ 420.207,98 relacionados a outras áreas.

Segundo o Painel de Dados da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), Mesquita recebeu R\$ 1.171.653,00, tendo utilizado 36,48% dos recursos, ou seja, aplicou um total de R\$ 460.474,00 e possui como saldo em conta R\$ 801.700,93. O último edital publicado pelo município data de novembro de 2024.

O Edital de Chamamento Público de nº 01/2024, com o valor de R\$ 406.872,00, tem o montante distribuído entre 5 diferentes festivais: Festival Mesquita de Cultura Urbana (R\$

84.900,00)⁵⁵, Festival de Comédia / Stand Up (R\$ 28.354,00)⁵⁶, Festival da Canção – kids e adulto (R\$ 114.380,00), Festival de Artes Visuais e Literatura⁵⁷, Festival do Encontro (artes cênicas e danças) (R\$ 135.723,00). Segundo a publicação do Diário Oficial de Mesquita de 6 de novembro do mesmo ano⁵⁸, entre os inscritos foram selecionados somente 5 pessoas para receberem o benefício, dentre 60 vagas estipuladas no edital.

A LAB ainda incentivou em muitos municípios brasileiros a criação dos componentes do SNC, conforme dados apontando para “crescimentos da adesão, da criação de instituições em âmbito local e da interação dos gestores com a Plataforma SNC” (Semensato; Barbalho, 2021, p. 105). O próprio município de Mesquita fez uma ação inicial de manifestação nesse sentido, entretanto, não houve mobilização e empenho por parte da Subsecretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo para a efetivação do processo.

Durante o percurso da pesquisa pude averiguar um cenário de desenvolvimento ainda incipiente no município de Mesquita tanto na sistematização de dados sobre a cultura, quanto na execução de políticas culturais pelo executivo local. Como interesse de minha pesquisa, tinha o objetivo de conhecer os desafios e demandas enfrentados pela gestão da cultura local, em relação ao potencial histórico-cultural-patrimonial da cidade de Mesquita, procurando também perceber se há participação democrática nos processos de tomada de decisão das políticas culturais locais e o nível de participação dos diferentes agentes. Para tanto, defini a realização de uma entrevista com o responsável pela Subsecretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, buscando levantar e averiguar também informações, por meio desse recurso, sobre o nível de implementação do Sistema Nacional de Cultura no município.

Elaborei um roteiro prévio para a realização da entrevista com o subsecretário com a intenção de buscar informações sobre as políticas culturais desenvolvidas pelo executivo em Mesquita e identificar a existência de algum tipo de mapeamento de instituições e atores culturais locais, tendo em vista a dificuldade encontrada, nas pesquisas prévias, em localizar tais informações. Compreender quais eram os entraves para a implementação do SNC, se havia vontade pelo poder executivo e campo cultural local, como vinha sendo articuladas as esferas participativas de tomada de decisão e mesmo se elas existiam. Conhecer, ainda que sob a ótica

⁵⁵ Dividido em: Grafite (R\$ 29.500,000), Break Dance (R\$ 30.800,00), Rap (R\$ 8.200,00), DJ (R\$ 8.400,00) e Livros (R\$ 8.000,00).

⁵⁶ Dividido entre 10 artistas comediantes.

⁵⁷ Sendo R\$ 22.500,00 divididos igualmente entre 15 artistas e R\$ 20.915,00 para realização da Feira Literária.

⁵⁸ (MESQUITA, Diário Oficial. 06/11/2024)

do recorte da pesquisa e de um entrevistado, o setor cultural local e suas demandas e conhecer os potenciais, mesmo que não aproveitados da cultura em Mesquita. Todas essas foram intenções que me levaram a realização desse caminho de investigação, além de entender que esta entrevista poderia ser uma oportunidade de averiguar e confirmar algumas informações encontradas nos levantamentos feitos até aquele momento. Assim como perceber o que o sujeito tinha para oferecer a partir de suas experiências à frente do executivo local e levantar informações sobre sua atuação na pasta da Cultura.

Com certeza, a proposta do levantamento por meio de entrevista a um gestor público implicou em alguns riscos quanto ao uso de algumas informações como dados concretos, tendo em vista as preocupações com autoimagem, autopromoção e a possível necessidade demonstrar êxito na condução de sua pasta que poderiam influenciar o entrevistado na construção de suas narrativas. Cuidados que procurei ter ao tratar esses dados e informações, procurando cotejá-los com aqueles produzidos a partir das outras fontes adotadas na pesquisa.

5.1 Narrativas sobre a política cultural local

Entrevistar os agentes públicos, no âmbito da cultura, pode possibilitar conhecer e avaliar em que sentido estes têm atuado para a promoção das esferas participativas e gerido o setor cultural local. Fundamentei a metodologia para o uso dessa fonte nos estudos sobre a História Oral, buscando através de uma revisão bibliográfica do campo conhecer mais sobre a sua prática, fundamentos éticos para a realização de entrevistas e instrumentos que pudessem auxiliar na pesquisa. Assim, realizei uma pesquisa prévia sobre a biografia do responsável pela subsecretaria, Luiz Kleber Rodrigo Farias, à frente da pasta há mais de oito anos. Kaufmann (2013), em sua proposta de entrevista compreensiva, afirma que as práticas de entrevista compreensiva não se configuram apenas como técnica, mas também como método de trabalho com definições claras. Trata-se de uma perspectiva teórica e metodológica que propõe instrumentos flexíveis, variáveis e evolutivos, com a finalidade de tornar inteligível o social (KAUFMANN, 2013). Tais considerações me serviram de guia no processo de construção dos roteiros de entrevista com os sujeitos com quem diálogo na pesquisa, associadas as fundamentações teórico-metodológicas orientadoras da investigação científica.

O texto transcrito e apresentado em anexo, trata-se de um documento escrito que, como tal, materializa a palavra e a resguarda do desaparecimento, marcando a presença singular do sujeito de minha pesquisa, o que para mim provoca um sentido de dignificação do ser, sem que para isso precise criar uma falsa aura de heroísmo a seu respeito, desvio que procuro evitar

no trabalho. Como afirma Koselleck: “Uma fonte não pode nos dizer nada daquilo que cabe a nós dizer. No entanto, ela nos impede de fazer as afirmações que não poderíamos fazer. As fontes tem poder de veto” (2006, p. 188).

Pela impossibilidade de se fazer transcrição literal do discurso oral, Portelli (1997) considera desnecessário dar excessiva atenção aos novos e mais fechados métodos de transcrição, pois estes sempre serão limitados e não darão conta cabalmente do desafio. Observando as colocações do autor em tela, isso me levou a adotar na pesquisa aquilo que Meihy e Holanda (2007, p. 133) conceituaram como transcrição, ou seja, uma “ação transformada, ação recriada de uma coisa em outra, de algo que, sendo de um estado da natureza, se torna outro”, no caso, o texto oral em texto escrito.

O uso da palavra transcrição tem a intenção de aproximar o sentido e a intenção original que o colaborador quis comunicar em seu relato oral. Assim, o texto transcrito, ou melhor, transcrito “vira ato de entendimento do sentido pretendido pelo emissor”. Essas recriações demandam uso de determinadas regras, pois é impossível se passar “do etéreo, do verbo” à “materialização da escrita com fidelidade absoluta como se uma coisa fosse outra”. Até porque alguns sons, entonação, cacoetes, modulações, não são possíveis de serem registrados no texto escrito sem alterações (Meihy; Holanda, 2007, p. 135). Estas foram orientações que procurei resguardar ao fazer a textualidade das falas do colaborador da pesquisa.

Embora adote o conceito de transcrição, faço algumas ponderações. Apropriei-me do termo por entender que não há como fazer uma transposição fiel do texto oral para o escrito. Porém, compreendo que a construção da narrativa oral do sujeito da pesquisa também é importante para perceber seu nível de conhecimento e articulação de ideias, e mesmo no emprego de regras comuns ao texto escrito no discurso falado, uma vez que essa prática é comum de se encontrar nas experiências de entrevistas, quando se interage com sujeitos de camada social mais elevada, “os quais aprendem a imitar no discurso a monotonia da escrita” (Portelli, 1997, p. 29), característica comum de quem apresenta certa formação educacional. Assim, procurei fazer a transcrição respeitando a construção sintática das frases, as concordâncias verbais e o vocabulário empregado pelo colaborador.

Prevendo que uma entrevista com um ente público poderia não ser tão fácil sua formalização e que em se concretizando a oportunidade esta provavelmente seria única, procurei ir a campo munido de um guia provocador de questões diretamente relacionadas ao meu objeto de pesquisa e com informações sobre o sujeito participante e de sua gestão no

município a fim de ter instrumento para retroalimentar o diálogo e permitir aprofundamentos às questões mais relevantes e, intencionalmente, suscitadoras de novos dados.

A entrevista foi gravada na sede da SEMCELT, em data e hora previamente marcadas para uma conversa, mesmo sem ter sido confirmada a possibilidade de realização da entrevista e o uso de tais recursos para registro, mas não queria arriscar perder a oportunidade. Tomei a precaução de ir ao encontro com equipamento para filmagem e acompanhado de uma pessoa voluntária a me apoiar na gravação, procurando estar preparado caso o secretário já autorizasse a entrevista. Depois de aguardar cerca de 2 horas na sala de recepção, fui chamado pelo secretário, que iniciou o contato me indagando sobre a minha pesquisa e, após uma breve resposta, percebi a entrevista se iniciando, conduzida pelo próprio entrevistado, a princípio. Antes mesmo de poder indagar sobre a possibilidade de realizar a entrevista no dia e gravá-la, o mesmo gentilmente me perguntou e autorizou a fazê-lo, e de pronto começara a conversa, abordando os assuntos que havia informado serem de interesse em meu trabalho investigativo.

A multivocalidade⁵⁹ e mesmo coautoria na entrevista com o secretário de cultura, em que os “papéis” em alguns momentos se invertem, foi muito evidenciada. Como entrevistador, eu tinha objetivos específicos com a entrevista, porém o entrevistado também tinha seus próprios objetivos. Essas diferenças nas propostas foram se evidenciando desde o início do diálogo. Contudo, as diferenças entre os interesses do entrevistador e do entrevistado não se constituíram em fator perturbador à pesquisa em curso, embora exigisse um trabalho hermenêutico cuidadoso por parte do pesquisador-entrevistador na construção dos dados e seu uso na pesquisa.

Para Portelli (1997, p. 39) o pesquisador e os autores dos relatos estão dificilmente do mesmo lado, e isso não é problema: “A confrontação de suas diferentes parcialidades – confrontação como ‘conflito’ e confrontação como ‘busca pela unidade’ – é uma das coisas que faz a história oral interessante”. Para o autor — e compartilho com ele essa visão —, assumir a parcialidade e fazer emergir esse conflito/contradição na trama enriquece o resultado final da pesquisa. Afinal, “os documentos de história oral são sempre o resultado de um relacionamento,

⁵⁹ Portelli (2010) define a entrevista de história oral como uma “bipolaridade dialógica”, em que há pelo menos dois sujeitos face a face, mediados pelo gravador ou folha de papel, que se olham e que, durante todo o tempo, um observa o outro, o narrador olha para o pesquisador, a fim de entender quem é e o que quer, e de modelar seu discurso a partir dessas percepções. “A história oral é um gênero multivocal, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo”.

de um projeto compartilhado no qual ambos, o entrevistador e o entrevistado, são envolvidos, mesmo se não harmoniosamente” (Portelli, 1997, p. 35).

Penso que contradições entre os discursos produzidos pelo sujeito entrevistado podem ocorrer, exigindo do pesquisador não uma classificação de certo e errado ou verdade e mentira, mas uma apuração meticulosa e mergulho em outras fontes sempre que necessário para a apropriação de dados, como factuais, no texto do trabalho científico.

O entrevistado se mostrou bastante aberto para as perguntas realizadas, que foram poucas, uma vez que o mesmo conduziu sua narrativa pelos assuntos que tracei em meu roteiro, mostrando-se eloquente e muito comunicativo. A forma como demonstrou à participação, permitiu que a entrevista transcorresse em um clima de “bate-papo”.

Como o entrevistado era um gestor público, com interesses políticos de reeleição do governo do qual faz parte, percebi haver certa preocupação em propagandear os feitos da gestão atual e citar reiteradamente o nome do prefeito do município de Mesquita, Jorge Miranda. Senti que fez da entrevista uma certa arrumação narrativa sobre seu tempo na gestão da SEMCELT, de quase 8 anos, dando sentido a sua trajetória no cargo e um cunho positivo nas realizações de sua pasta no executivo municipal.

Como uma construção de memória dessa sua gestão, o entrevistado teceu um discurso positivo e linear. Iniciou a partir de uma narrativa que constrói uma visão de “terra arrasada” da gestão anterior — expressão utilizada pelo próprio sujeito —, que o possibilitou destacar realizações como feitos e avanços de sua gestão, mencionando também os projetos e ações do prefeito Jorge Miranda.

Demonstrou a segurança de que ficará mais tempo na gestão da pasta, mesmo com o cenário das eleições municipais em outubro do ano em que a entrevista foi realizada (2024), na nova candidatura, apoiada como sucessora da gestão do atual prefeito⁶⁰. Devido a impossibilidade do prefeito Jorge Miranda se reeleger, uma vez que exerce seu segundo mandato consecutivo no município de Mesquita.

⁶⁰ A confiança em sua permanência a frente da SEMCELT se traduziu na realidade, assim como na reeleição da chapa apoiada pelo então prefeito Jorge Miranda. Nas eleições de 2024, Marotto Miranda foi eleito com 75,49% dos votos válidos contra 18,78% de seu adversário, Rogelson Sanches Fontoura ou Gelsinho Guerreiro, que foi prefeito do município entre 2013 e 2016, e adversário político derrotado por seu tio nas eleições de 2016.

Como pesquisador-entrevistador, procurei mostrar-me isento politicamente, não demonstrando preferências políticas ou ideológicas durante a entrevista. Evitei emitir juízo de valor às narrativas do sujeito participante, mesmo quando não concordava com algo que falava e os conceitos que defendia. Procurei sinalizar uma escuta atenta e evitava interferir com qualquer fala que pudesse dirimi-lo de falar livremente.

A entrevista teve um bom ritmo durante toda a sua duração. Procurei explorar todas as questões que elaborei como guia do processo dialógico. Muitas das questões foram abordadas sem precisar que eu as elaborasse diretamente ao participante. Outras questões surgiram no próprio processo da entrevista. Algumas colocações do entrevistado-gestor se constituíram como variáveis importantes de aprofundamento de minhas questões de pesquisa, apontando caminhos novos de investigação. Considero que o instrumento e a metodologia que adotei para a entrevista foram bem-sucedidos, uma vez que estipulei o roteiro e planejamento do encontro dialógico somente como instrumentos de apoio, buscando permitir que este fluísse o mais livre possível e diminuir ao máximo minha interferência.

O local da entrevista foi a sede da SEMCEL, mais especificamente o gabinete do secretário. O ambiente em que foi realizada a entrevista favoreceu, de certa forma, a postura do entrevistado como gestor. Embora se mostrasse uma pessoa aberta ao diálogo, solícita e loquaz, o que permitiu uma relação, até certo ponto, amistosa. Contudo, era perceptível que sua construção narrativa não se afastou da posição que ocupava - sujeito político e gestor. Percebi que o entrevistado sentiu a entrevista, anunciada como de objetivo de construção de trabalho acadêmico, como uma oportunidade de se colocar enquanto gestor, sociólogo e doutor. Procurando se apresentar como sujeito profissional e academicamente falando.

Embora tenha ao final se mostrado um pouco aflito com o tempo, visto que o horário de encerramento do expediente na SEMCEL já se aproximava e ainda existiam outras pessoas na fila para serem recebidas pelo secretário, continuou demonstrando-se disposto e entusiasmado com a entrevista, inclusive se oferecendo para novas oportunidades. A entrevista possui uma interrupção em seu minuto 17, pela entrada no gabinete de um artista local acompanhado por sua filha. O entrevistado os apresentou e sugeriu que este fosse um de meus possíveis entrevistados futuros. Esta interrupção foi sinalizada na transcrição.

Depois da discussão a respeito das considerações teórico-metodológicas referentes ao trabalho de entrevista realizado, passo a apresentar e analisar o conteúdo da entrevista com o

subsecretario da Subsecretaria Municipal de Cultura, Lazer e Turismo, o senhor Luiz Kleber Rodrigo Farias.

Quando questionado sobre a implementação do Sistema Nacional de Cultura no município, o subsecretário afirmou que Mesquita tem sua adesão completa ao sistema e que somente não tem atualizado as informações no portal. Manifestou o desejo e objetivo de atualizá-las, mas quando questionado sobre a implementação dos componentes estipulados para a adesão, o “CPF da cultura” (Conselho de Política Cultural, Plano de Cultura e Fundo de Cultura), afirmou a inexistência do registro e certo desinteresse na realização de Conselhos de Cultura locais. Segundo o entrevistado, o Conselho de Cultura funcionaria apenas como medida eleitoreira, espaço ocupado pelos “mesmos que estão aí desde sempre”, que estariam desvirtuando o debate em prol de interesses próprios do grupo. Mesmo não definindo qual seria exatamente este “grupo” afirma:

LF: É que, infelizmente, alguns líderes culturais da cidade desenvolvem as suas iniciativas, as suas políticas, pensando em favorecer o seu grupo somente e não a cultura da cidade. São os mesmos que estão aí desde sempre. Que já foram governo, que não conseguiram ter êxito na manutenção de poder, se transformaram em sociedade civil, não registrada, para poder continuar fazendo barulho. Então, essa galera, que te falo, são quatro pessoas. São os mesmos “de dois mil e vovó era moça”. Que fazem um barulho enorme, porque falam bem, porque são eloquentes. Mas não estão nem aí para a cultura.

Afirma ainda que enquanto “não tiver uma massa crítica que pense a cultura por ela própria, e não defendendo o seu umbigo, eu não vou colocar o conselho para andar”. Sendo assim, condiciona a existência do conselho ao seu julgamento, demonstrando uma visão autoritária e condescendente da população, que enquanto pessoas caracterizadas como sem criticidade dependeria de uma figura quase paternal, papel que enxerga como sendo do secretário, para decidir e desenvolver as políticas culturais locais.

O gestor relata ao final da entrevista, retomando assuntos que julgou não ter sido concluídos anteriormente em sua fala, a possibilidade de instituição de um conselho municipal de cultura, condicionada ao fim do ano eleitoral e ao mapeamento pela Subsecretaria de “atores interessantes”.

O subsecretário menciona, durante a entrevista, a realização de uma conferência municipal no ano de 2023, ano de retomada das conferências após dez anos sem sua realização a nível nacional, em preparativos para a 4ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em março do mesmo ano. Para o entrevistado, a adesão foi considerada baixa, contando apenas com 97 pessoas, dificultando a formação de alguns eixos por insuficiência de quórum. Destacou

ainda a representação do município na 4ª Conferência Estadual de Cultura, por meio do envio de cinco delegados.

Em seu discurso o entrevistado demonstra, em diversas ocasiões, uma visão depreciativa da população local e do setor cultural, assim como uma perspectiva negativa sobre políticas públicas de assistência social e políticas afirmativas. Como é possível perceber, por exemplo, no trecho a seguir:

LF: Eu descobro uma potência que não se sabia. Um talento que está escondido. Eu tenho vários exemplos, que posso te dar, de pessoas que hoje... *Olha aqui: estou todo arrepiado!* O último agora que eu posso te dar: *Carla! Tem 11 anos, é bolsista do Santa Mônica e é campeã de xadrez. Entre a casa dela e o circo é a boca de fumo.* A Carla pode ir para a prostituição, virar usuária de drogas. Pode ser bolsista lá... Do Bolsa Família... Pode! Mas, ela também pode ser uma grã mestre no xadrez. Ela tem essa oportunidade. Ela está tendo uma condição ali no circo... Um projeto que me espantou, porque eu achei que o xadrez não fosse funcionar lá. Confesso a você. *Botei para... Vamos botar para ver!* Cara, a gente tem um monte de gente de referência! Disputando campeonato, viajando... Com o xadrez! Que exige foco, disciplina, concentração, leitura... Está funcionando! [riso] Lá dentro da Chatuba! E está lá. Estamos com 5 anos lá.

Percebemos que embora o entrevistado demonstrasse o desenvolvimento de um projeto que demonstrava trazer resultados positivos e revelasse sua sensibilização pela história de uma das pessoas beneficiadas pela política, traz em sua fala uma visão reducionista e estereotipada sobre a população mesquitense e do programa Bolsa Família. Admite que não esperava os resultados que obteve, devido as características por ele descritas como necessárias ao esporte xadrez, que julgava serem inexistentes na população da favela da Chatuba, localizada no município.

Menciona durante a entrevista os projetos desenvolvidos pela prefeitura e pela SEMCELT, destacando-se o intitulado “Mesquita do Amanhã”, que segundo o subsecretário contempla a construção e reforma de espaços “estruturantes” nas diferentes subsecretarias do município. Dentro do escopo da subsecretaria de sua responsabilidade, menciona uma série de obras realizadas e outras em andamento, sempre valorizando os feitos de sua gestão e do prefeito. Chama a atenção para o fato de, em sua maioria, serem essas “estruturas” – como as chama – dedicadas ao esporte, porém com certo princípio de intercambialidade, sobretudo, entre as áreas de esporte, lazer e cultura.

Interrogado sobre como enxergava a gestão da subsecretaria, considerando as 4 pastas que a compõem, demonstrou em seu discurso uma visão não muito clara, em muitos momentos

não conseguindo diferenciá-las. Apontou sempre para as dificuldades enfrentadas na gestão pelo baixo número de equipamentos culturais e esportivos, e relatava suas carências.

LF: Como a gente não tem os equipamentos de alta performance tanto no teatro, quanto na escola de Circo, quanto nos equipamentos esportivos. A gente deu um passo atrás. Ao invés de trazer ativação de conteúdo com companhias renomadas, eu fomento a formação de artistas e de atletas. É uma leitura que a gente fez! Eu estou vivendo como é a minha realidade hoje. Se eu não tenho um teatro: palco italiano bacana, com coxia, para receber grandes espetáculos... Não adianta eu chamar uma companhia bacana. Às vezes, a gente até chama, né! Apresenta no Paço, mas é ruim, não é? Se eu não tenho espaço adequado, eu recuo um pouco e vou formar um artista. Então, vou dar aula de pintura, vou dar aula de dança... Eu vou dar aula de música, vou dar aula de malabares! Então, eu tenho o mesmo público nos vários segmentos. O meu público é o mesmo da educação, que é o mesmo da assistência, que é o mesmo da saúde. Então intercambiava nesse formato.

Transparece em seu discurso, em muitos momentos, uma visão meritocrática, falando sobre acomodação e demonstrando uma visão de que políticas públicas de financiamento geram dependência. Além de uma perspectiva mercantilista sobre a cultura, que deve se adaptar às lógicas do mercado e de sua competitividade predatória.

LF: Hoje o mercado cultural, ele movimenta bilhões. Só que... A discussão...Muito na Lei Rouanet... Acho que o Bolsonaro fez um “monte de cagada”... Mas, ele promove uma discussão. Que acho até que ele não promoveu da maneira certa. Por que a Rouanet ficava concentrada em pequenos grupos? Porque era a galera que sabia apresentar o projeto, porque sabia prestar conta. Porque fazia relacionamento. Então, conseguia aprovar. É um negócio óbvio. Não adianta eu aqui ficar “jogando bolinha” [malabares] no sinal e achar que você vai aprovar o meu projeto. Você é obrigado a aprovar o meu projeto porque eu estou passando fome. Pô, não é assim, pô! Aprende a se inscrever, aprende a ficar ligado. Formata um projeto, apresenta uma proposta. Aí você consegue avançar. Entende?!

Quando questionado sobre a existência de algum mapeamento das instituições e atividades culturais do município, apontou a existência de um projeto de um sistema próprio de Mesquita, um “cadastro ativo”. No entanto, não mencionou em que etapa se encontra o projeto. Apenas respondeu que as comunicações têm sido feitas através do Instagram, de uma conta própria da SEMCELT e através de sua conta própria da rede social.

Na rede social própria a subsecretaria, divulgou-se a chamada para os editais da Lei Paulo Gustavo e para Lei Aldir Blanc, para a Conferência Municipal de Cultura e a participação do Subsecretário na Conferência Estadual de Cultura, além dos projetos e eventos para cultura local.

LF: Hoje a gente tem essa ideia. E tem o nosso Instagram. A prefeitura centraliza a comunicação institucional. A gente não tem um *website* próprio. Não tem uma rede social própria, a não ser o Instagram, que a gente montou

muito à revelia, confesso a você. A gente montou porque o ritmo..., a comunicação divulga a prefeitura toda. E a gente acabava que não conseguia andar e... a gente montou. Se chama contato, não, semcelt.mesquita, nosso Instagram. SEMCELT é abreviatura de secretaria municipal de cultura, esporte, lazer e turismo. Lá a gente bota todas essas nossas questões, todas essas ... A gente vai criar... Eu pedi à equipe daqui para criar os destaques, mostrando o que a gente tem. A gente tem muita coisa espalhada pela cidade. Eu não tenho equipamento próprio, mas eu tenho as várias oficinas que acontecem, inclusive em escolas.

Ao final da entrevista realizei uma pergunta elaborada a partir de uma questão que surgiu durante a minha pesquisa: Qual a definição, se não conceitual, mas ao menos geográfica de Baixada Fluminense? Uma vez que observei uma considerável inconsistência até mesmo no enquadramento dos municípios que integram a região.

LB: [...] Uma coisa que eu também estava percebendo em minha pesquisa, uma dificuldade muito grande também na conceituação de Baixada Fluminense, até dizer quais municípios fazem parte dela [...] Você consegue ver o município de Mesquita como integrante da Baixada Fluminense?

LF: Sim.

LB: Como integrante de outra região?

LF: Não. Não, a gente é Baixada Fluminense. E a gente tem todas as características típicas de um município da Baixada Fluminense: pobreza, baixo capital intelectual, cidade dormitório, cidade que depende muito das verbas governamentais... É uma cidade que não tem uma vocação para chamar de sua. Você tem todas as características que são tangíveis para a questão da Baixada Fluminense. Muita área verde, também é bacana! Mesquita tem 50% de sua área territorial que é formada por Mata Atlântica. A gente é muito verde. Isso é muito comum também na Baixada Fluminense.

Percebe-se na fala do entrevistado uma concepção sobre quais seriam as características de um município definidoras da Baixada Fluminense. As características apontadas chamam a atenção por serem em sua maioria negativas, a exceção de “muita área verde”. Para o subsecretário, Mesquita se enquadra dentro desta unidade por fatores socioeconômicos e culturais, como pobreza e dependência econômica de outras esferas da federação, e pelo que chama de “baixo capital intelectual” e falta de “uma vocação para chamar de sua”. A seguir, realizei outra pergunta mais ampla relacionada ao tema da minha dissertação:

LB: [...] A minha dissertação tem esse título, que eu já apresentei: A política de cultura de Mesquita na perspectiva da democracia participativa: potenciais, demandas e desafios. [...] Mas eu queria aproveitar para fazer essa pergunta para o senhor também. Acho que é pertinente, enquanto gestor público local, responsável pela pasta da cultura. Quais são os potenciais, demandas e desafios?

LF: A gente tem talentosos artistas das mais variadas áreas, de diferentes segmentos, desde literatura até músicos. Gente que trabalha com artistas renomados, que compõem maravilhosamente bem. Então você tem potenciais gigantescos. Um problema, e já entrando na área dos desafios, você tem gestores, aí eu digo prefeitos... Gente que decide onde alocar recursos, que

tenham sensibilidade de entender que a cultura é uma mola mestra. É um tema transversal. É investimento e não despesa. Se a gente consegue criar um movimento de sensibilização do prefeito e investir em um teatro de qualidade, em um museu de qualidade, não é? Em uma escola de qualidade... Que vá pensar... Que vai ajudar o cidadão da Baixada Fluminense a se pensar enquanto protagonista. Aí, meu amigo, ninguém segura! São 4 milhões de pessoas! E em uma identidade forjada pelo negativo: pela violência, pelo crime, pelas é... Negatividades, pelas ausências... Se você consegue reverter isso em uma potência, e dizer: não eu... Minha grama é verde. A do vizinho é verde também, mas a minha também é. Eu também tenho potencial. Eu também tenho aqui historiadores, bibliotecários, museólogos, cantores, administradores... A gente tem gente de qualidade aqui, pô! Eu não preciso sair daqui para poder consumir fora. Só que para isso... Isso leva tempo, não é? A gente não consegue resolver isso em uma gestão. Aí o tempo é ingrato, porque você resolve, quando chega um grupo novo no poder... Aí você vai conhecer a máquina! Aí quando você acabou de conhecer a máquina, começa uma eleição estadual. Que aí o local, o municipal, ajuda no estadual. Aí quando resolve... Ah, resolveu! Venceu ou perdeu. Aí começa a preparar para a tua eleição municipal. Aí é um ciclo que não termina nunca, uma loucura! Aí passa pelo pacto federativo, porque o recurso é concentrado na União que faz política para desenvolver o que é de direito no nível municipal. As pessoas moram no município. Então, isso é uma discussão infinita [...]

Nesta outra fala destacada, diferente das anteriores, o subsecretário aponta a existência de um setor cultural ativo, com atores inclusos no meio artístico, e de profissionais capacitados. Narra uma cidade com potenciais mal aproveitados, causados pela construção de uma identidade ligada a negatividades e ausências. Expõe como desafios para gestão a continuidade das políticas, prejudicadas pelo sistema político brasileiro, que impossibilita a realização de políticas públicas, demandando tempo para consolidação. Ainda aponta a dificuldade de gestão de recursos, criticando o sistema de distribuição pela União, que para o entrevistado deveriam ser pensados pelos municípios, uma vez que as “pessoas moram no município”, então o destino dos recursos deveria ser pensado pela esfera local.

Embora a entrevista represente a narrativa de um único ponto de vista sobre a gestão das políticas culturais em Mesquita, uma análise do discurso do subsecretário comporta uma série de sentidos interessantes a percepção da sua condução a frente da SEMCELT. Aparecendo em diversas falas uma visão paternalista sobre a população e patrimonialista, tal qual apresentado por Raimundo Faoro, em *Os Donos do Poder* (2012). O autor define o estado patrimonialista como uma forma de organização política e social em que o Estado é tratado como uma extensão da propriedade privada da elite dominante. Quando o subsecretário centra em si a tarefa de definir o rumo da política local, evitando o debate de um Conselho Cultural em detrimento de seu julgamento pessoal, define um funcionamento extremamente pessoal e coloca os interesses públicos sujeito ao privado. Demonstrando uma prática que para Faoro persiste desde o estado

colonial e que na municipalidade se coloca como entrave para políticas culturais de democracia participativa

A partir da entrevista com o subsecretário de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, foi possível aferir algumas informações sobre o programa de governo da subsecretaria, sobre o setor cultural local, sobretudo sobre as iniciativas desenvolvidas. Como o município não possui um sistema próprio de mapeamento e acesso público às instituições e atividades culturais desenvolvidas, ter a possibilidade de conversar com o subsecretário Luiz Kleber Rodrigo Farias, à frente da pasta há mais de oito anos, possibilitou a localização de algumas dessas “estruturas”, como o mesmo as denominou.

6. CONSIDERAÇÕES EM BUSCA DE UMA CONCLUSÃO

Ao conceber o projeto de pesquisa que viria a se tornar a presente dissertação, elucubrei um percurso que considerava passível de me fazer encontrar com meu objetivo de analisar as políticas culturais de Mesquita. Desde o princípio, deparei-me com dificuldades de encontrar dados sobre o município, que iam desde informações básicas até as que propriamente correspondiam as questões fundamentais à pesquisa.

Ao contrário do planejado, fui conduzido pela pesquisa e não propriamente seu condutor. Cada dado e achado me faziam tatear a superfície de algo que, ao final, pude compreender impossível de ser aprofundado durante o período de dois anos. Havia, a princípio, concebido a realização de entrevistas com atores e gestores culturais locais, entretanto, parecia que ir à campo sem primeiramente compreender algumas das questões que busquei analisar no decorrer da dissertação seria como observar um objeto no escuro.

Todo discurso e uso de metáforas dos últimos dois parágrafos buscam dizer o iminente, o assunto desta dissertação extrapola seus limites próprios. Embora tenha sido difícil passar por este processo de aceitação, seus limites estão claros, mas não foram somente estabelecidos pelo tempo. Aquilo que não encontrei, as informações que busquei obstinadamente, os dados que esperava localizar e não obtive êxito, tudo isso se constituiu em achados da pesquisa, assim como aqueles que custosamente encontrei. Trazer para o texto o fracasso em encontrar informações que pensava serem tangíveis, oferece ao leitor a compreensão sobre o estado das políticas culturais em Mesquita e no Brasil, e assim como as informações e dados que consegui apurar, constituem-se contribuições do esforço investigativo desenvolvido pelo autor.

Embora o objetivo da dissertação fosse falar de Mesquita não a partir das ausências, e tenha me dedicado a isto, não é possível que as considerações finais não passem por elas. Falar daquilo que não achei e da dificuldade de encontrar os dados que obtidos, tornaram-se, nesse caso, informações primordiais da própria pesquisa.

O percurso da pesquisa se iniciou a partir de uma análise da construção do espaço geográfico de Mesquita, buscando apreender as características que socialmente construíram sua unidade territorial. Procurou-se analisar a existência de alguma “vocação para chamar de sua” como dito pelo subsecretário na entrevista realizada *in loco*. No percurso, examinou-se como a constituição da unidade territorial de Mesquita está relacionada a formação de seus municípios limítrofes e a sua relação com estes, sobretudo enquanto cidade emancipada do antigo município de Iguazu, do qual foram formando-se as unidades administrativas que o avizinham.

Desta forma, a investigação considera a importância da construção social do espaço para compreender a esfera política local e o seu atrelamento à região denominada Baixada Fluminense, revisitando processos históricos tanto na esfera micro quanto macro que influenciaram na construção do espaço geográfico lócus do estudo.

Diante da polissemia e ambiguidades envolvendo o termo Baixada Fluminense, utilizei a definição de Simões (2011), que classifica a região em 13 municípios: Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Magé e Guapimirim. Definição que embora não seja consensual, diante de uma falta de delimitação por órgãos públicos, encontra-se amparada por uma publicação de 2004 do antigo órgão estadual de estatística, Centro de Informação e Dados do Rio de Janeiro (CIDE).

Esse encaminhamento de estudo permitiu perceber como o espaço foi constituindo-se, pelos acontecimentos históricos, enquanto local de passagem, fruto de políticas de segregação da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Um processo de formação marcado pela ocupação de grupos sociais de camadas pobres da sociedade e migrantes de outros estados e de regiões do Rio de Janeiro. Uma ausência de políticas públicas que possibilitassem desenvolver a região econômica e socialmente de maneira independente da capital carioca desde o período colonial, e ainda a se fazer de forma mais efetiva na atualidade. Esses processos influenciaram a construção de um ideário sobre a cidade de Mesquita que aparece nos símbolos da cidade, como em seu brasão. Em seu processo de emancipação, pode-se perceber nas disputas que culminaram em sua independência administrativa de Nova Iguaçu, um movimento muito mais representativo do surgimento de uma nova elite local com capacidade de articulação de seus interesses políticos do que da mobilização popular ativa e consciente.

Para analisar Mesquita sob a ótica das políticas culturais, atentei para os processos históricos que permeiam a construção das políticas culturais no Brasil e as suas tristes tradições de descontinuidade e autoritarismo.

O estudo buscou demonstrar as particularidades envolvidas nos processos de construção de políticas culturais a nível nacional, como o Sistema Nacional de Cultura. Partiu do entendimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC) como política pública que se propõe a incorporar a sociedade civil através de um conceito de gestão compartilhada, tomando-o como importante instrumento de análise para responder em que medida tem ocorrido a articulação na gestão entre o Governo e a sociedade. Assim como, considerando sua capacidade de

impulsionar políticas culturais sistêmicas nos municípios, contextualizando a metodologia de trabalho do Ministério da Cultura, durante os governos petistas, em que a política foi desenvolvida. Uma política que tem *a priori* o objetivo de envolver os entes da federação, estimulando sua cooperação como estratégia de implementação de políticas a nível nacional. Entretanto, não seriam somente estados e municípios que precisavam ser envolvidos, e talvez até cativados, existiam outros espaços de disputa dentro do próprio ministério, como procurei mostrar nos capítulos 2 e 3.

Os paradigmas, que escolhi e analisei para o Sistema Nacional de Cultura, buscaram representar a construção de uma política cultural que se aproximava em diversos espectros da democracia participativa. Analisando ainda os problemas enfrentados pela execução prática da democracia participativa desse período, apoiando-me no paradigma desenvolvido por Néstor Garcia Canclini em *Políticas Culturales en América Latina* (1987). Tratando-se o presente trabalho, sobretudo, de um texto de políticas públicas de cultura, em que o ator sobre o qual o estudo se debruçou foi o executivo municipal em sua relação com uma política nacional, embora não esteja dissociado de entidades privadas, grupos comunitários e entidades civis.

Parti da esfera macro, da política nacional para cultura desenvolvida pelo MinC, para chegar a micro, o município de Mesquita, para compreender em que medida tem acontecido a relação entre os entes dentro do pacto federativo. Analisando os dados obtidos nos sites e plataformas de instituições culturais como IPHAN e IBRAM, assim como as plataformas e documentos por eles disponibilizados e as informações do Ministério da Cultura, percebi uma baixa representatividade e poucas informações disponíveis sobre o campo da cultura em Mesquita.

Compreendendo a carência de dados averiguada e no fato da recente emancipação do município de Mesquita, pensei que talvez a influência política de outros entes do pacto federativo poderia apontar caminhos no estudo da cidade. Ampliei o espectro, procurando ver a afluência de representantes de outras municipalidades, principalmente Nova Iguaçu e Duque de Caxias, municípios historicamente centrais na Baixada Fluminense, a fim de ter um quadro representativo da Baixada e poder realizar algumas comparações e analisar melhor essa relação entre os entes e as políticas de cultura na região.

Os dados levantados, a partir desse direcionamento da investigação, revelaram uma presença tímida de representantes da Baixada Fluminense em instituições como o IPHAN: apenas 4 patrimônios tombados e inúmeros processos indeferidos. No IBRAM, achei o número

de 28 instituições culturais para os 13 municípios da região. Aparecendo um maior quantitativo no Cadastro Nacional da Capoeira e no Rede Cultura Viva.

A busca pelos equipamentos culturais em responsabilidade do poder público do estado do Rio de Janeiro demonstrou uma ausência maior. Dentre os 29 equipamentos públicos de posse do governo estadual, nenhum deles está localizado na Baixada Fluminense, estando sua imensa maioria na capital carioca. Os dados desvelados vão dando forma a investigação e na perseguição as questões, que a estimularam inicialmente, a conduzem a novos caminhos.

Debrucei-me sobre o estudo das políticas culturais no país, buscando compreender os paradigmas que carregam o fazer da política cultural brasileira. Compreendi a política do Sistema Nacional de Cultura como importante objeto de estudo, por estimular uma sistematização da política cultural nos estados e municípios, contudo me deparei com a insuficiência de dados sobre a existência de um Sistema Municipal de Cultura.

Não tendo Mesquita nenhum cadastro municipal, busquei ainda informações que poderiam aparecer em cadastros federais e estaduais sobre instituições e sobre a atividade cultural local. Confrontei-me mais uma vez com um número limitado de informações. Indo diretamente ao município, procurei através do Portal de Transparência e de informações públicas que, mesmo não sistematizadas, pudessem oferecer algum dado significativo.

Este percurso, ainda que penoso, mostrou-se primordial à compreensão da política cultural em Mesquita. Pude averiguar a existência de alguns movimentos que situados historicamente apontam, sobretudo, para a influência do Ministério da Cultura em algumas tentativas de desenvolvimento de políticas culturais na esfera local, sendo influído igualmente pelas suas inconstâncias e descontinuidades.

A adesão do município ao Sistema Nacional de Cultura, em 2013, embora não tenha se concretizado na criação dos componentes estipulados, enseja um movimento de adesão dos entes federados que vinha ocorrendo desde a I Conferência Nacional de Cultura e parece só ter despertado o interesse local a partir da inserção do Art. 216A na Constituição brasileira, em 2012 – seu primeiro elemento normativo garantidor. Mesmo movimento ocorreu na discussão na III Conferência Municipal de Cultura de Mesquita, realizada em julho de 2013, sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura e do Sistema de Indicadores Culturais, quando se procurou dar passos iniciais para a criação do Conselho e do Plano Municipal de Cultura, embora estes não tenham se concretizado de fato. O ano de 2013 foi o ápice do processo de adesão dos municípios ao SNC, no governo Dilma, justamente mobilizado pela realização da

III Conferência Nacional de Cultura, entre 27 de novembro e 01 de dezembro, que convocou estados e municípios para a realização de conferências locais para a discussão do tema “Uma política de estado para a cultura. Desafios do Sistema Nacional de Cultura”.

A cultura em Mesquita sofre influências da Lei Aldir Blanc I e II e da Lei Paulo Gustavo, que estimularam a promoção de um primeiro edital direcionado à cultura no município, o Mesquita Music Festival, em 2022. Essas duas políticas públicas de cultura impulsionaram uma primeira experiência da política de editais em Mesquita e proporcionaram o financiamento descentralizado e continuado de recursos.

A pesquisa revelou a existência de algum desenvolvimento, mesmo que incipiente, das políticas culturais em Mesquita. A existência de alguns equipamentos culturais, como uma escola de circo localizada no bairro da Chatuba e outra em Rocha Sobrinho. Percebendo ainda alguma atividade do setor cultura local pelas comunicações realizadas pela Subsecretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Mesquita, em sua página na rede social Instagram. Entretanto é importante apontar a falta de um mapeamento local das instituições e atores culturais mesquitenses, ocasionando um grande vazio de informações, principalmente quando se consulta os cadastros públicos do IBRAM, INEPAC e do Rede Cultura Viva, onde se percebe a baixa ou nenhuma representatividade da municipalidade.

Ao final da pesquisa, pode-se verificar o cenário de baixa institucionalidade municipal no setor da Cultura, à medida que o executivo se omite na execução de uma política cultural, passando a atuar, muitas vezes, através da velha política de balcão. Diante da ineficiência do poder público local em propor políticas culturais eficientes e transparentes, percebe-se que muitas das atividades ocorrem através da prática histórica em que o fazedor cultural procura a secretaria em busca de apoio aos seus projetos.

A realização da entrevista com o Subsecretário de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo possibilitou a análise das perspectivas do responsável pela política pública de cultura em Mesquita, um gestor que por mais tempo esteve à frente da pasta (8 anos consecutivos), inclusive mantido no cargo no mandato do novo prefeito eleito em 2024. Analisando o impacto de sua gestão, que se estende para o nono ano, considero ter sido um sujeito importante para a finalidade da presente pesquisa, considerando a trajetória de um município com apenas 25 anos de emancipação.

A entrevista possibilitou, além da obtenção de informações que preenchessem algumas brechas encontradas nos sistemas pesquisados, o entendimento da visão política sobre a gestão

da cultura local. Trazendo para a esfera de análise, a percepção do responsável pelo setor cultural municipal dos entraves postos para a promoção de políticas de democracia participativa e para a efetividade de políticas culturais integradas entre os entes federativos.

A pesquisa pode demonstrar o quanto os municípios, sobretudo aqueles de menor lastro no desenvolvimento de sua institucionalidade, ficam reféns dos mandados executivos e das visões políticas de seus gestores, quando não há instâncias de debate na proposição política com autonomia e lastro para firmar-se na discussão do rumo da política municipal.

Nas narrativas do entrevistado há a afirmação de uma falta de identidade municipal no ideário da população de Mesquita, embora o subsecretário parecia ter dificuldade de apontá-la. Na ausência de um processo investigativo, que se debruce sobre a cultura local e busque compreender as manifestações culturais dos diferentes grupos étnicos que constituem sua população, a política local parece pautada em um senso comum. Transferindo a população para a posição de causadora do problema e definindo sua identidade a partir de características pejorativas e fatores negativos como pobreza e violência. Isso acaba submetendo a cultura e seu livre fazer a uma prática predatória, em que o poder público ao invés de se debruçar sobre o fazer da cultura em seu território e nas maneiras de preservá-lo, o subjuga às práticas meritórias em que o fazedor cultural precisa se tornar, antes de tudo, alguém com expertise na aplicação para os editais e um analista do mercado cultural.

O trabalho investigativo analisou os possíveis reflexos e contradições entre os objetivos das leis e as políticas culturais, a realidade da estrutura à disposição e a articulação com as ações no município mais novo do Rio de Janeiro. Assim como, problematizou a dificuldade de construção de uma narrativa sobre o que seria o patrimônio cultural local, em um espaço geográfico, construído a partir de sua concepção recente como território independente, esvaziado pela sua relação com a capital do estado e subjugado como cidade dormitório.

As limitações e dificuldades encontradas neste trabalho, penso terem potencial para enriquecer o debate através do anúncio de novos caminhos de pesquisa a serem percorridos, não só em minha trajetória acadêmica, mas também por outros pesquisadores. Ajudando, assim, a produzir conhecimentos que possam gerar, em uma perspectiva de possibilidades futuras – mas urgentes –, uma realidade mais justa em que o exercício do direito à memória e dos direitos culturais – e, por conseguinte, o exercício da cidadania do morador da Baixada Fluminense – sejam pautas narradas a partir de vivências e não carências. Colaborando para que se enxergue o território a partir do seu potencial histórico-cultural-patrimonial e do dever do Estado como

articulador da política cultural para promoção da cidadania e garantia dos plenos direitos dos cidadãos e cidadãs baixadenses, por meio de políticas instrumentalizadas por uma verdadeira prática de democracia cultural participativa e integrada.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. A Emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 30-45.
- ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ARAGÃO, A. L. As Conferências Nacionais de Cultura no Brasil como instâncias de escuta e de exercício do direito de participação na vida cultural. **Pensamento & Realidade**, v. 28, p. 85-105, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/viewFile/17984/13350>. Acesso em: 14 jun. 2024.
- ARRETCHE, Marta. Políticas Sociais no Brasil: Descentralização em um Estado Federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n.40, p. 111-141, 1999.
- ARRETCHE, Marta. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 31, ano 11, junho de 1996. Disponível em: <https://profwalfredoferreira.files.wordpress.com/2014/02/mitos-da-descentralizac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2024.
- ARIAS NETO, J.M. João Cândido 1910-1968: Arqueologia de um depoimento sobre a revolta dos marinheiros. **História Oral**, v. 6, p. 159-87, 2003.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Políticas públicas, políticas sociais e política de saúde: algumas questões para reflexão e debate. **Tempo Social; Ver. Sociol. USP**, S. Paulo, 1(2): 105-119, 2.sem. 1989.
- BARBALHO, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. *In*: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (Orgs.) **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: UFBA, 2007. (Coleção Cult). p. 37-60.
- BARBALHO, Alexandre. Política cultural, movimentos sociais e democracia: releitura de questões a partir de “Políticas culturales y crisis de desarrollo”. *In*: GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões** Salvador: EDUFBA, 2019a.
- BARBALHO, Alexandre. **Sistema Nacional de Cultura: campo, saber e poder**. Fortaleza: EdUECE, 2019b.

BARBOSA DA SILVA, F. A. **Os limites do financiamento cultural federal no Brasil:** Entre ideias e materialidades. Texto para Discussão (IPEA), v. 2409, p. 7-74, 2018.

Disponível em:

https://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34206. Acesso em: 13 jun. 2024.

BARROS, Gisela de Jesus. **Nossas ruas têm História** – Mesquita – RJ. Rio de Janeiro: Imprinta – Express Gráfica e Editora, 2011.

BELLAIGUE, Mathilde. Memória, Espaço, Tempo, Poder. **Revista Museologia e Patrimônio**, PPGMUS/MAST, vol.2, n.2, 2009. Disponível em:

<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/download/78/98>. Acesso em: 30 set. 2024.

BERGER, Peter e LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERGER, Peter. **Perspectivas Sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. 12. ed. Brasília: UnB, 2002. 2 v. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf> . Acesso em: 23 abr. 2024.

BOLSONARO, Jair Messias. **Proposta de plano de governo: o caminho da prosperidade**. Disponível em:

https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRAYNER, N. G. **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: Iphan, 2012. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1__parasabermas_web.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1975-79**. Brasília: República Federativa do Brasil, 1974. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF. Acesso em: 07 jun. 2024.

BRASIL. Lei N.º 685, de 20 de julho de 1993. Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20 jul. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8685compilado.htm. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 2 de outubro de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc48.htm#:~:text=Emenda%20Constitucional%20n%C2%BA%2048&text=Acrescenta%20o%20C2%A7%203%C2%BA%20ao,FEDERAL%2C%20nos%20termos%20do%20art.. Acesso em: 19 abr. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005. Institui o Sistema Federal de Cultura (SFC) e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 ago. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5520.htm. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. **I Conferência Nacional de Cultura**: Relatório. Brasília: MinC, 2007.

BRASIL. Lei nº 11.483, de 31 de maio 2007. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 de maio 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11483.htm. Acesso em: 22 jun. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2008**: (nº 3.951/2008, na Casa de origem). Brasília, DF, 17 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/sgm/200812-Dezembro.pdf>. Acesso em: 28 de jul. de 2024.

BRASIL. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Brasília, DF, jan 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11906.htm. Acesso em: 28 de jul. de 2024.

BRASIL. Lei nº 13.018, de 22 de junho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 de julho 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13018.htm. Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Estruturação, Institucionalização e Implementação do SNC**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/32/2018/04/Documento-B%C3%AAsico-do-SNC.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. Portaria nº 340, de 30 de março de 2020. Estabelece medidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional decorrente de infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito das Comunidades Terapêuticas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 de março de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-340-de-30-de-marco-de-2020-250405535>. Acesso em 23 de jul. 2024.

CALABRE, L. **A cultura no âmbito federal: leis, programas e municipalização**. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário). Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/aj/FCRB_LiaCalabre_A_cultura_no_a_mbito_federal.pdf. Acesso em: 22 mar. 2024.

CALABRE, L. **Políticas Culturais no Brasil dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro, FGV, 2009.

CALABRE, L. **Políticas Culturais no governo militar: o Conselho Federal de Cultura**. XII Encontro Regional de História AnpuhRio – **Identidades**, 2008. Disponível em: http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212692933_ARQUIVO_Anpuh2008.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.

CANO, Ignácio. **Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil**. **Sociologias**, Porto Alegre, v.14, n.31, p. 94-119, Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v14n31/05.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

CHARTRAND, H. H.; McCAUGHEY, C. The arm's length principle and the arts: an international perspective - past, present and future. *In*: Cummings Jr, M. C.; Schuster, J. M. D. (ed.). **Who's to Pay for the Arts: The International Search for Models of Support**. Nova Iorque: American Council for the Arts, 1989.

COIMBRA, Marcos Antônio. **Abordagens teóricas ao estudo das políticas sociais**. Política Social e Combate à Pobreza. Rio de Janeiro: **Zahar**, 1987. p. 65-104.

CULTURA VIVA: Rede de incentivo e disseminação de iniciativas. Disponível em: [http://culturaviva.gov.br/busca/##\(global:\(enabled:\(agent:!t\),filterEntity:agent,map:\(center:\(lat:-15.813395760460573,lng:-47.8564453125\),zoom:5\)\)\)](http://culturaviva.gov.br/busca/##(global:(enabled:(agent:!t),filterEntity:agent,map:(center:(lat:-15.813395760460573,lng:-47.8564453125),zoom:5)))). Acesso em: 19 jul. 2021.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. A estratégia cultural do Governo e a operacionalidade da Política Nacional de Cultura. *In*: HERRERA, Felipe; DIÉGUES JÚNIOR, Manuel; SILVA, Benedicto (org.). **Novas frentes de promoção cultural**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1977, p.41-60.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio** n. 24, Cidadania. Brasília: IPHAN, 1996.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Política cultural**: conceito, trajetória e reflexões. Organizadores Renata Rocha e Juan Ignacio Brizuela. Salvador: EDUFBA, 2019.

GATTAZ, André Castanheira. Lapidando a fala bruta; a textualização em história oral. p. 135-140. *In*: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). **(Re)Introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996 (Série eventos I Encontro Regional de História Oral / Sudeste – Sul. São Paulo, 1995).

GIL, Gilberto. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2003. Disponível em: <https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/xmlui/bitstream/handle/20.500.11997/6222/Discursos%20do%20Ministro%20da%20Cultura%20Gilberto%20Gil.PDF?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 07 jul. 2024.

GONDAR, J. O.; DODEBEI, V. (org.). **O que é memória social?**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2005. v. 1. 160p.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre um giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós Graduação em Geografia, Univerisade Federal Fluminense, 2021.

IBRAM. [Portal do Instituto Brasileiro de Museus]. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

IBRAM. **Plano nacional setorial de museus**: 2010/2020. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/PSNM-Versao-Web.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. [Portal do IPHAN]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 8 jul. 2024.

IPHAN: Dossiê das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro. Brasília, DF: Iphan, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi-%20Matrizes%20do%20Samba.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

IPHAN. Portaria nº 407, de 21 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o estabelecimento dos parâmetros de valoração e procedimento de inscrição na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, visando à proteção da memória ferroviária, em conformidade com o art. 9º da Lei n.º 11.483/2007. Brasília, 21 dez. 2010b. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria4072010alteradaportaria_1722016.pdf. Acesso em: 22 jun. 2023.

JONGOS... Jongos, calangos e folias: música negra, memória e poesia. Direção: Hebe Mattos e Martha Abreu. Brasil: Labhoi. 48min41s. 2007.

JOHNSON, Telma. **Pesquisa social mediada por computador**: questões, metodologias e técnicas qualitativas. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (org.). **História Oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 31-45.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. Ponto de vista, perspectiva e temporalidade: Contribuição à apreensão historiográfica da história. *In*: FUTURO Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto. Ed. PUC-Rio, 2006. p.161-190.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Serra**. 2. Ed. Rio de Janeiro, 1963. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27286_v4.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Guanabara**. 2. Ed. Rio de Janeiro, 1964. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13101_v3.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.

LAVINAS, L. V. **Aloísio Magalhães e Ditadura**: Desenvolvimento e Legitimação. 2012. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

LAVINAS, Laís Villela. **Um animal político na cultura brasileira**: Aloísio Magalhães e o campo do patrimônio cultural no Brasil (anos 1966-1982). 2014. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

LIMA, F. C. M. de. **Mesquita em foco**: a história da Baixada Fluminense e as relações identitárias na educação básica. 2019. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

LIMA, L. P. B.; ORTELLADO, P.; SOUZA, V. de. **O que são as políticas culturais?** Uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura. Trabalho apresentado no IV Seminário Internacional de políticas culturais. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Luciana-Piazzon-Barbosa-Lima-et-alii.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

MARQUES, A. dos S. Baixada Fluminense: da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas. **Revista Pilares da História**, Duque de Caxias, v. 4, n. 6, 2006.

MARTINS, J. S. (1997). **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus.

MEIHY, José Carlos S. Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIRA, Márcio. Gestão cultural no Brasil: uma leitura do processo de construção democrática. In: RUBIM, Albino (org). **Política cultural e gestão democrática no Brasil**. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2016, p. 17-36.

MELO, Sharine Machado Cabral. Acontecimento, alteridade e iminência: percurso e desdobramentos de uma pesquisa sobre a Lei Aldir Blanc. **Galáxia** (São Paulo, online), São Paulo, v. 49, p. 1-21, 2024. Publicação Contínua. ISSN 1982-2553. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-2553202463665>. Acesso em: 13 nov. 2024.

MENDES, R. M.; MISKULIN, R. G. S. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 165, p. 1044-1066, Set. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/ttbmyGkhjNF3Rn8XNQ5X3mC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2024.

MESQUITA (RJ). Lei Orgânica do Município de Mesquita. Mesquita, RJ, 1991. Disponível em:
https://portal.mesquita.rj.leg.br/arquivos/388/LEI%20ORGANICA%20MUNICIPAL_001_2021_0000001.pdf. Acesso em: 25 jan. 2014.

MESQUITA (RJ). Decreto nº 795 de 29 de setembro DE 2009. Convoca a 2ª Conferência de Cultura do Município de Mesquita - RJ, e dá outras providências. Disponível em:
https://www.rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/handle/20.500.11997/10195/___%20DI%C3%81RIO%20OFICIAL%20DOS%20MUNIC%C3%8DPIOS%20DO%20ESTADO%20DO%20RIO%20DE%20JANEIRO%20___.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 jan. 2014.

MICELI, Sérgio (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

MORAES, Nilson Alves de. Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 54-69, jan.-jun. 2009. Disponível em:
<https://ceam2018.files.wordpress.com/2018/07/polc3adticas-pc3bablicas-polc3adticas-culturais-e-museus-no-brasil-moraes-na.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024.

NASCIMENTO JÚNIOR, José do. **De João a Luiz: 200 Anos de Política Museal no Brasil**. 1º. ed. [S. l.]: Vermelho Marinho, 2021. 356 p. ISBN 9786586082197.

PARTIDOS DOS TRABALHADORES. A imaginação a serviço do Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 27 p.

PERALTA, P.P. Palhaços & Personagens da folia de reis do estado do Rio de Janeiro. **Revista Interfaces** (UFRJ), v. 1, p. 75-92, 1995.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. p. 25-39. **Proj. História**, São Paulo, v. 14, fev. 1997.

PORTELLI, Alessandro. Ensaio de História Oral. Trad. Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santiago. São Paulo: **Letra e Voz**, 2010. (Coleção Ideias).

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, 15, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. *In*: Ceceña, A. e Sader, E. (org.). **A guerra infinita: hegemonia e terror mundial**. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro: LPP e Buenos Aires: CLACSO, 2002.

RESENDE. Autonomia Municipal e Lei Orgânica. **Cadernos da Escola do Legislativo**, v. 10, p. 7-42, 2008.

ROCHA, Simone Maria. A “cultura como recurso” e a autoexplicitação do gesto cultural em programas de televisão. **Comunicação e Sociedade**, [s. l.], ano 31, ed. 52, p. 155-178, julho/dez. 2009. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/download/1121/1585>. Acesso em: 17 out. 2019.

ROCHA, S. C. **Da Imaginação à Constituição**: a trajetória do Sistema Nacional de Cultura de 2002 a 2016. Tese (Doutorado) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28182>>. Acesso em: jun. 2024.

RUBIM, A. A. C. **Políticas culturais entre o possível e o impossível**. Texto apresentado no II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, 2006. Disponível em: <https://politicasculturais.files.wordpress.com/2009/03/politicas-culturais-entre-o-possivel-e-o-impossivel.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2019.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: trajetória e contemporaneidade. **Nossos Documentos**, 2008. Disponível em: <http://documentosfgb.blogspot.com.br/2008/11/politicas-culturais-no-brasil-trajetria.html>. Acesso em: 28 nov. 2018.

SANTANA, R. A Criação do Instituto Brasileiro de Museus e do Programa Pontos de Memória: Uma análise sobre discurso e prática. *In*: IV SEBREMUS, 2019.

SANTOS, Marcelo. A Ditadura Militar no Brasil e o campo cultural: os espaços de consagração. *In*: CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA, 4.; ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64, 4., 2014, São Cristóvão-SE.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus, liberalismo e indústria cultural. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, p. 189-198, 2011. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2011.47.3.01/618. Acesso em: 11 jun. 2021.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTO, M.; SILVEIRA, M. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEMENSATO, C. A. G.; BARBALHO, A. A. A Lei Aldir Blanc como política de emergência à cultura e como estímulo ao SNC. **Políticas Culturais em Revista**, v. 14, p. 85-108, 2021.

SILVA, Maria Fatima de Souza. Das Terras de Mutambó ao município de Mesquita-RJ: Memórias da Emancipação nas Vozes da cidade. 1.^a ed. Mesquita: Entorno, 2007. v. 01. 204p.

SILVA, Lúcia. H. P. Entre Laranja e Gente: notas preliminares sobre urbanização na Baixada Fluminense. *In*: ENANPUR, 17., 2017, São Paulo. **Anais do XVII Ena**. São paulo: ANPUR, 2017. v. 17. p. 1-18.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **Ambiente e Sociedade na Baixada Fluminense**. Mesquita/RJ: Entorno, 2011. 357 p.

SOARES, M. T. S. Nova Iguaçu: Absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, vol. 24, n. 2, abril-jun. de 1962.

SOUZA, C. H. L.; Eduardo Rombauer van den Bosch; Sumaya Cristina Dounis. Metodologia da 1^a Conferência Nacional de Cultura: ampliação e qualificação da participação social na elaboração de políticas públicas. *In*: Conferência Nacional de Cultura, 1., 2007, Brasília. **Anais da 1^a Conferência Nacional de Cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. p. 95-105.

TOLENTINO, Átila B. Políticas públicas para museus: o suporte legal no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista CPC (USP)**, v. 4, p. 72-86, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/lucas/Downloads/15607-Texto%20do%20artigo-18589-1-10-20120518.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021.

TORRES, G. P. Capítulo sobre São João de Meriti, Nova Iguaçu e Gapimirim. *In*: Marcus Antonio Monteiro Nogueira. (org.). **Baixada Fluminense - Memória Fotográfica**. 1. ed. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008, v. 1, p. 30-121.

APÊNDICE

**Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB****Entrevista com Subsecretário de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo do Município de Mesquita****Nome do Entrevistado:** *Luiz Kleber Rodrigo Farias***Orientadora:** *Prof^a Dra. Lia Calabre de Azevedo***Data:** 11 de abril de 2024**TRANSCRIÇÃO:**

Entrevista gravada no dia 11 de abril de 2024, às 16:48, na sede da Subsecretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo do Município de Mesquita, localizada no Bairro Centro, na Avenida Presidente Costa e Silva, nº1.898. No local, estavam presentes, como entrevistador, Lucas William Molina de Medeiros Barbosa, auxiliado por Lorrany Barbosa Machado e o entrevistado, Luiz Kleber Rodrigo Farias.

Observações: O início da gravação da entrevista se deu de forma abrupta, como não tinha a informação de que poderia realizar a entrevista e se poderia gravá-la, somente de que seria recebido pelo subsecretário fui na data e hora marcadas preparado para a realização da entrevista e de sua gravação. Antes mesmo de poder indagar sobre a possibilidade de realizar a entrevista no dia e gravá-la, o mesmo gentilmente me perguntou e autorizou a fazê-lo, e de pronto começou a conversa, abordando os assuntos que havia informado serem de interesse para minha pesquisa. A auxiliar na entrevista, Lorrany Barbosa Machado, iniciou a gravação o mais rápido quanto foi possível, percebendo que o entrevistado havia entrado imediatamente no assunto. Optei por não realizar a apresentação do cabeçalho antes do início da gravação, tendo em vista que o entrevistado já havia começado a entrevista, decisão que precisei tomar rapidamente e a fiz pensando em não atrapalhar a fluidez da entrevista e causar uma interrupção à fala do entrevistado.

Nome do entrevistado: Luiz Kleber Rodrigo Farias**Local da entrevista:** Subsecretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo do Município de Mesquita**Data da entrevista:** 11 de abril de 2024**Nome do projeto:** A política pública de cultura no município de Mesquita-RJ na perspectiva da democracia participativa: potenciais, demandas e desafios.**Entrevistadores:** Lucas William Molina de Medeiros Barbosa**Câmera:** Lorrany Barbosa Machado

Transcrição: Lucas William Molina de Medeiros Barbosa

Data da transcrição: 28/04/2024

Conferência da transcrição: William Rodrigues Barbosa

Data da conferência: 04/06/2024

Entrevista: 11.04.2024

LF: ... Da prestação de contas...eu aqui exijo isso⁶¹.

LB: Não existe isso a partir do edital?

LF: Mas não é uma prerrogativa na concepção da Lei.

LB: Compreendo, eu também tenho minhas críticas a...

LF: Então você cria umas aberrações! Um cara acha que porque a grana é do fundo audiovisual... Estou te falando da Paulo Gustavo e da Aldir Blanc I.. Então já no seu nascedouro, ela nasce esquizofrênica. Porque se eu não tenho, se eu não exijo... Lucas, não adianta você fazer uma voz e violão e achar que é um baita de um produto cultural e o estado tem pagar por isso.

LF: Tem que ter um produto que seja um produto... Claro, então você vai falar: poxa secretário, isso nasceu em uma questão de emergência cultural!

LB: É uma Lei Emergencial.

LF: Ok!

LB: Acaba sendo um argumento de defesa.

LF: Só que, a gente instituiu a Paulo Gustavo como uma política cultural nacional.

LF: Você tem... eu já tenho recurso na conta.

LB: Sim.

⁶¹ O entrevistado falava de maneira genérica, não especificando de qual das duas leis se referia, sobre a Lei n° 14.017/20 e a Lei N° 14.399/22, popularmente conhecidas como Lei Aldir Blanc I e II, respectivamente.

LF: Ela nasceu no escopo emergencial, com grana do Fundo Nacional de Cultura, mas eles levaram isso para uma discussão de política pública de cultura no médio e longo prazo. Não resolveu, criou um monstro.

LB: Sim. Acabou que foi uma proposta para uma situação específica e agora essa situação está se estendendo por causa...

LF: E não vai resolver.

LB: Sim.

LF: Então você vai ter um monte de gente *mamando na teta do estado* sem se desenvolver enquanto artista, é um empobrecimento cultural gigantesco.

LB: Sim, compreendo.

LF: Enorme.

LB: Compreendo. É porque realmente, nessa questão, foi o momento. Precisando de financiamento, pandemia. Quando ela se estende começam aparecer problemas porque você tem... Como, por exemplo, os dados que o senhor está mostrando para a gente aqui, mostram as falhas e as brechas da política, não é?

LF: Exatamente.

LB: Ainda mais uma política que é necessária. Então, ela foi muito pouco pensada.

LF: Exatamente.

LB: Ela foi pensada assim, desse jeito assim...

LF: Para aquele momento lá, durante a pandemia...

LB: Porque as pessoas estavam sem dinheiro. E porque não estavam conseguindo comprar, estava tudo fechado.

LF: Rapaz, a gente fez aqui uma política quase que assistencial. A gente deu cesta básica. A gente entende que, realmente, foi um período difícil. A Paulo Gustavo, ela vem também nesse seio, só que ela poderia ter sido aprimorada em uma perspectiva... Até porque esticou o prazo. Chegou até dezembro de 2024. Ela está no mesmo escopo de atuação da Aldir Blanc I, que a gente distribuiu recurso. A gente ajudou a fazer projeto, a pensar ideias. A gente não tem problema com isso. Não é... Entenda! Não é uma fala no sentido de desqualificar a lei, não! Igual a política de cotas, é o mesmo imaginário. As políticas de cotas eram para criar uma equiparação temporária, enquanto se resolve a base. [Gesticula-se usando a mão esquerda como

se mostrasse essa base, estando em um plano mais baixo]. Cria-se aqui uma política temporária para equiparar a igualdade de condições e oportunidades [gesticula com as mãos como se mostrasse que a política temporária fosse estipulada pelo andar de cima]. Mas é aquela eletiva da faculdade que virou obrigatória, só tem ela. Então, hoje não se discutiu a base, não se qualificou a base, e a cota virou real. Por que não faz a cota social? Então, voltando para a questão cultural, o que eu percebo é que você, às vezes, por uma questão é ... [mexe com a cabeça como se fosse pensar melhor o que falaria a seguir] De necessidade de contemplar o artista, você acaba tendo que aceitar produtos que não são vendáveis, que o mercado não vai absorver. O mercado não vai absorver uma coisa ruim. O mercado cultural é altamente competitivo. Seja qual linguagem for. Então, por ponto de vista da gestão, para nós [sempre se comunica muito com as mãos, com o olhar, com a cabeça] chega a ser uma parada é... Muito paradoxal. Por quê? Porque a gente aqui faz todo o processo bacana. A gente monta... A gente faz as escutas, faz a leitura com o pessoal, não é! Ouve todo mundo, faz por segmento [sempre comunicando muito gestualmente] A gente fez esse momento. Depois, vem as questões político-partidárias. O povo confunde... Fica uma gritaria. Por isso, acho até interessante você começar com criaturas que vão te trazer um panorama, independente se é contra ou a favor da gente. Então a gente monta os editais baseados nessa escuta inicial, faz a montagem da comissão. Comissões autônomas, sem nenhum tipo de direcionamento. Tem selecionado é... Que eu nem sei quem é. Nem sei o que o cara apresentou [bate com os dedos das duas mãos expressando indiferença]. Por quê? A comissão avaliou... A gente sentou... Esse projeto é o quê? Esse projeto é legal, então pode tocar. A comissão tem autonomia para tocar e a gente agora está na fase da captação da documentação.

LB: A parte burocrática.

LF: Exatamente. O pessoal manda... Rapaz, na Paulo Gustavo, na... [se corrige, mostra isso gestualmente, virando os olhos para cima] na Aldir Blanc, a gente teve artista sem CPF. *Sem CPF!* [expressando certo espanto]. Tira o CPF, meu filho! A gente te espera. O outro não tinha conta bancária. Como é que faz? Percebe que é uma discussão...

LB: Não tem essa dimensão, não é? Quando a gente pensa... Quem está... Por isso que é até importante, não é?

LF: Cara! [fala gesticulando e expressando espanto] É coisa muito básica. O cara sem CPF: “Olha cara, eu sou artista!”. O cara vai morrer de fome.

LB: Isso é interessante. Por que esse ponto de vista... Acho que é isso justamente que eu quero, que eu estou pensando na política pública, na gestão da política pública de cultura, então é essa dimensão do fazer da gestão cultural, que eu só vou ter quando tiver a oportunidade de fazer esse tipo de entrevista. Porque é uma coisa que a gente não imagina.

LF: Não tem noção.

LB: Essa questão mesmo de documentação.

LF: Hoje o mercado cultural, ele movimenta bilhões. Só que... A discussão...Muito na Lei Rouanet... Acho que o Bolsonaro fez um monte de cagada... Mas, ele promove uma discussão. Que acho até que ele não promoveu da maneira certa. Por que a Rouanet ficava concentrada em pequenos grupos? Porque era a galera que sabia apresentar o projeto, porque sabia prestar conta. Porque fazia relacionamento. Então conseguia aprovar. É um negócio óbvio. Não adianta eu aqui, ficar jogando bolinha no sinal e achar que você vai aprovar o meu projeto. Você é obrigado a aprovar o meu projeto porque eu estou passando fome. Poxa, não é assim! Aprende a se inscrever, aprende a ficar ligado. Formata um projeto, apresenta uma proposta [gesticula aprovação com o polegar]. *Então você consegue avançar. Entende?*

LB: Sim.

LF: É uma outra história. [fala gesticulando]

LB: Você precisa também capacitar o artista.

LF: E não só no fazer dele.

LB: A saber aplicar metodologia... Você precisa também dessa capacitação. Essa parte é importante, de ensinar ao artista de como ele vai aplicar o edital, como vai escrever o projeto dele. Como ele também é... Vai receber recurso de capacitação também para técnica, para a arte dele. Isso é importante também.

LF: Exatamente.

LB: Isso é importante.

LF: Porque o cara quando fica na dependência do Estado, ele não precisa se aprimorar enquanto artista. Porque se ele for amigo do fulaninho, se ele gritar mais alto, se ele fizer é... Piquete na porta da secretaria. Ele vai conseguir. Aqui ele não consegue. Aqui ele pode ficar gritando o quanto quiser. Se você não tiver trabalho irmão... *Esquece!* Vai gritar o que for. Porque a gente faz, entende?! A gente não tem conversa. A gente faz. Claro que, você vai falar:

“poxa, mas você não tem museu”. Realmente. Tem uma série de deficiência que a gente não conseguiu, nesse curto espaço de tempo que a gente está aqui ainda suprir. Historicamente, Mesquita é uma cidade recém emancipada para os padrões. É a mais nova cidade do Estado. A gente tem 24 anos só. Emancipamos em 21 de setembro de 1999... 2000... 1999! Então, a gente tem problemas históricos. Eu não tenho assim... Eu estava acabando de falar, eu tenho uma Vila Olímpica que não tem um equipamento com medida oficial. Aqui a gente é cultura, esporte, lazer e turismo. Eu tenho uma quadra que não posso montar jogo oficial, porque não tem tamanho oficial. Então, tem uma piscina que não tem tamanho oficial. Então não faço competição nela. Tenho uma pista de atletismo que eu não... Entende?! Assim como, não tenho um teatro. O centro cultural deveria ser um... É o mais próximo de um equipamento cultural que a gente tem. Mas não tem coxia, não tem camarim. Umas coisas malucas. Faz de qualquer jeito... Porque não está preocupado com a questão profissional. A gente desenhou um programa chamado de “Mesquita do amanhã”, que é para tentar requalificar espaços, construindo novas estruturas com medidas oficiais para eu receber o mercado cultural aqui. Receber uma temporada da Deborah Colker, por exemplo. Companhias de teatro, fazer bilheteria, criar plateia...

LB: O que seria esse projeto? Você poderia falar mais sobre isso?

LF: O “Mesquita do amanhã” é um projeto estruturante que vai criar estruturas na cidade para atrair a população tanto da cidade quanto do entorno. A gente é uma “cidade dormitório” ainda. Então é um movimento... Vocês são de Mesquita?

LB: Eu sou. Ela é de Belford Roxo⁶².

LF: Então, as cidades... *Mesquita é a menor delas, não é!* Todas as outras são maiores. Mas eu me regulo com Nilópolis [gesticula com as mãos, indicando uma comparação de tamanho dos municípios]. Você mora há quanto tempo aqui?

LB: Eu sou nascido e criado aqui. Eu me mudei no ano passado, para mais perto do trabalho. Então, justamente aquela questão que o senhor falou: dormitório.

LF: É isso, cidade dormitório! A ideia qual é? Até me arrepia, porque eu fiz parte dessa concepção. Eu sou sociólogo de formação. Não sou de Mesquita.

LB: A gente queria falar um pouco sobre isso.

⁶² Me referindo a auxiliar na gravação da entrevista, Lorrany Barbosa Machado.

LF: Agora virei mesquitense. Agora nesse nosso mandato. Moro aqui há 4 anos. Estou nessa gestão desde 2017. Sou doutorado na área. Minha questão é sociologia urbana, minha discussão é a cidade. Então, ajudo lá... A equipe de planejamento, e alguns secretários, na concepção de projetos que transformem Mesquita em uma cidade referência na Baixada. A gente tá falando de 4 milhões de pessoas. Então, o que a gente quer? Reter o capital intelectual aqui, construir esse capital intelectual atual aqui, e também exportar esse capital intelectual, o que é o único que a gente faz hoje. A inteligência é montada aqui, mas ela tem que sair, porque ela não tem espaço aqui. Então, o que a gente quer? Vai continuar saindo. Ok! [Gesticula com os polegares]. As pessoas podem fazer isso. Mas a gente quer ter estruturas aqui que permitam que ele vá, mas que ele também volte. Para isso, eu preciso ter estruturas. Preciso ter uma universidade aqui para 1.500 alunos, na praça da Telemar. Posso mostrar os projetos. A gente pode... Inclusive fazer um outro momento também. Eu vou falando 3 horas. A gente tem um teatro sendo preparado no Paço Municipal, fase de projeto. A gente tem uma escola de games que vai ajudar a fazer a programação de jogos, o treino de jogos, fábrica de aplicativos e startups. Um espaço para isso. Um centro de lutas, equipamentos profissionais que permitam com que esse atleta se desenvolva aqui. Esse artista se desenvolva aqui. Hoje a gente teve, no RJ TV, quase 9 minutos de reportagem sobre o nosso Circo Chatuba. *Coisa ao vivo!* A gente está criando um outro Circo lá dentro do Sebinho⁶³, com a oportunidade das pessoas de se descobrirem artistas. A gente tem uma Casa do Músico sendo testada. Assim, o “Mesquita do Amanhã”, ele não é só no meu quadrado. Tem outros quadrados, mas... [gesticula como se dissesse: tem outras áreas de desenvolvimento deste trabalho envolvendo outras secretarias]. Ele é uma oportunidade de a gente desenvolver a cidade para que a prefeitura deixe de ser também o maior empregador da cidade. Isso não é concebível para uma cidade que quer ser desenvolvida, que se pretende ser desenvolvida. Não faz sentido! Porque então eu dou espaço para as politicagens de plantão, não é?! Para os amigos do rei. Para essa galera que a gente... O Jorge⁶⁴ quando vem, ele desconstrói isso. Ele coloca o secretariado todo técnico. E o político submetido ao técnico. Então você vai ganhando uma porção de prêmio e uma porção de referência em um monte de lugar. Poxa você vai falar: A gente precisa melhorar? Precisa. Tem várias coisas que a gente tem que melhorar. Mas se comparar de 2017 até 2024, o que a gente avançou nesses 8 anos... *Esquece!*

⁶³ Favela localizada no bairro Rocha Sobrinho.

⁶⁴ Atual prefeito do município de Mesquita, Jorge Miranda, assim como todas menções seguintes ao nome Jorge.

LB: Só para confirmar a informação. O senhor está aqui desde o início da gestão do prefeito Jorge Miranda?

LF: Estou aqui desde o início. Chego em 2016, dezembro de 2016, é... Convidado para fazer parte do secretariado técnico dele.

LB: Como se deu essa proposta?

LF: A gente tinha... A gente tem um amigo em comum.

LB: É interessante também. Mas eu digo, assim, no sentido de qual foi a proposta de trabalho. Uma coisa que surgiu um pouco a dúvida. É essa questão de estruturação da subsecretaria. Porque é uma coisa nova, essa gestão. A subsecretaria de cultura, esporte e lazer e turismo, ela está dentro da secretaria de governança. O que eu queria entender é como se deu essa proposta até de organização em subsecretaria...

LF: Ela não surge... A subsecretaria é um formato novo. Lá em 2017, ela era uma secretaria. Na verdade, a gente tinha 14 ou 15 secretarias, mais ou menos. Hoje a gente tem cinco. Quando o Jorge vem, ele começa a conhecer... Não teve o processo de transição. Ele começa a conhecer a cidade nas suas estruturas. Então, ele monta em um primeiro momento um secretariado técnico. Um médico vai cuidar da saúde, um engenheiro vai cuidar de obras, um administrador vai cuidar do serviço público, um sociólogo vai cuidar da cultura. Nessa vibe... Eu venho da gestão do Estado. Participava da secretaria de esporte do Estado.

LB: Interessante.

LF: Então, na verdade, eu já fui dos vários lados do balcão. Já fui ongueiro, já fui captador de recursos, já fui professor de universitário.

LB: Então você traz essa experiência. Interessante!

LF: Trago essa experiência para cá. Então, quando rolou esse convite... O Jorge comentou com esse meu amigo Junior. O Junior falou: “poxa cara, eu conheço o cara certo para te dar aí”. Vai te ajudar nessa montagem de toda história de secretaria. Então eu venho, o Jorge me dá em um primeiro momento... Acho que o Junior falou tão bem de mim, que o Jorge: “Está tranquilo, cara. Vamos embora!”. O Jorge é muito acelerado, muito assim... Não tem muita

formalidade com ele. A gente vem e a secretaria se resumia a uma oficina de balé, que funcionava dentro do Tênis Clube⁶⁵.

LB: Então, quando o senhor assumiu como secretário a subsecretária já tinha esse formato?

LF: Cultura, esporte, lazer e turismo.

LB: Ah! Então já era esse cargo. Entendi.

LF: Tira a cultura da Educação. A cultura tem que caminhar sozinha. Então monta sozinha nesse escopo de não ligada a Educação. Porque a Educação é...

LB: É uma pasta muito grande.

LF: É muito engessada, não é. Tem que cumprir o plano político-pedagógico.

LB: Sim.

LF: Traz a cultura para uma outra pegada.

LB: Ela é muito grande.

LF: Muito grande.

LB: Ela acaba deixando as outras coisas de lado...

LF: Não desenvolve. Então o que a gente faz? Chega no espírito de terra arrasada. A cidade... Lixo para todo o lado. O servidor público sem receber há 4 meses. Sem saber as contas da prefeitura, onde estava o que. *Uma loucura...* A sede da secretaria era em uma sala do Tênis Clube que... Cheguei em janeiro, no dia primeiro de janeiro. Vim na posse, que foi em um domingo. Na segunda-feira, *amigo, era um piscinão!* Eram duas salas, uma piscina. Chovia dentro do negócio. *Cara, não é possível, não se trabalhava aqui. Me desculpa...*

LB: É porque não interessava...

LF: *Eu não quero falar mal de ninguém, porra! Não é possível!*

LB: Desse espaço... Vocês foram para outro espaço?

⁶⁵ Referindo-se ao Tênis Clube de Mesquita, clube tradicional da região, localizado na rua Arthur Oliveira Vechi, nº 260, no Centro de Mesquita.

LF: *Assim, não. Não dá para trabalhar aqui.* Eu preciso conhecer. Preciso ter propriedade para poder falar o que eu penso. Então, comecei a conhecer. A secretaria de cultura é o que? “A gente faz evento e uma oficina de balé”.

LB: *Que loucura!*

LF: Então eu não tenho um lugar para fazer formação de plateia e ativação de conteúdo. Eu só tenho uma oficina. E essa secretaria de esportes? “Não, é Vila Olímpica”. Que são oficinas também. Mas, gente, é muito pouco, para uma capacidade dessa... Então a gente começou a desenhar. Então, mais fácil fazer esporte que fazer cultura. Enveredei para o esporte, comecei a formatar o projeto de alta performance do esporte. Estou te falando de 2017.

LF: Hoje a gente colhe coisas que não foram plantadas agora. Foram plantadas em 2017.

LB: Sim.

LF: Montamos uma equipe de futsal de alta performance. Escolinhas espalhadas pela cidade. Começamos a adaptar [gesticula com as mãos e o corpo]. *Vamos lá, vamos fazer!* A cultura a gente foi deixando de lado um pouco, porque é mais caro. E é muito politizada. Tem uma turma, que é a mesma turma de 2005. *É a mesma turma que está aí* [gesticula bastante com as mãos]. Que não faz e só quer mamar na teta do estado. [riso]. É essa galera que está aí. Faz uma coisa ali, para dar um... não é! Então, a gente começa a trabalhar o esporte e começa a trabalhar um pouco algumas oficinas culturais: pintura em tela, as danças, escultura, dublagem. Já tive dublagem aqui. E então montamos um circo. Em 2018 a gente montou um circo em um terreno que era lixão, lá dentro da Chatuba. *No pior lugar da Chatuba*, que é lá no Quinze, na localidade do Quinze. Conhecido como muro da vergonha. A gente tirou 70 caminhões de lixo e entulho de lá. E vai fazer o quê? O tráfico queria um campo de futebol. “A gente quer um campo de futebol”. Então eu falei para Jorge: “conhece as normas culturais para o Rio de Janeiro?” Não estou falando de nada... Nenhuma obra faraônica, não. Estou falando de um palco, estica a lona, faz uma salinha e vamos ativar conteúdo. *O campo já tem muito*, na mesma rua já tem o Campo do Brasileirinho⁶⁶. E ele: “então vamos fazer a Lona”. Então chega um cara que estava assessorando o Jorge, Eduardo Pádua, fala assim: “rapaz, você conhece os caras do Crescer e Viver?” Eu falei: “Conheço”. “Eles têm uma lona, parada lá, de circo”. Lona parada! “Tu até ajuda porque está atulhada lá no canto”. Então, vamos lá falar com ele.

⁶⁶ Campo de futebol localizado no bairro de Chatuba.

LB: Verdade.

LF: A gente, então, foi falar com o Belin. Belin: “poxa, me ajuda mesmo”. Leva esse circo aí.” E levou, montou um circo. Na Lona Cultural virou um circo.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO AOS 19:25 MINUTOS RETORNANDO AOS 20:18 MINUTOS]

LF: Usa o chamariz do circo para trabalhar outras modalidades. Porque o garoto que corre e só vê o tráfico como referência, ele passa a ter outra perspectiva. Então, além de criar o pertencimento ali: “Esse espaço é meu, eu tenho que valorizar”. Eu descubro uma potência que não se sabia. Um talento que está escondido. Eu tenho vários exemplos que posso te dar de pessoas que hoje... *Olha aqui estou todo arrepiado!* [amostra os braços]. O último agora que eu posso te dar: *Carla! Tem 11 anos, é bolsista do Santa Mônica e é campeã de xadrez. Entre a casa dela e o circo é a boca de fumo.* A Carla pode ir para a prostituição, virar usuária de drogas. Pode ser bolsista lá do... Bolsa Família... [fala com certo desdém quando cita o bolsa família]. Pode! Mas, ela também pode ser uma grã mestre no xadrez. Ela tem essa oportunidade. Ela está tendo uma condição ali no circo... Um projeto que me espantou, porque eu achei que o xadrez não fosse funcionar lá. Confesso a você. *Botei para... Vamos botar para ver!* Cara, a gente tem um monte de gente de referência! Disputando campeonato, viajando. Com o xadrez! Que exige foco, disciplina, concentração, leitura... Está funcionando! [riso] Lá dentro da Chatuba! E está lá. Estamos com 5 anos lá. Vamos fazer uma obra de reforma lá, um projeto de 8 milhões de reais! Dentro do “Mesquita do Amanhã” também.

LB: Então faz parte do “Mesquita do Amanhã” também, reforma das estruturas de Mesquita?

LF: Exatamente! E dentro do “Mesquita do Amanhã” tem o Circo Sebinho. É na outra comunidade, lá em Rocha Sobrinho. Esse está em construção agora, vai inaugurar em agosto, a previsão.

LB: Então, dentro desse projeto “Mesquita do Amanhã” as estruturas que foram montadas até agora, foram: essa montada na Chatuba e está que está sendo montada...

LF: Não! Tem mais coisas.

LB: Tem um projeto bem bacana.

LF: A gente tem clínicas. A gente pode te passar depois. A gente está com 18 obras em andamento na cidade. Escolas, clínicas na área da saúde. Na minha área aqui, você tem a escola

de artes de Rocha Sobrinho, Circo Sebinho. Você tem o campo do Estrela de Rocha Sobrinho também, na mesma rua, na Carvalhais. Você tem o campo do Potyguar⁶⁷, na Coréia. Você tem o complexo esportivo do União, Santa Terezinha. Você tem a praça Sete Anões, que é um complexo esportivo também, menor. Mas que está ali. Você tem lá na mesma rua do Circo Chatuba, o campo do Brasileirinho e a proposta de reforma do Circo Chatuba. Aqui do outro lado, no viaduto... No espaço da antigo Universo Digital⁶⁸, que estava abandonado. Você tem a escola de games, que é esse espaço que eu te falei. Em Banco de Areia, na antiga fábrica de móveis Vigo⁶⁹, você tem o complexo esportivo de Banco de Areia. *Que é uma praça maravilhosa! 7 mil metros quadrados:* um anfiteatro, um prédio, um portfólio de cultura e esporte, duas quadras e uma área de galeria e bacana, protegendo a área de entrada da escola. Você tem na Jacutinga dois campos: Campo do Cruzeiro e Campo do Oriente, e estruturas de também trabalhar os cursos e as modalidades que a gente tem. O que mais? Você tem na Coréia o centro de lutas, de alta performance, obras de Rodrigo Azevedo, que é um arquiteto renomado. Um projeto bem bacana! Você tem a Universidade aqui na Telemar, em princípio, com o IFRJ. Um prédio de 8 andares, com planetário, com anfiteatro, área comum, biblioteca comunitária científica, laboratórios e salas de aula para 1.500 alunos. Nesse espaço que a gente tem aqui [referindo-se a SEMCELT], você tem o CENTEC, que é o Centro Técnico de Qualificação Profissional do município. A ideia é preparatório concurso, cursos técnicos e a universidade privada para os mesquitenses. E o que mais? Você tem o Teatro, lá na sede da prefeitura. Uma escola pública lá naquele terreno atrás da prefeitura, com captação de águas da chuva, energia solar e horta comunitária. Você tem o anexo administrativo também da prefeitura para dar mais celeridade ao processo da prefeitura.

LB: Tem bastante estruturas...

LF: Então, você tem lá na Chatuba, o parque Chatuba, na área do Gericinó. Para dar uma repaginada ali na questão ecológica também. Trabalhar educação ambiental, um estilo Parque Madureira.

LB: Bacana!

LF: Você tem o Monte Horebe, que a gente já inaugurou. Inaugurou em novembro do ano passado. O que é uma coisa de turismo religioso, mas a gente quer ampliar para turismo

⁶⁷ Campo de futebol do antigo Potyguar Futebol Clube.

⁶⁸ Antiga sede da Gráfica Universo Digital.

⁶⁹ Móveis Vigo e Decorações LTDA.

também. Você tem vários lugares no mundo que o cunho era religioso, mas que ampliou para uma política mais ampla. Então, essa é a “Mesquita do Amanhã”. É um projeto para longo e médio prazo que vai perpassar a gestão. A gente tem obra que a gente já iniciou e que consegue entregar agora. Como tem obras que a gente já iniciou, mas não consegue entregar. E tem obras que a gente nem começou ainda. São 36 no total... Menores, maiores. [Gesticula com as mãos indicando variedade]

LB: Uma coisa que eu achei interessante e que eu percebi as coisas, é dentro da pasta não é... Você tem cultura, esporte, lazer e turismo. São quatro assuntos que acabam sendo diferentes, mas são todos muito intercambiáveis. Como o senhor percebe essa relação dessas quatro pastas, vamos colocar assim. Como o senhor percebe essa relação nesses projetos? Como é lidar com esses assuntos que são amplos, não é? Mas que conversam muito. Como funciona esse diálogo dentro da subsecretaria?

LF: Isso é interessante... Voltando a uma pergunta que você me fez antes e eu ainda não respondi. A gente nasce secretaria no início dessa gestão, lá em 2017. Quando é 2019 para 2020, o atual deputado estadual, Renato Miranda era nosso secretário de governo e a gente é um município pobre, não é? A gente só consegue pagar um mês da arrecadação dos nossos impostos. O restante é verba de fora, ou federal, estadual, repasse obrigatório, captação de emendas que o próprio Jorge faz. Então, o que o Renato desenha? Um modelo de gestão mais enxuto. Então, ele diminui o número de secretarias e faz mais centralizada a gestão. Então você tem hoje 5 secretarias, considerando Secretaria de Meios e o Jorge implementa um modelo de gestão mais próximo. Reunião semanal de secretariado, com secretarias fins e secretarias meios, disputando os espaços, os processos. Às vezes, a porrada come. O processo não anda. Não andou. Por que não andou? Então, ele dá uma enxugada na máquina para criar celeridade no processo. E, com isso, a gente vira referência. Nós, Mesquita, apesar do seu tamanho, temos só 5 secretarias. Enquanto os outros municípios tem 10, 20, 30... Niterói tem 35 secretarias. Uma loucura! Não dá para você... o processo decisório é muito particionado [gesticula batendo as duas mãos na mesa indicando diversas divisões]. Então, fica ruim. Voltando a essa coisa da interlocução na nossa parte. A gente vira subsecretaria. A gente continua tocando os processos. Mas, no ponto de vista da gestão, a gente tem a secretaria da governança como o grande eixo de centralização. Dá para discutir em um modelo de tomada de decisão, processos que são similares com a assistência, com a educação, com a procuradoria... Então, a gente consegue discutir. Nesse meio, o que que a gente fez? Como a gente não tem os equipamentos de alta performance tanto no teatro, quanto na escola de Circo, quanto nos equipamentos esportivos.

A gente deu um passo atrás. Ao invés de trazer ativação de conteúdo com companhias renomadas, eu fomento a formação de artistas e de atletas. Então, eu... É uma leitura que a gente fez! Eu estou vivendo como é a minha realidade hoje. Se eu não tenho um teatro: palco italiano bacana, com coxia, com não é... Para receber grandes espetáculos... Não adianta eu chamar uma companhia bacana... Às vezes, a gente até chama, não é? Apresenta no Paço, mas é ruim, não é! Se eu não tenho espaço adequado, eu recuo um pouco e vou formar um artista. Então, vou dar aula de pintura, vou dar aula de dança... Eu vou dar aula de música, vou dar aula de malabares! Então, eu tenho o mesmo público nos vários segmentos. O meu público é o mesmo da educação, que é o mesmo da assistência, que é o mesmo da saúde. Então intercambiava nesse formato. Quando a gente consegue, por exemplo: recebe o convite... Ontem a gente recebeu um convite para assistir um documentário sobre circo lá no Raul Cortez. A gente pega uma galera aqui, às vezes, para diferenciar dos outros. Aquele que se comportou bacana, aquele que conseguiu desenvolver um trabalho legal. Essa galera recebe o prêmio de sair e visitar algum outro equipamento... A gente faz um... meio turismo educacional, vamos dizer assim, com eles. Então é intercambiável nesse sentido. Quando eu tenho, por exemplo, eu tenho agora no domingo, um evento de Karatê. Um campeonato Karatê. Quando há espaço, eu levo, por exemplo, os meus meninos do circo para fazer um número, lá. Para mostrar que a gente tem oficina. Amanhã vai ter um Baile Charme lá na lona cultural. Então a gente leva o pessoal do artesanato. A gente também cuida aqui para fazer uma exposição. Às vezes, dá! Às vezes, não dá! Amanhã, por exemplo, para a gente não dá. Mas, quando dá, a gente faz isso. *Entendeu?*

LB: Tem uma outra coisa também que eu gostaria de perguntar, que acho interessante a gente pensar: Como funciona a relação da subsecretaria com as outras secretarias e subsecretarias, dentro desse modelo de governança? Como funciona essa relação?

LF: Relação direta. Umbilical.

LB: Direta. Vocês desenvolvem projetos juntos?

LF: Sim, a gente tem vários projetos em comum. Por exemplo, a Praça PEC, em Santo Elias. Ela é umbilicalmente dividida entre cultura, esporte e assistência. A gente tem um CRAS⁷⁰ lá dentro. Então permite que a gente desenvolva ações o tempo todo em conjunto, por uma questão de sobrevivência. Porque a gente está no mesmo espaço físico. Mas a relação é

⁷⁰ Centro de Referência de Assistência Social, unidade pública responsável pela oferta de serviços de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social.

muito boa. Vou te dar um exemplo prático: Cartão Recomeçar! Uma confusão do Estado tira gente dali, não entrega... A secretária Nara me liga e falando assim “Kleber, eu preciso de um espaço para entregar. Posso usar o Centro Cultural?” “Pode”. Usou o Centro Cultural quinta-feira, sexta-feira... Até ontem. Da semana passada até ontem. Usou nosso espaço. “Eu vou publicar. Posso?” “Estamos juntos”. “Eu preciso fazer um evento, fazer uma ação social. Você leva seus meninos para fazer um número lá?” “Levo, claro”. Entendeu? Então, é assim... [enfia os dedos de uma mão entre os dedos da outra mão, indicando imbricação, junção]. A gente tem uma relação muito próxima. A gente é muito... Somos poucos, não é?

LB: Então...

LF: Se um não ajudar o outro, cara! Vai todo mundo passar mal, não é!

LB: Então, uma outra coisa também: como é a recepção da proposta da secretaria, da forma de trabalho de vocês, da organização de todos esses projetos que o senhor falou que tem? Como é a recepção? Como o senhor percebe a percepção dos gestores, das comunidades locais?

LF: Do público ou da...

LB: Do público em geral... Do público da política, o público também dos eventos...

LF: O da política é um público mais difícil de lidar. Porque se ele não tiver algum tipo de benefício, ele não concorda. (riso). Mas, no geral, é a gente tem aqui... A gente não faz nada de orelhada [bate com o lado de uma das mãos na mesa em gesto de ênfase]. A gente planeja. A gente tem uma gestão muito pragmática, no sentido de planejar e executar... E avaliar. Então... O Jorge tem um modelo de gestão que ele mapeia, estabelece comunicação direta com o munícipe. Ele não tem intermediário. Tem uma forma de captar a satisfação do munícipe direto com ele. Seja pela internet, seja por um serviço que foi prestado. Ele liga para a pessoa, o Jorge é de tecnologia. Então, ele montou sistemas... Se você vai na clínica da família e é atendido, você depois recebe uma ligação avaliando o serviço. Pedindo para você avaliar o serviço.

LB: Interessante.

LF: Então, ele faz uma comunicação direta. Por outro lado, a gente tem os estudos que vão dizendo para a gente onde a gente pode chegar, a partir do nosso planejamento. Vou te dar outro exemplo. Eu acabei de começar, no Circo Chatuba, a atividade de Balé. Pô, é um sonho antigo a gente botar balé... “Pô, mas você vai botar balé dentro do picadeiro?” “Vou!” “Não é o lugar mais apropriado?” “Não é!” Mas eu estou pensando na questão social. Porque eu vou oportunizar para aquela menina, novamente, pensar fora daquela caixa ali [faz com as mãos a

representação da caixa]. Porque daqui a pouco ela... Vai que se descobre uma Ana Botafogo, lá na Chatuba. É possível, meu amigo!

LB: Com certeza!

LF: E então, essa menina vai disputar espaços em outros ambientes. Eu tenho uma companhia de alto rendimento em balé, que está começando a rodar. Então essas meninas vão se apresentar em outro lugar. O que que a gente vai fazer lá para tentar aproximar o espaço? Vai botar uma barra móvel e um espelho móvel. Porque quando tiver aula de balé, eu boto. Quando não tiver, eu tiro. Porque eu tenho lutas... Boxe, muay thai, luta livre, Jiu-jítsu e judô [utiliza os dedos para enumerar as modalidades de luta e os balança de maneira enfática]. Funcionando no picadeiro! Então, é isso!

LB: Então, o senhor fala muito também, sobre a pergunta que eu fiz, sobre a junção dos assuntos dentro da pasta, é assim que funciona, não é? Funciona muito nessa questão de aproveitar o recurso.

LF: Eu aproveito o apelo e trabalho as outras coisas. A reforma desses campos que eu te falei, ela surge dessa necessidade que a gente tem de trabalhar todos os públicos, todos os dias, todos os horários. Porque tradicionalmente em Mesquita... Você não vai me deixar mentir, já que é um mesquitense. Os campos tradicionais são usados quando?

LB: Normalmente, sempre em datas⁷¹, alguma coisa assim...

LF: Final de semana. Regularmente, final de semana.

LB: Feriado...

LF: Ou feriado. De manhã, você tem aquele público: homens, meio idade. Então o que a gente fez?

LB: Final de semana é difícil até espaço para criança, não é? [riso]

LF: Então o que a gente fez? A gente precisa criar estruturas que os campos sejam utilizados todos os dias, por todos os públicos - manhã, tarde e noite. Fazendo diferentes coisas. Tem campo que permite que eu faça, por exemplo, uma quadra de futsal. Tem lugar que dá. Exemplo: Potyguar dá! Agora, o Brasileirinho não dá. Mas, o que que a gente fez? A gente ampliou as estruturas de salas, para ter salas multiuso. Então eu vou conseguir fazer outras

⁷¹ Me referia a datas comemorativas, sobretudo feriados.

coisas diferentes de futebol. Então eu vou conseguir dar uma aula de xadrez. Vou conseguir dar uma aula de dança. Ali naquele espaço. Todos os dias. De manhã, tarde e à noite! A gente tem um projeto para a Terceira Idade, que a gente chama de **60 mais**, que é autonomização de idosos fragilizados, que não saem de casa, porque não consegue ali se sustentar em pé, não consegue andar. Então, através de estímulos motores e cognitivos a gente vai trabalhando esses idosos. E vai diminuindo o custo fixo da família, porque não precisa ter alguém cuidando do idoso o tempo todo. Porque esse idoso já consegue levantar, já consegue comer, já consegue as coisas sozinho.

LB: Já consegue autonomia, não é?

LF: Autonomia para ele. Então, é mais ou menos isso.

LB: Outra coisa que eu quero perguntar. O senhor já falou um pouco do assunto, mas é um aspecto que é sempre bom tocar. Como que o senhor percebe essa produção... percebe esse cenário de produção cultural para Mesquita? Quais são as áreas que o senhor percebe que tem esse potencial que é ativado, que a gente vê mais, assim, ativas?

LF: É muito musical, Mesquita. Mesquita é extremamente musical. É muito comum... A gente tem até problema com isso, confesso a você. Porque é muito comum no final de semana fecharem as ruas de qualquer maneira. Sem autorização. Atrapalhando a vida de um montão de gente para fazer um pagode, para fazer uma feijoada. Isso, por um lado, é muito bom. Porque mostra que tem um capital social muito desenvolvido ali. Mas é muito aleatório. Não tem muito planejamento. Vão fazendo e... Vamos... A produção cultural é muito marcada com a questão musical. Agora, nos outros segmentos, você tem algumas iniciativas interessantes. Mas são mais pontuais, porque na minha opinião, precisa dessa questão de desenvolvimento de infraestrutura. A infraestrutura é basilar.

LB: O senhor enxerga a questão da infraestrutura como problema para desenvolver mais...

LF: Como problema. Se eu tenho um teatro aqui bacana, eu vou pautar um montão de gente. Os grupos vão se apresentar... A gente com esse espaço que a gente tem lá, cara! A gente ajuda o pessoal lá. O pessoal, às vezes, sai aqui dentro da secretaria. As companhias de teatro, às vezes, vêm ensaiar aqui. Vai com os números que a gente tem! Porque se a gente ficar esperando o ideal, a gente não sai do lugar. Então, a música é mais fácil. É mais palatável. *Então tem muito isso aqui, entendeu?*

LB: Sim. E outro assunto também... A gente até conversou um pouco. Iniciou até conversando muito sobre isso. Mas que eu acho muito importante a gente pontuar também, que aconteceu aqui na subsecretaria em Mesquita durante o período da pandemia da Covid, como o senhor já tinha mencionado, a prefeitura chegou até dar cesta básica para os artistas, para os produtores culturais. Gostaria que o senhor falasse um pouco mais do assunto.

LF: Rapaz, a pandemia a gente se reinventou de uma forma extraordinária. A gente fazia 10 lives por semana. De manhã, a gente fazia aulas de ginástica com os professores. Montou um estúdio lá no Centro Cultural. Os professores davam aula para as pessoas fazerem os exercícios em casa. Na parte da tarde, a gente fazia entrevistas. Claro que com todas as regras. Respeitando o isolamento, respeitando tudo. E a noite... Duas vezes por semana a gente fazia shows. Então, a gente fazia uma média de 10 lives por semana.

LB: Durante a pandemia.

LF: Durante a pandemia. Porque a cultura foi o maior ativador da sanidade mental das pessoas. Então aqui, em Mesquita, a gente... Eu diria para vocês que foi um período que a gente cresceu muito. Com a pandemia, nesse viés, aqui, da gente trabalhar todas essas prerrogativas, a gente cresceu muito. Porque a gente já tinha equipamento. A gente já tinha estrutura. Então, a gente já tinha canal, por exemplo. Então, a gente espalhou muito essa via internet, não é, on-line... Então as pessoas seguiram. A gente fez muitos aulões, work shops. Foi muito legal. Boa parte de Aldir Blanc também... A gente fez o circuito Mesquita das artes, on-line também.

LB: Então, a Aldir Blanc, foi importante também para conseguir, não é...

LF: Neste sentido foi! Não me interprete mal. Não, não estou aqui esqueteando. Não é isso.

LB: Longe de ser esse o meu papel aqui.

LF: Ela cumpriu um papel importante. O problema é que isso é cultural no Brasil A gente só pega o que é conveniente para nós. Estou te falando historicamente. As revoluções são sempre arranjadas. É tudo muito arranjado. A gente não pega o Estado do Bem Estar Social, ele não foi completo. Ele só foi o que era conveniente. A lei, ela pegou ali e fez o trabalho que fez, mas não é... Atendeu emergencialmente o artista, contemplou naquele... Só que não se pensou em médio e em longo prazo. Então reedita a legislação de uma forma extemporânea. Cada ano você vai ter o recurso para desenvolver, mas não criou a prerrogativa de exigir a qualidade do material. É essa minha crítica.

LB: Sim, entendo.

LF: Porque criou uma dependência que em um... Porque a cultura... A gente perde demais com tudo isso, cara! Perde muito. Porque o cara não vai se sentir obrigado a se desenvolver. Porque ele vai... Ele é amigo de alguém, vai desenvolver um produtinho e está bom.

LB: Mas, ali, naquele contexto...

LF: Ali foi sensacional.

LB: O senhor enxerga ali, na pontualidade da pandemia....

LF: Sim. Sim.

LB: E a prefeitura desenvolveu alguns projetos utilizando essa...

LF: A gente fez nessa... A gente enveredou muito nessa coisa das lives.

LB: Sim. Utilizou para financiamentos de equipamentos...

LF: Não, a gente já tinha os equipamentos. Estou falando da ativação.

LB: O cachê dos artistas...

LF: O cachê do artista.

LB: Naquele sentido também daquela questão, dele estar precisando também...

LF: Exatamente, nesse tipo de coisa.

LB: Essa via de mão dupla, não é?

LF: Exatamente.

LB: E a questão... Como o senhor percebe essa adesão do município a essas leis? A prefeitura recebe um número grande de cadastros? As pessoas querendo...

LF: Primeiro, vou te falar. A gente recebeu 1 milhão e duzentos mil da Lei Aldir Blanc. A gente fez o primeiro ciclo de propostas, a gente não teve muita adesão. A gente teve 80 propostas. Então o que eu fiz, eu dobrei a premiação para quem... Tinha uma discussão gigantesca da gente ter que devolver o recurso no final de 2020. Eu falei: eu não vou devolver recurso! Eu não vou! Tinha uma porção de gente precisando.

LB: Tinha uma porção de gente precisando.

LF: A gente dobrou os prêmios. Quando foi lá, finalzinho de dezembro, eles prorrogaram. Aqueles que tinham recursos empenhados, ele prorrogou a execução da lei. Então sobrou uns 500 mil. É assim... Eu também não vou distribuir... Eu também tenho responsabilidade do recurso. Porque eu não quero também ser preso, meu irmão! Eu também tenho responsabilidade. O que foi possível a gente fazer a gente fez. Ajudou a montar, ajudou a... Então, essa grana que sobrou... Eu não me lembro exatamente [faz gestos com a mão simbolizando mais ou menos]. Mas foi bem significativo. A gente criou... Como a gente tinha feito direito, pagado todo mundo. Ajudou a fazer a contrapartida, fez direitinho. Quando foi... A gente reeditou os editais, então, explodiu de gente. A gente teve cinco... Metade do recurso e tinha cinco vezes mais de propostas.

LB: Houve também uma divulgação ampla da prefeitura?

LF: Como na pandemia, em 2020, a gente não podia fazer divulgação por conta do calendário eleitoral... Ainda teve esse prejuízo.

LB: Verdade!

LF: Só podia divulgar coisas da pandemia. Coisas do Covid. A gente tentava fazer fora prefeitura, nos canais particulares. Mas que não é a mesma coisa. Então, uma loucura. *Não podia divulgar, como você alcançava? Foi surreal!* [bate as mãos]

LB: Eu ainda não tinha pensado nisso.

LF: Então, quando a gente conseguiu divulgar melhor. Os artistas se sentiram contemplados, no processo, de forma séria... Então a gente teve mais adesão. A Paulo Gustavo, ela vem em um momento... Como a gente ficou aqui em um ano eleitoral, você tem também a questão eleitoral. Eu vou te falar um exemplo: eu recebi aqui esses dias um print de um camarada que botou na página dele no facebook, perguntando se as pessoas conheciam os contemplados. Dando a entender que a gente contemplou alguém, que não merecia, dentro prêmio da cultura popular mesquitense. São pessoas que têm trajetória, que têm currículo... [gesticula com as mãos, como se fosse enumerar mais coisas] Sabe?! Só acontece esse ano por causa da questão eleitoral. Que quer criar um fato político em cima de algo que não é. *É técnico!* Então, ainda tem essas questões...

LB: Particularidade.

LF: Particularidades.

LB: Entendo! O senhor percebeu alguma diferença, por exemplo, da contemplação, dos inscritos da Lei Aldir Blanc I para a Lei Paulo Gustavo?

LF: Nenhuma diferença.

LB: Nenhuma diferença... É o mesmo público?

LF: Nenhuma diferença. A não ser a especificidade da Paulo Gustavo, como é grana do audiovisual...

LB: Sim.

LF: Então, obrigatoriamente, 70% é ...

LB: É audiovisual...

LF: Exatamente. 70% do recurso tem que ser para o audiovisual. Então você tem essa dificuldade.

LB: Sim. Sim. porque ela é uma lei voltada para o audiovisual, não é.

LF: Exatamente.

LB: Verdade. Uma coisa também que é interessante, que eu fiquei pensando aqui... Vão surgindo novas perguntas, não é.

LF: Claro.

LB: Mas é, por exemplo, entre o número de pessoas que se inscreveu, percebe-se uma aprovação grande... Como o senhor percebe a questão da inscrição e da aprovação? Como esse público que se inscreveu no edital? Ele conseguiu preencher os requisitos, conseguiu preencher os dados necessários?

LF: Assim como a gente fez na Aldir, a Paulo a gente faz da maneira mais simples possível. Por exemplo: a gente montou informes, muitos informes, com dados cadastrais e a proposta da pessoa, o objetivo, justificativa, a metodologia, o orçamento. Assim, o mais simples possível. Sem nenhuma burocracia. E, então, o cara tinha que mandar também o portfólio dele. Porque ele precisa ser artista comprovadamente. Então o que a gente percebe: como o povo não está acostumado a montar projeto, escrever... Tem uma dificuldade.

LB: Sim. Lógico. Imagino!

LF: Você chama o curso para escrever, para ajudar na elaboração de projeto. Não aparecem.

LB: A prefeitura ofereceu a capacitação?

LF: A gente fez a capacitação. Chamada no ano passado para ensinar as pessoas a escreverem, mas não teve adesão.

LB: É interessante o senhor apontar isso. Porque essa é uma das coisas que eu pensei. Porque a gente imagina a dificuldade... A realidade brasileira, a realidade local, dentro da Baixada Fluminense... E como eu imaginava essa dificuldade, gostaria de saber se houve essa capacitação... Mas como o senhor falou a prefeitura ofereceu, mas não houve essa adesão. Acho um dado importante.

LF: A gente pode até voltar a fazer. Acho importante ir tentando, não é. Tentando, tentando...

LB: A prefeitura faz o papel dela. Um outro assunto que é uma das coisas que eu esbarrei em minha pesquisa. Isso na época do meu trabalho de conclusão de curso, da minha faculdade de museologia. Eu queria levantar dados sobre políticas de cultura. Então, fui nos principais cadastros públicos, mas a minha ideia era ver os cadastros federais, eu até cheguei ao estadual, ver umas coisas assim... Mas eu queria ver o que iria aparecer de dados, nesse caso, eu trabalhei com amostragens da Baixada Fluminense. Eu percebi que a gente tem uma dificuldade muito grande de ver representantes locais dentro desses cadastros públicos federais, por exemplo, o dos Museus.br, que não contempla só museus, mas instituições culturais com um todo. No IPHAN, Mesquita não tem nenhum patrimônio tombado, tudo bem. Mas eu percebi que existe uma dificuldade de mapeamento quando a gente vai para os cadastros públicos. Então, se a gente não acha, por exemplo, no Rede Cultura Viva que tem os pontos de cultura, que costuma aparecer mais coisas. Mesquita conta com três integrantes ali. Então, eu tive uma dificuldade muito grande de mapear as ações e o cenário cultural local. Então eu fiquei pensando: A prefeitura faz algum tipo de mapeamento nesse sentido? Há uma divulgação disso por parte da prefeitura?

LF: A gente está desenhando junto, com equipe de planejamento, um sistema aqui da cultura mesquitense. Que tem a ver com a abordagem que a gente faz nos grupos. Na conferência de cultura que a gente fez no ano passado. A gente tem uma intenção de montar um... Eu chamo de cadastro ativo dos artistas locais.

LB: É, que seria justamente isso...

LF: Que é isso que você está propondo. Mas, para alimentar esse nosso sistema.

LB: Que também gera dado para a prefeitura. Pode gerar política.

LF: É exatamente. A gente consegue ter isso. O que a gente faz é muito nessa coisa dos planejamentos. Mas que são planejamento mais amplos, não é?!

LB: Entendi. É porque uma outra coisa que eu também fiquei pensando. Um outro dado que a gente tem a pesquisa da TIC Cultura⁷². Que traz os dados das instituições culturais como um todo, até ONGs e tudo mais, ela traz os pontos de cultura. Por exemplo, ali traz quanto a questão de ter website próprio, página ou rede social. E a gente percebe um dado baixo no geral, no Brasil. Há instituições culturais com websites próprios, mas muito poucas. Um pouquinho mais do que a metade. Eu tenho um dado, a gente percebe que os pontos de cultura têm mais redes sociais e websites próprios. Então eu fico pensando, nesse sentido, porque a gente não consegue acessar, então as atividades estão acontecendo e você não consegue...

LF: É muito pulverizado e não...

LB: Foi até uma coisa que eu fiquei pensando assim: poxa! Eu quero pesquisar, eu quero entrevistar essas pessoas. Como eu chego a elas? Elas têm rede social própria? Onde é que eu acho esse dado? Então, essa foi uma coisa minha, como pesquisador, mas eu também fiquei pensando também como público. Porque eu sou uma pessoa de Mesquita, eu sou uma pessoa que tem interesse, não é?

LF: Sim!

LB: Então! É assim, eu sempre gostei de museus, tanto é que eu escolhi essa minha formação. Mas eu sempre gostei de cultura como um todo. E eu do local, não conseguia saber que essas coisas estavam acontecendo no meu município, sabe?!

LF: Sim, sim.

LB: Esse foi um dos motivos de eu estar fazendo essa pergunta, porque eu acho que é importante para o pesquisador.

⁷² Pesquisa realizada pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. Segundo a pesquisa TIC Cultura 2022, a presença dos museus em redes sociais é de 63% das instituições, já o percentual de museus que possuem website próprio é de 37%, estando 24% presentes em websites de terceiros. No caso dos pontos de cultura, 55% possuem site próprio, 89% possuem perfil em redes sociais e 9% estão presentes em websites de terceiros. A presença e interação na Internet foi baixa entre todas as categorias de equipamentos culturais avaliadas na pesquisa, e não apresentou evolução significativa ao longo da série histórica.

LF: É importante! Hoje a gente tem essa ideia. E tem o nosso Instagram. A prefeitura centraliza a comunicação institucional. A gente não tem um website próprio. Não tem uma rede social própria. A não ser o Instagram, o que a gente montou muito à revelia, confesso a você. A gente montou, porque o ritmo, a comunicação divulga a prefeitura toda. E a gente acabava que não conseguia andar e... a gente montou. Se chama contato, não, semcelt.mesquita, nosso Instagram. SEMCELT é abreviatura de secretaria municipal de cultura, esporte, lazer e turismo. Lá a gente bota todas essas nossas questões, todas essas... A gente vai criar... Eu pedi à equipe daqui para criar os destaques, mostrando o que a gente tem. A gente tem muita coisa espalhada pela cidade. Acaba tendo um... Eu não tenho equipamento próprio, mas eu tenho as várias oficinas que acontecem, inclusive em escolas.

LB: Sim. Então, tem esse projeto da prefeitura de criar essa rede...

LF: Isso, um mapa.

LB: Que seria um canal de informação, um mapa. E, também, a prefeitura tenta fazer através do Instagram, não é? A rede social da secretaria...

LF: Da cultura.

LB: Faz essa divulgação oficial dos eventos, não é?

LF: Isso. E tem a minha rede social.

LB: É também o senhor quem faz a divulgação pessoal! [riso]

LF: Eu mobilizo tudo. É.

LB: Entendo, entendo. E uma outra coisa que eu fiquei pensando também.

LF: [olha nessa hora para o relógio].

LB: É uma pergunta que eu gostaria muito de fazer. É sobre uma das questões de minha pesquisa, que é sobre o Sistema Nacional de Cultura.

LF: Sim.

LB: Eu percebi, fazendo minha pesquisa, que Mesquita, ela participou... Ela se inscreveu no sistema nacional de cultura, mas eu não vi dados informados lá. Como assim? Mesquita completou a adesão dela, lá?

LF: Sim. A gente completou, mas a gente precisa cadastrar as informações. Agora, atualizar, não é?

LB: Sim.

LF: A gente não tem atualizado lá.

LB: Sim.

LF: Mas a gente vai fazer isso.

LB: Agora é também uma das metas...

LF: É uma das metas. A gente tem a praça PEC, que é a parte integrante. É um equipamento que acontece lá em Santo Elias, ao lado do DETRAN... A gente tem mais de 30 atividades acontecendo lá. A gente tem um pequeno teatro, bem pequenininho, mas que a gente ativa com essas oficinas que eu estou te falando. Mas a gente precisa preencher essas informações, porque a gente é pouco. A gente assobia e chupa cana, e tudo ao mesmo tempo [risos]. Falta pessoal qualificado também. Muita dificuldade...

LB: Assim, como o senhor definiria essa etapa da adesão? Por exemplo, as leis que são impostas para adesão? A lei do conselho...

LF: Você só recebe recurso...

LB: Quando você preenche, por exemplo, a questão da lei do conselho de política cultural, lei do plano de cultura...

LF: É. CPF da cultura⁷³.

LB: Isso é o CPF.

LF: É. Vou te falar porque eu não implantei o conselho de cultura!

LB: Por quê?

LF: Porque é muito eleitoreiro. Eu sei que é importante, reconheço a importância. Mas, enquanto a gente não tiver uma massa crítica que pense a cultura por ela própria, e não defendendo o seu umbigo, eu não vou colocar o conselho para andar. Eu te falo com muita tranquilidade. Por quê? Tive em Medellín, há coisa de alguns meses atrás. Na verdade, a gente foi acompanhando o prefeito. Fomos 12 pessoas lá para Medellín, passamos 10 dias lá. Medellín, diferente de Mesquita, apenas na formação e na... Claro, eles são muito ricos. Eles

⁷³ Como são comumente chamados os componentes estipulados na segunda etapa de adesão ao Sistema Nacional de Cultura, a partir de suas iniciais: Conselho de Política Cultural, Plano de Cultura e Fundo de Cultura)

têm muita grana. É diferente o organograma de funcionamento deles. Mas eles estabeleceram uma questão comunitária com a sociedade civil, entendendo que o coletivo é de todo mundo e não uma junção de eus. Aqui, o nós é uma junção de eus. O que eu quero dizer com isso? Filosofando um pouco, não é.

LB: Sim.

LF: É que, infelizmente, alguns líderes culturais da cidade desenvolvem as suas iniciativas, as suas políticas, pensando em favorecer o seu grupo somente. E não a cultura da cidade. São os mesmos que estão desde sempre. Que já foram governo que não conseguiram ter êxito na manutenção de poder, se transformaram em sociedade civil, *não registrada!* Para poder continuar fazendo barulho. Então, essa galera que, *te falo, são quatro pessoas. São os mesmo de dois mil e vovó era moça* [fala batendo na mesa]. Que fazem um barulho enorme, porque falam bem, porque são eloquentes. Mas não estão nem aí para a cultura. Te dou um exemplo. A gente fez um mapeamento, na coisa da escuta. Num determinado momento uma criatura fala assim: “eu acho um absurdo... A gente...”. Porque eu provoco. Eu falo: eu acho que o fazedor de cultura, tem que aprender a escrever projeto, tem que aprender a prestar conta, tem que aprender a andar. Ele não pode ficar dependente de mim, ou de qualquer outra pessoa. A criatura falou: “Não, eu discordo”. Então, tudo bem, você discorda. “Eu discordo. Eu acho que o mestre Andinho é da Folia de Reis, tem mais de cem anos. Ele tem que cuidar da folia de reis, ele não precisa apresentar projeto”. Eu achei esquisito essa fala. Passado uns 40, 50 minutos, em uma outra fala, essa criatura fala que tem uma assessoria de projetos. Que pode formatar projetos. Então está explicado! Então ela não quer que ninguém aprenda, porque ela quer vender o serviço. Ela invalida o próprio setor, não fortalece a estrutura. Então, poxa, o que que isso tem a ver com Conselho de Cultura? Tem a ver por quê? Se a gente criar o conselho, essa criatura junto com as outras três vão desvirtuar a função do conselho, então não vai fazer sentido. *Entende?!* Então, enquanto a gente não conseguir criar uma massa crítica que se pense enquanto fazedor de cultura e que ande com as próprias pernas... Eu não estou querendo ninguém a favor do governo! Te falo com experiência aqui, porque a gente criou um polo gastronômico na Vila Emil. Foi ideia nossa. Minha e de um cara que não está mais no governo. E a gente obrigou que eles criassem uma associação comercial. Para eles não dependerem do governo. Hoje a gente está até tendo problema, porque eles não querem a associação. Eles querem depender do governo. Não, eu falei, o governo não é para isso! O governo é para regular, não é para fazer por você. Então eu não estou aqui entrando em uma de desvirtuar não. Estou te falando porque o que a gente quer é sério. A gente não está brincando.

LB: Então, chegou a existir o Conselho em algum momento durante a sua gestão?

LF: Não. Durante a minha gestão não... Em 2000⁷⁴ eles montaram um conselho fake. Que nunca funcionou para justificar um recebimento de um recurso.

LB: Entendi.

LF: Não é isso que a gente quer.

LB: Sim. Mas, conferência vocês faziam normalmente...

LF: A gente fez uma. A gente fez uma conferência.

LB: No ano passado?

LF: Ano passado. Para preparar para a nacional. A gente ficou um tempo sem conferência, não é?

LB: Ah, sim.

LF: Aconteceu a nacional no início de março... No início de março. A gente fez direitinho.

LB: Então, essa foi a primeira conferência...

LF: Foi. Dez anos que não tinha conferência.

LB: É.

LF: A última foi 2013. A gente fez em 2023. Conferência é importante.

LB: Sim. Isso que eu ia perguntar, como o senhor enxerga a importância das conferências nacionais?

LF: É fundamental, eu acho. É fundamental. Embora é... a gente... Como não tem uma perspectiva de fazer realmente. O fazedor de cultura está muito ainda em uma etapa muito básica ainda. Não se enxerga ainda como um sujeito político. Então fica muito preso ali no mundinho dele. Ele não vai para uma discussão, porque ele não acha importante. Então, você não tem uma adesão massiva.

LF: A ideia de fazer esse mapeamento, essa busca ativa, era também mostrar para essa galera que é importante...

⁷⁴ Segundo o portal do Sistema Nacional de Cultura, o município de Mesquita iniciou seu processo de adesão no ano de 2013, nunca tendo informado nenhum componente.

LB: Para ela saber qual a importância de ela participar.

LF: É! Que é importante! É importante vocês participarem. A participação é importante. Então, voltando ao Medellín. O que a gente viu lá, é que a sociedade civil... Como tinha a questão do tráfico, das disputas de gangues muito forte, a sociedade civil se uniu em prol de um objetivo comum: acabar com as questões das gangues. Não consegue acabar. Mas conseguiu tirar o protagonismo das gangues. A gente, aqui, o que que a gente fez? Como essa questão da sociedade civil organizada era muito defender, é fazer a defesa do seu próprio interesse... O que o Jorge fez foi comunicar direto. Faz uma comunicação direta. O nosso desafio... O meu, então, enquanto sociólogo, é tentar construir uma maneira da gente realmente ter uma sociedade civil atuante, que pense no coletivo. Que pense no coletivo e não no seu grupo.

LB: Compreendo!

LF: Então, a estratégia era mapear. Mapear, fazer esse mapeamento. Essa busca ativa e falar: pô, é importante você participar!

LB: Como o senhor avaliaria o resultado dessa última conferência?

LF: Bom, olha! Eu acho que foi pouca adesão.

LB: Foi pouca adesão, essa era uma das perguntas que ia fazer.

LF: A gente teve 97 pessoas. Acho pouco em um universo gigante de fazedores de cultura em várias áreas. Mas, entre mortos e feridos, a gente conseguiu dividir os eixos, espelhou a nacional. Dividiu os eixos, trabalhou os eixos todos. Alguns eixos a gente não teve como montar grupo de trabalho, porque não tinha quórum suficiente. A gente foi obrigado a montar eixo, a juntar eixo. [corrige a frase e gesticula com as mãos mostrando “juntar”]. Que eu acho ruim demais. Mas eu precisava ter representatividade para poder mandar para a estadual. Achei pouca adesão. Não sei se é por que o pessoal não acha importante? Ou... ou... sei lá! Não fez... Está muito tempo sem fazer também... Sei lá!

LB: Sim. Compreendo. Mas, uma outra pergunta que eu gostaria de fazer também é: o município tem sido representado, por exemplo, na conferência estadual, conferência pública?

LF: Sim. Mandamos delegados.

LB: Tem sido convidado a participar.

LF: Sim, mandamos delegados. Eu próprio fui também. Mandamos 5 delegados da sociedade civil, mais 2 do governo. *Entendeu?* Participamos lá das discussões, fizemos proposição. A gente tem uma relação boa com o Estado.

LB: Sim. Uma pergunta final, nesse assunto. Eu também já estou encerrando, eu sei também que eu já estou...

LF: Sim, porque eu ainda tenho que atender uma outra pessoa. Ela está lá. Está agoniada lá, ó... [risos]

LB: Essa pergunta que eu iria fazer, seria assim: quais são os entraves que o senhor percebe para adesão ao Sistema Nacional de Cultura? Sei que o senhor já falou algumas questões.

LF: Mesmo diante desse cenário, eu penso em montar no ano que vem a questão do conselho. É um ano que não tem eleição, não é... Então é mais fácil. É o início de um mandato. Então a gente pensa... A nossa estratégia é: a gente ir nos lugares, fazer um mapeamento, a busca ativa. Descobrir atores interessantes que fazem parte de um desenvolvimento local, na cultura. E, então, sensibilizar essa galera para participar de um movimento mais amplo, enquanto sociedade civil organizada na cidade. E, então, montar o conselho a partir daí. Acho isso importante. Hoje a gente não...E, por outro lado, a gente tem o sistema, não é! Tentar pensar aqui, localmente, esse sistema. Não só o sistema cadastral, mas também que ajude quem tá de fora conhecer essas iniciativas que tem dentro da cidade. A gente tem uma área de cultura urbana muito forte, com grafite, com hip hop... Com a questão da música muito forte também. Então, é nessa linha.

LB: É. Agora, já na parte final. Uma coisa que eu também estava percebendo em minha pesquisa, uma dificuldade muito grande na conceituação de Baixada Fluminense, até dizer quais municípios fazem parte. Uma pergunta padrão que eu vou fazer para os entrevistados: Você consegue ver o município de Mesquita como integrante da Baixada Fluminense?

LF: Sim.

LB: Como integrante de outra região?

LF: Não. Não, a gente é Baixada Fluminense. E a gente tem todas as características típicas de um município da Baixada Fluminense: pobreza, baixo capital intelectual, cidade dormitório, cidade que depende muito das verbas governamentais... É, cidade que não tem uma vocação para chamar de sua. Você tem todas as características que são tangíveis para a questão

da Baixada Fluminense. Muita área verde também, é bacana! Tem uma... Mesquita tem 50% de sua área territorial que é formada por Mata Atlântica. A gente é muito verde. Isso é muito comum também na Baixada Fluminense. Então, você consome cultura fora da Baixada Fluminense, de modo geral. Por quê? Porque se não for um produto muito fácil, muito palatável para você, você vai buscar em outro lugar. Você gasta fora, não é, com teu lazer, com tua busca por um entretenimento e, às vezes, você não valoriza a... A grama do vizinho é sempre mais verde que a tua. É a síndrome do cachorro vira-lata, na mente do morador da Baixada Fluminense [risos].

LB: Sim! É uma das últimas perguntas também. A minha dissertação tem esse título, que eu já apresentei: A política de cultura de Mesquita na perspectiva da democracia participativa: potenciais, demandas e desafios. É um título gigantesco eu sei, mas quando você tem dificuldade com títulos [riso]... Mas eu queria aproveitar para fazer essa pergunta para o senhor também. Acho que é pertinente, enquanto gestor público local, responsável pela pasta da cultura. Quais são os potenciais, demandas e desafios?

LF: A gente tem talentosos artistas das mais variadas áreas, de diferentes segmentos, desde literatura até músicos. É... Gente que trabalha com artistas renomados, que compõem maravilhosamente bem. Então, você tem potenciais gigantescos. Um problema, e já entrando na área dos desafios, você tem gestores, eu digo prefeitos... Gente que decide onde alocar recursos, que tenham sensibilidade de entender que a cultura é uma mola mestra. É um tema transversal. É investimento e não despesa. Se a gente consegue criar um movimento de sensibilização do prefeito e investir em um teatro de qualidade, em um museu de qualidade, não é? Em uma escola de qualidade... Que vá pensar... Que vai ajudar o cidadão da Baixada Fluminense a se pensar enquanto protagonista. Assim, meu amigo, ninguém segura! São 4 milhões de pessoas! E em uma identidade forjada pelo negativo: pela violência, pelo crime, pelas negatividades, pelas ausências... Se você consegue reverter isso em uma potência, e dizer: não eu... Minha grama é verde. A do vizinho é verde também, mas a minha também é. Eu também tenho potencial. Eu também tenho aqui historiadores, bibliotecários, museólogos, cantores, administradores... A gente tem gente de qualidade aqui, poxa! Eu não preciso sair daqui para poder consumir fora. Só que para isso... Isso leva tempo, não é? A gente não consegue resolver isso em uma gestão. Então, o tempo é ingrato, porque você resolve, quando chega um grupo novo no poder... Assim você vai conhecer a máquina! Então, quando você acabou de conhecer a máquina, começa uma eleição estadual. Que, então, o local, o municipal, ajuda no estadual. Quando resolve... Resolveu! Venceu ou perdeu. Então, começa a preparar

para a tua eleição municipal. É um ciclo que não termina nunca, uma loucura! Então, passa pelo pacto federativo, porque o recurso é concentrado na União, que faz política para desenvolver o que é de direito no nível municipal. As pessoas moram no município. Então, isso é uma discussão infinita. Por exemplo, Jorge, nosso prefeito, fala: “quem faz mais é penalizado”. A gente faz muito na saúde... obrigatoriamente, do ponto de vista da Constituição, você é obrigado a investir 40% na educação. A gente investe 50. Então, você é obrigado a investir 35% na saúde. A gente investe 80%. Supondo, não é. Porque a gente... Acaba as pessoas vindo para Mesquita, na região, porque aqui consegue atendimento. E é uma loucura, porque o repasse é sempre o mesmo.

LB: Entendi.

LF: Então é um desafio gigante e ninguém discute. E Mesquita é pequenininho, a gente tem 100 mil eleitores. Então, o governo do Estado quando ele vai olhar, ele olha diferente para Belford Roxo [aponta para a auxiliar, em vista de ser seu município de origem], olha diferente para Magé, olha diferente para Nova Iguaçu... Para Caxias, então, nem se fala. Por conta da questão eleitoral. É uma massa maior de eleitores. Entendeu?!

LB: É, agora juro que é a última pergunta [risos]. É uma pergunta mais sobre a minha pesquisa. Qual a sua opinião, do ponto de vista da relevância da pesquisa, qual o seu sentimento de ter participado da pesquisa?

LF: Ah, é bacana! Me sinto honrado. Agradeço o convite. Acho bacana. Acho importante se pensar... Principalmente, uma pessoa que viveu na cidade, ajudar a gente pensar. Acho importante você depois devolver para gente, o feedback. Isso é legal! A gente tem aqui... Como eu venho da academia também, eu acho que Ruth Cardos, saudosa socióloga, que era muito mais inteligente do que o marido dela⁷⁵ dizia o seguinte, uma coisa que virou um mantra para mim: “iniciativas que não perpassem a família, a escola e o pensamento intelectual, estão fadadas a terminar onde ele não pretendeu alcançar”. Então, assim, um projeto, ele tem um tempo de duração. Se você não envolve estruturas que são basilares, termina antes mesmo de começar. É isso! Então, é importante a universidade estar próxima. *Beleza?*

LB: Beleza! Eu que agradeço.

⁷⁵ O sociólogo, cientista político e ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso.

LF: Estamos à disposição, se quiser esclarecer coisas. A gente vai emendando um assunto no outro. A gente está disponível.

LB: Eu que agradeço. Foi espetacular para minha pesquisa. Eu consegui muitas informações que eu precisava.

LF: Conversa com o Bruno. Se precisar de mais gente, a gente pede ao Bruno para indicar também.

LB: Está ok!

LF: Não precisa ficar preso às nossas indicações. Não quero tendenciar também a tua leitura.

LB: Eu queria só pedir para o senhor assinar o famoso termo de autorização.

LF: Claro, claro!

LB: São duas vias, uma fica comigo...

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ E DE CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo _____ presente _____ documento, eu, KLEBER RODRIGUES brasileiro (a), portador (a) de cédula de identidade n.º _____ e do CPF n.º _____ residente e domiciliado em METROPOLIS (nome da cidade), na _____, n.º _____ (bairro) doravante denominado cedente, vem, pelo presente instrumento, com base na Lei nº 9.610/98, no Código Civil Brasileiro e nas demais legislações pertinentes, AUTORIZAR, CEDER E TRANSFERIR neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo, o uso de sua imagem e som de voz eventualmente obtidos nas entrevistas realizadas por **Lucas William Molina de Medeiros Barbosa** para a dissertação de título **A Política Pública de Cultura no Município de Mesquita-RJ na Perspectiva da Democracia Participativa: Potenciais, Demandas e Desafios**, a ser apresentado como requisito para obtenção de título no Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa. Também declaro que

1. Para fins deste termo, entende-se como imagem, qualquer forma de representação, inclusive a fotográfica, bem como o processo audiovisual que resulta da fixação de imagens com ou sem som, que tenha a finalidade de criar, por meio de sua reprodução, a impressão de movimento, independentemente dos processos de sua captação, do suporte usado inicial ou posteriormente para fixá-lo, bem como dos meios utilizados para sua veiculação.
2. O entrevistador está autorizado a utilizar, disponibilizar, distribuir, comunicar ao público, reproduzir, transmitir, retransmitir, traduzir para outros idiomas, armazenar e a publicar o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, no formato de texto transcrito, de imagem e voz, ou apenas de voz, no Brasil e/ou no exterior; podendo, inclusive, ceder seus direitos a terceiros no Brasil e/ou no exterior para fins de pesquisa, educação e cultura, exposição e divulgação; utilização e divulgação na mídia impressa (livros, catálogos, revistas, jornais, entre outros), televisiva (propagandas para televisão aberta e/ou fechada, vídeos, filmes, entre outros), radiofônica (programas de rádio/podcasts), internet, banco de dados informatizados, multimídia, entre outros, e nos meios de comunicação interna, como jornais e periódicos em geral, na forma de impresso, voz e imagem, internet e todas as tecnologias digitais existentes ou que venham a ser desenvolvidas no futuro, aptas a portar sons e/ou imagens, assim como para divulgação junto aos meios de comunicação.
3. Declara que esta autorização é feita em caráter universal, total e definitiva e se faz por prazo indeterminado e a título gratuito, produzindo seus efeitos não só no Brasil, mas em qualquer lugar situado fora das fronteiras nacionais.
4. O cedente também autoriza o entrevistador a utilizar amplamente a imagem e som de voz cedidos, a título gratuito ou oneroso, no Brasil ou no exterior, sem qualquer limitação de tempo ou da modalidade de utilização, inclusive para fins publicitários, sem que caiba a ele cedente qualquer participação no eventual proveito econômico que direta ou indiretamente o entrevistador venha a auferir.

FUNDAÇÃO Casa de Rui Barbosa

5. Este ajuste produzirá seus efeitos inclusive em relação a eventuais herdeiros e sucessores do cedente.
6. Elege-se o foro da Justiça Federal-Seção Judiciária do Rio de Janeiro, sendo competente uma das varas cíveis da capital, para dirimir toda e qualquer dúvida ou questão oriunda do presente instrumento, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.
7. O presente documento é assinado pelas duas partes, em duas vias de igual teor para que surta todos os efeitos.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2024.

Nome e assinatura do entrevistado

Lucas William Molina de Medeiros Barbosa (entrevistador)
CPF [REDACTED]